



## **ANAIS DO III SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO**

Organizado pelo Núcleo de Políticas Públicas em Turismo do Centro de Excelência em Turismo.

<http://seminariolatinoturismo.wordpress.com>

Periodicidade: anual

Divulgação eletrônica

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

### **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Reitor: Ivan Camargo

#### **Comissão Organizadora:**

Presidente da comissão: Neio Campos

Coordenação Geral: Marutschka Martini Moesch

#### **Corpo Editorial:**

Coordenação: Dr. Everaldo Batista Costa - UNB

Ms. Alessandra Santos dos Santos - UNB

Ms. Ana Rosa Domingues dos Santos - UNB

Dr. André de Almeida Cunha - UNB

Dra. Eloísa Pereira Barroso - UNB

Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro - UNB

Dra. Karina e Silva Dias - UNB

Dra. Lana Magaly Pires – UNB

Ms. Lívia Barros Wiesinieski - UNB

Dr. Luiz Carlos Spiller Pena - UNB

Dra. Maria Elenita Menezes Nascimento – UNB

Dra. Marutschka Martini Moesch - UNB

Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos - UNB

Dra. Neuza de Farias Araújo - UNB

Endereço para correspondência do CET/UnB: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970.

## Sumário

Turismo e meio ambiente: uma relação necessária para o município de Santo Amaro do Maranhão – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	3
Turismo Acessível em Brasília: um estudo preliminar sobre os atrativos turísticos da Capital Federal .	7
Território, Territorialidade e Geoparques.....	12
SEGMENTAÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL NO BAIXO SÃO FRANCISCO ALAGOANO.....	17
Reflexões sobre o turismo de base comunitária como campo .....	22
Reconhecimento Territorial aplicado em Pilar de Goiás segundo modelo de análise do sistema territorial turístico a partir de subsistemas de fluxos e fixos: espaço, história e cultura.....	26
Proposta de implementação de roteiro turístico rural em Seropédica, RJ: estudo de caso do Bairro Incra.....	30
POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO – SP .....	35
POLÍTICAS DE TURISMO RELIGIOSO NO PIAUÍ: UM ESTUDO SOBRE SANTA CRUZ DOS MILAGRES (PI)	40
OS SENTIDOS DO GUIAMENTO E DO AUTOGUIAMENTO SOB A ÓTICA DOS GUIAS DE TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GO.....	45
Observatórios de Turismo - Ferramenta de gestão e subsídio para formulação de políticas de turismo .....	49
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, TURISMO E PROSTITUIÇÃO EM HAVANA.....	53
O OLHAR LOCAL SOBRE AS RUÍNAS DO CIMBA/ARAGUAÍNA-TO:.....	58
Turismo e políticas públicas de lazer e patrimônio.....	58
Hospitalidade para o Turismo de eventos: reflexões.....	62
ENCONTROS NAS FRIAS TARDES DA VELHICE: MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS .....	67
DE SINÔNIMO DESENVOLVIMENTISTA A PROJETO DE FAVELA: a ocupação irregular do espaço da estação ferroviária de Ponta Porã/MS .....	71
Confronto de interesses e expectativas na preservação do patrimônio histórico tombado e desenvolvimento do turismo local do ponto de vista do poder público e comunidade residente de Pilar de Goiás.....	76
COMUNIDADE PEDRA DO SAL (PI): Um diálogo entre Território e Turismo.....	80
Breve reflexão sobre a hospitalidade – o receber na Espanha, China, Senegal e Venezuela.....	84

**ANÁLISE DA INOVAÇÃO NOS TRABALHOS VENCEDORES DO II PRÊMIO INOVAÇÃO DO TURISMO RS 88**

A pesca esportiva em reservatórios hidráulicos e as perspectivas de desenvolvimento local ..... 93

A PAISAGEM URBANA COMO UM POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UM ESTUDO DA PAISAGEM EDIFICADA DE DOURADOS/MS..... 98

A Experiência do Turismo Cidadão na Feira Permanente da Ceilândia/DF .....102

A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO E O SABER-FAZER DO TURISMO: ESTUDO DE CASO OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE – GO .....106

A ATITUDE RESPONSÁVEL NO TURISMO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA A PARTIR DA POSTURA DO TURISTA.....110

## Turismo e meio ambiente: uma relação necessária para o município de Santo Amaro do Maranhão – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Gabriela Silva Noronha<sup>1</sup>

### Introdução

O estudo faz uma análise da gestão ambiental e do turismo no município de Santo Amaro do Maranhão, localizado na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Criado com área de 155.000hc, com objetivo de preservar os recursos naturais de dunas, lagoas, rios e praias de expressiva beleza cênica.

Desde a construção da rodovia BR202, no ano 2002, facilitando o acesso aos municípios da região dos Lençóis Maranhenses, o crescimento do número de visitantes que se dirigem à região aumentou. Vários empreendimentos ligados a atividades turísticas foram surgindo, impulsionados pelas demandas de estruturação de visitação ao Parque: transporte, serviço de guias, alimentação, hospedagem e entretenimento. Assim, instalaram-se pequenos negócios nos ramos de restaurante, pousada, produção de artesanatos, serviço de guia de turismo, caracterizando a atividade turística como uma alternativa na geração de renda para população moradora do entorno do PNLN.

Sabe-se que com o desenvolvimento do turismo surgem vários impactos, sejam eles sociais, culturais ou ambientais, o que se torna imprescindível dentro do espaço territorial onde estão inseridos esses empreendimentos, ou seja, em uma Unidade de Conservação. Por essa razão, entende-se que questões sobre a relação do turismo e gestão ambiental como essas merecem uma avaliação mais acurada devido ao acelerado desenvolvimento da atividade turística na região e aos impactos ambientais que podem afetar a Unidade de Conservação.

### Turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é, hoje, um polo de atração de visitantes provenientes de diferentes lugares do mundo e, assim, vem consolidando sua posição como destino turístico regional, nacional e internacional. As políticas públicas para região do PNLN priorizam a dinamização do turismo, incentivo a programas e projetos, em especial a divulgação do destino turístico na mídia nacional e internacional, tendo como respaldo que o turismo para as populações dos municípios do entorno é efetivamente uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Castro (2010) o turismo é motivado em especial pela beleza paisagística da região e enfatiza que a manutenção dessa qualidade paisagística dos Lençóis é o maior patrimônio para o ecoturismo local. Graça (2011) destaca que existiu um conjunto de fatores que concorreu para o acelerado crescimento da atividade turística na região, dentre os quais podem ser destacados os seguintes: a construção da estrada BR-202, facilitando o acesso da capital do estado, São Luís, para

---

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Federal do Piauí. E-mail: gabrielanoronha@hotmail.com

Barreirinhas; a divulgação intensa e massiva dos Lençóis Maranhenses na mídia nacional e internacional e a execução de projetos de estímulo ao desenvolvimento do turismo na região, tendo como foco a divulgação dos atrativos. Aumentou consideravelmente o fluxo turístico, acelerando do turismo na região.

Ressalta-se que embora haja avanço, desde a criação dos parques nacionais no país, ainda existem muitos problemas relacionados a sua gestão. Conforme demonstram Brito (2010) e Seabra (2007), a maioria não conta com infraestrutura necessária à preservação dos ecossistemas e ao acolhimento, acompanhamento e fiscalização dos visitantes. Os parques nacionais convivem com problemas diversos de gestão, como de desapropriação, escassez de recursos financeiros, problemas de fiscalização, além do turismo mal conduzido sem sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

### **A Gestão ambiental e o turismo**

Partindo do pressuposto que o ecossistema em que está inserida a área de abrangência do município de Santo Amaro do Maranhão faz parte de uma das regiões turísticas e ambientais mais importantes do país, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e que turismo a cada ano avança em todos os sentidos, na apropriação dos recursos naturais como atrativos turísticos e no envolvimento da comunidade local nos variados tipos de trabalhos e prestação de serviços. É essencial que exista uma preocupação sobre a gestão ambiental que garanta a conservação desses recursos naturais, e não inviabilize o destino turístico e, conseqüentemente, o turismo como alternativa de desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido Coriolano (2007) admite que o turismo é atividade contraditória, pois se apoia na conservação da natureza, tomando o turismo e o meio ambiente como realidades inseparáveis. Assim o turismo usa e apropria-se da natureza ou de ambientes naturais e de ambientes produzidos como cidades, vilas, comunidades, gerando impactos.

Irving (2005) destaca que o planejamento turístico, o desenvolvimento e a proteção de recursos renováveis não podem mais ser interpretados como forças opostas e contraditórias, mas como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. A qualidade ambiental desses destinos turísticos, segundo Barreto (2007), manifesta-se no grau de conservação dos recursos naturais e paisagísticos, na situação dos recursos hídricos (mar, rios, córregos, lagoas, etc.) e na qualidade da infraestrutura implantada para o atendimento da população residente e do visitante, ou seja, é o estado do ar, da água, do solo e dos ecossistemas, em relação aos efeitos da ação humana.

Segundo a reflexão de Ruschmann (2007), o desenvolvimento do turismo em áreas naturais cada vez mais se estabelece, e evidencia-se a necessidade de proteger o meio ambiente, pois a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante. Assim, o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, quando associado à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e dos equipamentos oferecidos aos clientes.

### **Metodologia**

O método utilizado para pesquisa foi do tipo exploratória, envolvendo levantamento bibliográfico e pesquisa de campo e entrevistas com gestores públicos das secretarias de meio ambiente e turismo municipal do município de Santo Amaro do Maranhão para obter informações sobre as políticas públicas voltadas para o município, especialmente relativas ao setor turístico e meio ambiente.

## Conclusões

As políticas públicas para região do PNLM priorizam a dinamização do turismo, incentivo a programas e projetos, em especial a divulgação do destino turístico na mídia nacional e internacional, tendo como respaldo que o turismo para as populações dos municípios do entorno é efetivamente uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico.

No ambiente em que está inserido o município de Santo Amaro do Maranhão, os empreendimentos turísticos estão localizados todos em áreas de frágeis ecossistemas e equilíbrio ambiental, que precisam desenvolver instrumentos de gestão que minimizem impactos ambientais nessas áreas, para que não comprometam a qualidade ambiental do destino turístico. Os aspectos da gestão ambiental no município é bastante preocupante. São vários os problemas ligados ao saneamento básico que afetam diretamente os recursos naturais, causando impactos negativos para qualidade de vida da população local.

Verificou-se que o município é ineficiente na gestão ambiental com relação aos problemas básicos como o destino lixo, saneamento básico, destino dos resíduos sólidos lançados nos principais recursos hídricos do município, o que pode inevitavelmente comprometer o patrimônio natural e consigo o desenvolvimento turismo para a região. Apesar dos gestores perceberem a importância da conservação dos recursos naturais para garantir o desenvolvimento do turismo no município. Não há projetos de melhoria de infraestrutura e ações para tratamento da água e do lixo que podem prevenir danos maiores para os recursos naturais.

Neste contexto, é imprescindível que os órgãos responsáveis pela gestão ambiental, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), que atuem de forma compartilhada e eficiente na realização de trabalhos de preservação ambiental juntamente com a população local e seus visitantes.

## Referências

- BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo**. 2. ed. Campinas: Papiros, 2009.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo e a relação sociedade e natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza. EdUECE, 2007.
- CASTRO, Cláudio. E. de. **Avaliação de uso público das áreas das lagoas Azul e Bonita: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**, Brasil. Fórum Ambiental de Alta Paulista, v. IV, ANAP, 2010.
- BRITO, Maria C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo. FAPESP, 2000. 230p.
- GRAÇA, I. M. Barreirinhas em tempos de turismos: o global e o local tecendo novas identidades culturais. Aveiros, Portugal: Universidade de Aveiros. Projeto de Pesquisa apresentado ao Dep. de Línguas e Culturas, para seleção ao curso de Doutorado em Cultura, 2005.
- RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1999.
- SEABRA, Giovanni. **Turismo sertanejo**. João Pessoa. Universitária – UFPB, 2007.
- IRVING Azevedo M. de; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Rio de Janeiro: UFRJ. Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, núm. 2005.



## Turismo Acessível em Brasília: um estudo preliminar sobre os atrativos turísticos da Capital Federal

Karolyne dos Santos Lopes<sup>2</sup>

Donária Coelho Duarte<sup>3</sup>

O turismo é uma atividade econômica relevante em todas as sociedades. Não só pelo seu aspecto financeiro ao integrar inúmeras atividades que geram renda, empregos e prosperidade para a população dos lugares visitados, quanto pelo seu lado social, cultural referente à disseminação e valorização de hábitos e costumes pelo mundo a fora, bem como a fomentação do sentimento de patriotismo que emana em seus nativos.

Além do lado financeiro, os principais pontos turísticos de determinadas localidades geralmente trazem uma carga histórica, um simbolismo de uma época para um povo ou simplesmente representam uma lugar belo por natureza ou uma cidade grande, moderna, com todo o conforto que o luxo e tecnologia podem proporcionar.

Os pontos turísticos correspondem a um dos principais quesitos responsáveis por atrair turistas, pois revelam peculiaridades de determinada localidade. Entende-se que tais locais devem ser acessíveis a todos os turistas, todavia não se sabe se a maioria deles está adequada para aqueles que possuem limitações físicas.

O local de estudo foi Brasília, Capital Federal do Brasil, localizada na região Centro-Oeste. É considerada um "monumento a céu aberto", eleita desde 1987 patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. O Plano Piloto é onde se localizam as Asas Norte e Sul e sua qualidade de vida é considerada de padrão elevado por ser localizada na sede político-administrativa da República. Diante da relevância do turismo e do princípio da igualdade externado na Constituição Federal, pretende-se analisar alguns pontos turísticos da Capital Federal do Brasil e verificar se o acesso a eles é possível a todos aqueles que possuem limitações físicas. Dessa forma, almeja-se demonstrar como a Capital Federal vem tratando a acessibilidade das pessoas limitadas fisicamente aos seus principais monumentos.

A preocupação do Estado e da sociedade, como um todo, ao acesso das pessoas com limitações físicas aos lugares públicos não é tão antiga, por isso muitas obras turísticas ainda não possuem acessibilidade plena. Todavia, tal fato não pode justificar a falta de adoção de políticas públicas e de reformas/ajustes a essas obras para que todos possam ter o mesmo acesso à visitação e, portanto, à cultura, ao conhecimento, à história que os pontos turísticos proporcionam.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil segue muito atrasado no quesito acessibilidade. Somente 4,7% das vias urbanas contam com

---

<sup>2</sup> Graduanda em Gestão do Agronegócio, Campus Planaltina, da Universidade de Brasília E-mail: karol.lopees@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). E-mail: donaria@unb.br.

rampas para cadeirantes. As situações mais críticas foram observadas nas regiões Norte e Nordeste. Nessas áreas, apenas 1,6% dos domicílios urbanos têm rampas para cadeirantes em seus entornos. No Sudeste, essa proporção chega a 5%. Já nas regiões Centro-Oeste e Sul 7,8% das vias ao redor das casas apresentam acessos adequados para deficientes físicos.

Essa triste realidade não pode perdurar e não se restringe apenas ao acesso estrito aos pontos turísticos. Os direitos das pessoas com deficiência precisam ser acatados para implantar acessibilidade não só nos pontos atrativos, mas em todo seu entorno (hotéis, restaurantes, transporte, dentre outros).

Com base em tais considerações, este estudo pretende analisar o acesso das pessoas com limitações físicas à alguns pontos turísticos de Brasília e por meio desse levantamento pretende entender como vem sendo adotada a política em Brasília, se de inércia, se de segregação ou de integração a todos que queiram conhecer melhor a Capital Federal.

Para tanto, faz-se necessário discutir o conceito de acessibilidade que é definida como:

[...] condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meio de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2009 *apud* CATELLI, 2014, p.11).

Neste sentido, o turismo acessível pode ser entendido como um turismo redimensionado, que visa o acesso a todos, eliminando potenciais barreiras. O turismo acessível pode ser compreendido da seguinte forma: “o turismo acessível, também designado turismo para todos, abrange o conjunto de produtos e serviços que proporcionam uma igual oportunidade de uso a todas as pessoas, independentemente do seu grau de capacidade ou incapacidade” (FERREIRA, 2013, p. 8). O autor entende que através da acessibilidade no Turismo será possível o usufruto do produto turístico por todos.

Sob esse aspecto, entende-se que todas as pessoas têm direito às mesmas oportunidades, incluindo os cidadãos que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. No entanto, para que isso seja possível é necessário que exista acessibilidade para todos. Esta deve incluir uma vasta área de realidades e deve estar presente em todos os lugares (DOMINGUES & CARVALHO, 2014). Entende-se que hoje o turismo acessível é uma área que ainda está sob investigação e em desenvolvimento na tentativa de adaptar pontos turísticos a todos os seus públicos.

Quanto à metodologia desse estudo, a pesquisa foi de característica exploratória, sendo bibliográfica e documental, com natureza qualitativa, onde foi realizada pesquisa em livros, documentos *online* e artigos relacionados ao tema. O caráter exploratório se deu no objetivo de verificar as condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida nos atrativos turísticos de Brasília.

Para a realização deste levantamento, preparou-se um roteiro de observação *in loco* e um questionário que foi aplicado em alguns pontos turísticos de Brasília, verificando se cada lugar apresentava um ambiente adaptado para receber indivíduos com qualquer tipo

de limitação física. Os pontos turísticos abordados nesse estudo foram os seguintes: Igreja Dom Bosco, Torre de TV, Jardim Zoológico, Catedral, Memorial dos Povos Indígenas, Igreja Nossa Senhora de Fátima, Planetário, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília e Cine Brasília. Os principais levantamentos desse estudo serão descritos a seguir.

a) Igreja Dom Bosco - o exterior, todo em concreto e no estilo gótico, formado por 80 colunas de 16 metros de altura, não revela a beleza e a intensidade de cores do interior do santuário Dom Bosco. Entretanto, não possui acesso para cadeirantes na entrada da Igreja e nem no exterior, não apresenta espaços, equipamentos e recursos adequados para a acessibilidade;

b) Torre de TV - projeto arquitetônico de Brasília renovado em função da Copa em 2014. Nessa reforma foram colocados pisos inferiores e térreos, elevadores, escadas rolantes, estacionamento com vagas para deficientes, espaço para manobras de cadeirantes, rampas de acesso e telefone/orelhão acessível. Mas não possui piso tátil e nem sinalização sonora.

c) Jardim Zoológico - é um lugar adaptado para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, pois atende a legislação com adequações realizadas há 5 anos. O Zoológico tem espaço e estacionamento com vagas reservadas para idosos e deficientes, rampa para a chegada na recepção, barras de apoio, portas e corredores largos. Telefones acessíveis e há espaços de circulação adequada a todos os ambientes do local para pessoas com limitação motora e visual. Possui áreas de manobras e banheiros adaptados.

d) Catedral Metropolitana de Brasília - é caracterizada como patrimônio histórico nacional e faz parte do Eixo Monumental da Capital. Tem estacionamento com vagas reservadas para deficientes e idosos, rampas para ingresso na recepção, mas ainda há falta de instalações propícias para receber com plenitude as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

e) Memorial dos Povos Indígenas - sua principal atração é apresentar aos turistas a cultura indígena e a sua riqueza. Nesse local são feitas apresentações de várias tribos com a presença de indígenas de outras regiões. Na sua estrutura física não há barras em rampas e/ou escadas, não há elevadores, há ausência de bebedouros acessíveis. Não possui profissional que possa acompanhar pessoas que apresentem alguma limitação motora.

f) Igreja Nossa Senhora de Fátima - sua arquitetura faz referência a um chapéu de freiras. As paredes externas são guarnecidas por painel de azulejos de Athos Bulcão. Não tem banheiro acessível nem telefones públicos acessíveis. Apenas há uma rampa sem piso tátil e sem corrimão.

g) Planetário de Brasília - localizado no centro da Capital, entre a Torre de TV e o Centro de Convenções. É um espaço adaptado para receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, pois há mais de seis anos o atrativo turístico foi adaptado. Atende todo tipo de limitação. Quando há visitas de pessoas com limitações motoras ou mobilidade reduzida, solicitam que sejam informados com antecedência por telefone para que a cancela localizada no bosque possa ser aberta, possibilitando acesso ao Planetário.

h) CCBB de Brasília - fica localizado no Setor de Clubes Sul, perto da Ponte JK. O atrativo é adaptado a receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, atende a legislação há

mais de quatro anos. O local tem todo o preparo para receber todo tipo de público com sua limitação, seja ela motora, visual ou auditiva.

i) Cine Brasília - logo na entrada percebe-se que o lugar é adaptado para pessoas com deficiência e também com mobilidade reduzida. O estabelecimento foi adaptado há dois anos para atender a legislação. Possui piso tátil, rampas e banheiro acessível.

Tendo como base o levantamento prévio realizado, constata-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 previu direitos nunca antes legislados. O princípio da igualdade despertou a atenção para a necessidade de se proteger e prever direitos para todos, inclusive para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Entretanto, apesar da Capital Federal ser uma cidade construída de forma planejada, verificou-se que, em muitos aspectos, os construtores e projetistas não levaram em conta a necessidade de se construir vias de acesso a todos os seus visitantes. Isso mostra que a consciência de acesso a locais públicos para todos é um pensamento recente.

Todavia, nada impede que reformas sejam empreendidas para que todos tenham acesso a tais localidades e a pontos turísticos. É direito de todos terem acesso à cultura e a Capital do país deve ser exemplo nesse quesito. Em uma análise mais profunda, com base nas visitas *in loco*, verificou-se que alguns dos atrativos possuem acesso irrestrito para deficientes físicos ou pessoas com mobilidade reduzida, já outros nada possuem.

Constata-se, portanto, que medidas para a implantação de vias de acesso para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida são necessárias. Não se trata apenas de aumentar o número de visitantes, mas de resguardar um direito fundamental do princípio da igualdade, de se resguardar a própria dignidade humana. Todos os poderes públicos e a sociedade, como um todo, devem se preocupar com esta causa. Entende-se que a responsabilidade é de todos para que haja uma sociedade mais justa e que não marginalize o acesso, no caso do turismo, aos seus atrativos de forma irrestrita.

A situação ainda é mais preocupante ao se perceber que Brasília, uma cidade planejada e jovem, em comparação com outras cidades, apresentou nesse levantamento prévio tantos lugares inacessíveis para pessoas com limitações físicas, quiçá a realidade de outras cidades mais antigas. Entende-se que não é de um dia para o outro que os acessos na maioria dos lugares públicos serão uma realidade no Brasil. Contudo, não se pode descuidar dessa situação e deixar de se cobrar medidas concretas do Estado para sanar essa omissão histórica do governo quanto aos direitos ao acesso das pessoas com limitações físicas.

O governo é do povo e para o povo. Que a Capital do Brasil, palco de tantas manifestações, seja também o centro de referência de integração entre as pessoas, independente de suas condições físicas, e seja admirada por seus moradores e turistas, que o turismo nela seja acessível e cresça com condições para uma visita com segurança e autonomia para todos os seus visitantes.

## REFERÊNCIAS

Brasil (2009). *Ministério do Turismo*. Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 48 p.

Catelli, Mariane Revagio (2014). Turismo inclusivo e categoria tátil: Estudo de caso nas estâncias turísticas de Barra Bonita e Igarapu do Tietê- SP, 2014. *Revista Geografia e Pesquisa*. V. 8, n 2, p. -6-18, Ourinhos 2014.

Devile, Eugénia Lima (2009). O desenvolvimento do turismo acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. In *Revista de Turismo e Desenvolvimento*. nº 11. Portugal (Aveiro), p. 39-46.

Domingues, Cátia & Carvalho, Paulo (2014). Paulo. *Incapacidades, Necessidades especiais, Acessibilidade e Inclusão*. Universidade de Coimbra. Portugal, Fevereiro.

Ferreira. Ana Carina (2013). *Turismo Acessível: Oportunidade, Desenvolvimento e Desafios*; Lisboa, 2013. 179 f. Dissertação para obtenção de grau de mestre em: Turismo e comunicação. Escola superior de Hotelaria e turismo do Estoril. Lisboa, Setembro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010:

<<http://www.deficienteciente.com.br/2012/05/ibge-somente-47-das-vias-urbanas-do-pais-tem-rampas-para-cadeirantes.html>> Acesso em: 30 mar. 2015.

Nunes, Cláudia Alexandra. A. (2011). *Turismo Acessível: caso do Lousã*, 2011. 133 f. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, especialidade em Turismo Acessível, Faculdade de letras- Universidade de Coimbra.

## Território, Territorialidade e Geoparques.

Vinícius Weitzel Novaes<sup>4</sup>

O presente resumo expandido objetiva apresentar aspectos e conceitos de território, territorialidade, fronteira, local e globalização presentes no artigo. Partiu-se de uma breve análise conceitual sobre território e a identidade cultural como elemento constituinte do território e possível fator de fomento de atividade econômica, frente aos fatores homogeneizantes oriundos da globalização. Concluiu-se que o patrimônio geomorfológico pode ser elemento de coesão e formador de territorialidade e, que a consequente criação de um geoparque pode alavancar o desenvolvimento socioeconômico regional.

### INTRODUÇÃO

Na modernidade, o território, em suas definições estritas, congrega a base física dos Estados, incluindo área continental, espaço aéreo e águas territoriais. Entretanto, para outras comunidades, o território possui uma dimensão identitária na qual a identidade cultural está diretamente atrelada ao espaço social de vivência e convivência, como por exemplo, algumas comunidades indígenas que possuem relação intrínseca com a Mãe-Terra. Assim, os territórios não são definidos apenas por fronteiras. Eles são dinâmicos e podem formar-se e dissolver-se em um espaço curto de tempo, ou, ainda no mesmo território desenvolverem-se diferentes dinâmicas em decorrência do momento do dia.

Já territorialidade não é fixa como o território. A territorialidade é dinâmica e pode ser transportada junto com as pessoas que a compõe, como no caso dos refugiados que constroem em outras localidades novas dinâmicas sociais. Para SANTOS (2000),

a partir do espaço geográfico, cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. A sobrevivência, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera visibilidade do interesse comum.

Para Sarita Albagli (2004), o território e a territorialidade podem ser considerados sob as seguintes perspectivas:

1 – dimensão física: são as características físicas específicas de cada território como clima, vegetação, solo independente se forem naturais ou decorrentes das práticas humanas no local. Os elementos físicos de um território se tornam potencialidades na medida em que as sociedades se apropriam dos recursos os transformam de alguma forma;

---

<sup>4</sup> Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto; graduado em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD, especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Mauá de Brasília; Mestrando em Turismo pela Universidade de Brasília – UnB.

2 - dimensão político organizacional: explicitada nas formas e dinâmicas de poder realizadas no território sejam aquelas presentes nos instrumentos normativos sejam as práticas informais, assim como nas marcas de identidade territorial como seu nome que o torna único e fortalece o sentimento de pertencimento;

3 - dimensão simbólica: o território possui um patrimônio ideológico que atua no sentido da manutenção da estrutura território/identidade/mito/legitimação política. Possui símbolos que permitem a identificação das pessoas como pertencentes, mesmo que de maneira arcaica, a um grupo de certa forma homogêneo, como bandeira, hino, linguagem, entre outros;

4 - dimensão econômica: fatores produtivos e dinâmica econômica estão, há muitos anos, ligados intrinsecamente ao território e a busca por novos ambientes, o que pode ser percebido desde a época das grandes navegações, até a atual expansão do imperialismo econômico, que busca locais específicos para a exploração econômica do território, deixando o ambiente e a cultura em segundo plano.

“Território” é um termo que projeta o exercício do poder, cada vez mais organizado dentro das possibilidades da democracia, ainda que esta proposição se restrinja, na maior parte das vezes, à formalidade dos documentos normativos.

Neste contexto, ganha corpo a questão relacionada ao território dos geoparques, posto que a partir do final do século XX, emerge uma preocupação e uma valorização dos sítios arqueológicos mundiais, que são elementos constitutivos da formação do planeta Terra, das formações físico-territoriais tal qual se conhece.

Diante desse cenário de valorização desenvolve-se a necessidade da conservação desse patrimônio, cujo principal depredador é próprio homem. Surge então a noção de geoconservação. Por se tratar de um elemento novo no meio acadêmico, não há um consenso sobre sua definição. Para Sharples (2002):

(...) a preservação da diversidade natural (ou geodiversidade) de significativos aspectos e processos geológicos (substrato), geomorfológicos (paisagem) e do solo, mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspectos e processos.

No Brasil as propostas de elaboração de Geoparques, a exceção do Geoparque do Araripe, criado em 2006, pela *Global Geoparks Network – GGN* como o primeiro Geoparque das Américas, durante a 2nd UNESCO Conference on Geoparks, que se realizou em Belfast, Irlanda do Norte, foram elaboradas pela Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais – CPRM, por um corpo técnico extremamente qualificado na área geológica.

Isto posto, o presente trabalho busca refletir e discutir sobre as possibilidades de constituição de Geoparques em sob a perspectiva do uso do território, de maneira interdisciplinar abordando a dimensão da identidade territorial e suas potencialidades como

propulsor de desenvolvimento local atuando no fortalecimento e capitalização de territorialidades.

**Desenvolvimento:**

Ainda no final do século XX, e início do século XXI, o Geoparque aparece como mais uma alternativa que corrobora não apenas a conservação do patrimônio geológico, mas sua divulgação e utilização como elemento gerador de atividade de visitação turística. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2004) define Geoparque como:

um território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local. Deve abranger um determinado número de sítios geológicos de relevo ou um mosaico de entidades geológicas de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativa de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Poderá possuir não só significado geológico, mas também ao nível da ecologia, arqueologia, história e cultura.

Em várias partes do mundo, principalmente na Europa, delinea-se a ideia de geocoturismo, um segmento do ecoturismo, considerado grande parceiro nas ações para a valorização e preservação do patrimônio geomorfológico, constituinte dos geoparques. Recentemente Ruchkys (2005) definiu o geoturismo como sendo:

um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio o tornado acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

Apesar dos questionamentos e recentes análises sobre a possibilidade de segmentação do Turismo, tal conceito surge para enfatizar a necessidade de preservação dos sítios geológicos.

Para que o geoparque tenha seus limites territoriais definidos (em todas as perspectivas do termo território), Albagli (2004), identifica quatro passos para identificar uma área de implantação de projetos com base na territorialidade:

1. Identificação das unidades territoriais pertinentes enquanto áreas passíveis de desenvolvimento de ações empreendedoras. Reconhecer seus contornos geográficos a partir das territorialidades existentes identificando o senso de identidade e pertencimento.

2. Geração de conhecimento sobre o território: identificar, caracterizar e pormenorizar as especificidades de dado território, enfatizando suas potencialidades.

3. Promoção de sociabilidades : identificar os atores sociais que dinamizam o espaço e elevem sempre a tradição e culturas locais

4. O reconhecimento e a valorização da territorialidade: significa resgatar, fomentar, manter e divulgar os símbolos e culturas locais.

Não se trata, portanto, como em diversas políticas públicas, de apenas gerar emprego formal e transformar toda uma comunidade de tradicional em consumidora de bens, que sob uma determinada ótica giram a economia.

Quando se fala em território na modernidade, imprescindível que se reflita sobre a globalização, e a sua conseqüente diminuição dos muros territoriais entre os povos. Uma forte crítica à globalização é sua tendência homogeneizante, já que com o abrandamento das fronteiras nacionais e com a difusão das multinacionais e seus produtos pelo mundo é possível verificar americanos europeus, asiáticos e africanos utilizando, ao mesmo tempo, os mesmos produtos e/ou serviços.

RAFFESTIN (1993), em reflexão sobre o conceito e percepções sobre a questão do território e seu uso, explica que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente(...), o ator “territorializa” o espaço”.

Desta forma, o ideário envolto no termo *território* demanda reflexões adstritas ao exercício do poder, haja vista que, tradicionalmente, o território é o espaço em que o Estado exerce suas atividades, podendo ser percebidos através da dominação política construída a partir de sua historicidade (MORAES, 2005).

O território não abarca tão somente o patrimônio físico de um país, mas também suas estruturas produtivas e os espaços de reprodução da sociedade. Nele se inserem os recursos naturais e ambientais destinados ao desenvolvimento de uma determinada sociedade, e é nele que são acumuladas as formas espaciais produzidas pela sociedade durante sua trajetória histórica, tornando-se estruturas territoriais (MORAES, 2005).

Insta salientar que no atual momento de redemocratização nacional, o papel do próprio Estado foi flexibilizado, haja vista ter sido constituído democraticamente (de, pelo e para o povo), de onde emergem novas formas territoriais, constituídas a partir da percepção de que o espaço, passa a ser um instrumento político, ao passo que é apropriado, transformado em território (LEFEBVRE, 1976, *apud* RÜCKERT, 2005). Portanto, Estado, atualmente, se fundamenta na democracia, no poder do povo, e que, portanto, deve respeitar as novas formas de organização territorial, notadamente as de comunidades tradicionais, por exemplo, sempre que tiver qualquer atuação, ou qualquer intervenção sobre determinada área, sob pena de descaracterizar os hábitos culturais historicamente construídos deste povo, que pode depender desta área para manutenção de seus hábitos.

A partir da reflexão sobre a territorialidade e sua construção - que se dá por meio dos processos de interação entre território, cultura, comunidades - o fortalecimento das bases culturais, a educação patrimonial e políticas públicas que visem a preservação e difusão do patrimônio material e imaterial podem estimular o desenvolvimento sócio - econômico local.

Desta forma, imprescindível que as atividades turísticas empreendidas a partir da criação de geoparques, além de preservar o patrimônio cultural, geológico e ambiental, estimulem valores tradicionais da comunidade, valorizando suas peculiaridades em conjunto com a estrutura produtiva de circulação de bens e riquezas, para estimular o empoderamento e fortalecer as identidades comunitárias atingidas por determinado geoparque.

### Conclusão

O Brasil é um país de proporções continentais, repleto de pequenas comunidades, municípios com pequena população, ou ainda, com população considerável, porém sem grandes atividades econômicas que dinamizem a sociedade.

Dentre esses municípios, diversos possuem peculiaridades que as tornam elementares, únicas, sejam traços geomorfológicos, sejam hábitos e crenças ou o conjunto de todas essas partes que unidos formam a territorialidade.

O geoparque é um parque criado a partir do aspecto da geomorfologia do território. Entretanto, inseridos nesse território estão os diversos atores constituintes da territorialidade, destacando-se, é claro, a própria comunidade.

Utilizar do conhecimento e das formas do relevo como forma de desenvolver um local, empoderando as comunidades, fomentando nelas o sentimento de pertencimento por meio do patrimônio geológico (constituição do Geoparque) pode gerar desenvolvimento de atividades sócio econômicas correlatas não apenas ao Turismo, mas ao à preservação ambiental e cultural.

Os processos e procedimentos necessários às ações de geoconservação a e posterior possível criação de um Geoparque aliados á educação ambiental e ao envolvimento comunitário promovem a valorização das territorialidades apoiadas não apenas em crescimento econômico, mas em desenvolvimento local, desde os agentes – considerando governo, empresários e autóctones – se articulem para defender os o território dos grandes especuladores econômicos.

### Referências bibliográficas

ALBAGLI, S. Território e territorialidade In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Lima; MORELLI, Gustavo. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-64.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RUCHKYS, U. de A. *Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. Tese (Doutorado em Geologia),

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília, MI, 2005. Instituto de Geociências da UFMG. 2007

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000

SHARPLES, C. *Concepts and principles of geoconservation*. Publicado eletronicamente no site da Tasmanin Parks & Wildlife Service. 3. ed. Set, 2002

UNESCO. World Geopark. 2004. Disponível em:

"<http://www.worldgeopark.org>" [www.worldgeopark.org](http://www.worldgeopark.org) >. Acesso em março de 2015.

## SEGMENTAÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL NO BAIXO SÃO FRANCISCO ALAGOANO

Fabiana de Oliveira Lima<sup>5</sup>  
Karlinne Lianne Cordeiro Santos<sup>6</sup>  
Marcos Feliph Alves de Almeida<sup>7</sup>

Diante do crescimento do turismo como atividade econômica, torna-se necessário acontecer sua implementação de maneira sustentável, porém para que isso possa advir, é imprescindível que haja o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e, neste sentido, a segmentação do mercado pode ser uma ferramenta auxiliar de grande relevância, tendo em vista que os impactos poderão ser amenizados ou não, dependendo do perfil do turista/visitante e, conseqüentemente, determinantes da sustentabilidade dos destinos turísticos. Assim, este estudo propôs analisar o Diagnóstico realizado pelo IBERTUR<sup>8</sup>/IABS<sup>9</sup> através da “Pesquisa e Análise de Mercado Atual e Potencial com foco na Demanda Turística Nacional e Internacional” (2013), do Baixo São Francisco Alagoano, elencando possíveis segmentos que podem ser desenvolvidos sem impactar de maneira ofensiva os destinos da referida região. Apesar de conter 12 municípios (Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, São Brás, Porto Real do Colégio, Traipu, Belo Monte, Pão de açúcar, Piranhas, Olho d’água do Casado, Delmiro Gouveia e Água Branca) na referida região, levando em consideração dados/informações anteriores apenas 4 municípios (Penedo, Piaçabuçu, Piranhas e Delmiro Gouveia) receberam destaque devido ao nítido potencial turístico, com o objetivo de reconhecer o perfil do turista/visitante a fim de destacar a importância dos mercados regionais para o desenvolvimento sustentável do turismo no BSFAL<sup>10</sup>, para tanto, foram aplicados 1034 questionários, através de 6 pesquisadores<sup>11</sup>, pertencentes e orientados pela IBERTUR<sup>12</sup>.

Baseado na metodologia multidimensional de Ruschmann (1997); no formulário de EMBRATUR e nos cadernos de segmentos turísticos do Ministério do Turismo (2010) que destacam a necessidade de elencar questões para definir o público-alvo que se pretende atrair levando em consideração os fatores para segmentar a demanda, como as informações de gênero, escolaridade, faixa etária, origem, acompanhante, organização da viagem e permanência, quantidade de vezes que visitou o local, ícones que chamaram a atenção, com

<sup>5</sup> Professora Dra. em Antropologia. Universidade Federal de Alagoas, Brasil. E-mail: fa.olilima@gmail.com

<sup>6</sup> Professora Especialista em Direito Processual. Graduada em Turismo e Direito. Faculdade Raimundo Marinho, Brasil. E-mail: kklianne@gmail.com

<sup>7</sup> Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: mfeliph@hotmail.com

<sup>8</sup> *Red de Patrimonio, Turismo y Desarrollo Sostenible*

<sup>9</sup> Instituto Ambiental Brasil Sustentável

<sup>10</sup> Baixo São Francisco Alagoano

<sup>11</sup> Dos quais fizeram parte os autores deste artigo

o objetivo de reconhecer o perfil do turista/visitante a fim de destacar a importância dos mercados regionais para o desenvolvimento sustentável do turismo no BSFAL.

Os dados escolhidos referem-se às questões que apresentaram maior pertinência para os objetivos deste estudo que servem como base para o entendimento do perfil do turista atual e potencial da localidade. Cada segmento de consumidor pode buscar diferentes tipos de turismo, dependendo da idade, da renda ou da motivação de viagem. Escolhemos as perguntas que estivessem condizentes com a estrutura (estrutura física, atrativos, hospedagem e restauração) de acolher os turistas de acordo com cada segmento.

A análise sobre o perfil do turista mostrou que 55,9% dos entrevistados são do sexo masculino, enquanto que 44,1% são do sexo feminino, fator que deve ser estudado de forma minuciosa, pois a percepção do produto de um gênero para o outro pode ser diferenciada, devendo observar os detalhes que serão oferecidos como diferencial.

Num segundo momento, ao serem questionados pelo seu Estado de origem a maioria deles são do próprio Estado Alagoano, totalizando 33,4%, seguido de Sergipe com seus 17,2% e Pernambuco 12,8%. Desse modo, podemos observar que os produtos e atividades desenvolvidos pela microrregião atraem principalmente moradores da própria região ou estados circunvizinhos. Porém, deve-se entender que algumas localidades possuem grande potencial de envio de turistas, mas a falta de ações promocionais para aquela localidade faz com que os moradores busquem outros destinos por não conhecerem ou não se sentirem atraídos pela sua oferta de produtos.

Segundo o Ministério do Turismo (2010) para segmentar um perfil de demanda, não se pode apenas identificar qual é o destino emissor, pois também é necessário analisar o perfil dos consumidores levando em consideração as características demográficas. Definir o perfil do público de uma região, requer a consideração de diversos fatores: pessoais, socioeconômicos, tais quais idade, renda, faixa etária, dentre outros.

Quanto à faixa etária, 0,1% dos entrevistados tem menos de 14 anos; 21,5% entre 15 a 25 anos, 26,3% entre 26 a 35 anos; 21,5% entre 36 a 45 anos, 23,0% entre 46 a 60, acima de 60 anos apenas 7,6%. É possível observar que a maioria dos viajantes possui entre 15 e 45 anos, dado relevante na composição de um segmento que nesse caso, deverá adequar-se a diferentes motivações e interesses.

Nesse sentido, há uma relação direta de faixa etária predominante com a escolaridade. A maioria dos entrevistados, 43,2% possuem curso de nível superior, sendo seguidos por 27,5% dos que possuem Ensino Médio, ou seja, grande parte dos entrevistados, possui um nível escolar alto, e são em sua grande maioria jovens e com grande potencial de consumo dos serviços e produtos oferecidos pela região. Destacando uma possibilidade de melhor desenvolver um setor com atividades e produtos que envolva o interesse aos jovens.

Além disso, ao ter conhecimento da Escolaridade do público, torna-se possível a oferta de produtos, mais específicos, levando em consideração o interesse por leitura, arte e história, características normalmente percebidas em pessoas com um nível de escolaridade maior.

Tendo em vista a influência do turista na economia local, destacamos informações acerca dos serviços utilizados na viagem, custo por pessoa e gastos adicionais. Os dados subsidiaram as análises referentes aos benefícios econômicos que o município ganha com o setor turístico.

A particularidade de a maioria possuir ensino superior nos proporciona o destaque do orçamento total da viagem, onde o gasto médio dos entrevistados é de R\$ 778,65, que pode indicar uma vida financeira mais estável e 26,3% tem entre 26 e 35 anos.

Os municípios mais citados quando questionados sobre quais cidades que pretendem visitar tem em comum a natureza e a paisagem, que foram citados por 39,2% e 36,5% respectivamente, como o melhor da região, fato que reintera o BSFAL como destino principal, não apenas alguns municípios. Este fato é representativo da importância do planejamento com vias a valorização dos aspectos regionais, a fim de estabelecer o desenvolvimento.

Quando se questionou o motivo da viagem ao BSFAL, 89.7% dos turistas viajaram para lazer<sup>13</sup>, enquanto que 62.8% para praias, 26.9% para visitas culturais, 25.5% visitam amigos/família, 24.8% ecoturismo e 20.7% outros esportes/aventura; negócio ou trabalho, festividades, religiosidade. As respostas ao serem somadas alcançam mais de 100%, levando em consideração que as respostas foram de múltiplas escolhas.

Para sabermos o que foi de maior interesse dos entrevistados, selecionamos perguntas dos principais ícones turísticos em Belezas Naturais, Sítios Patrimoniais. Quando perguntado sobre o ícone turístico (Belezas Naturais) 57,9% destacaram o Rio São Francisco como principal ícone turístico do BSF, que banha todos os municípios estudados, sendo seguido pelas praias com 9.4%, que neste segmento Piaçabuçu é privilegiado, pois é o único município que possui praia marítima (Pontal do Peba), desta forma, podem ser planejadas atividades sustentáveis que usufruam dos 240 Km de água doce que banham as cidades alagoanas, fazendo com que o turista passe mais tempo na região.

Com base nos dados acima exposto neste estudo, a sustentabilidade se apresenta como utilização de atrativos com público específico, capacidade de carga adequada sempre orientado o visitante e o morador a viver o presente preservando o passado, minimizando os impactos ambientais e socioculturais, com o objetivo de preservar hoje utilizando o que causa menor prejuízo ambiental (natural, domesticado, artificial) para que as futuras gerações também possam desfrutar das belezas naturais que temos atualmente sem deixar de trazer benefícios econômicos para as comunidades. Segundo a Organização Mundial de Turismo *apud* Ministério do Turismo (2006, p.10) define como turismo sustentável:

aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis.

---

<sup>13</sup>Lazer no sentido de descanso, sem objetivo direto de visitar atrativos.

Levando em consideração as informações acima, destacamos alguns segmentos capazes de trazerem consigo o desenvolvimento da região estudada, que são: Turismo Cultural, Turismo de Aventura e Ecoturismo.

Sendo assim a região de estudo possui todo potencial para o desenvolvimento dos segmentos de aventura e ecoturismo, uma vez que os mesmos podem ser praticados em praias, campos ou montanhas, com isto, para uma melhor visualização colocamos no quadro abaixo os dados dos perfis encontrados nos dois trabalhos pesquisados:

**Quadro 01- Comparação de Características**

MTUR (2010)	IABS (2013)
Maioria do sexo masculino	55,9% masculino
Idade entre 18 e 29 anos	47,8% 15 a 35 anos
Ensino médio e superior completo	70,70% com médio e superior completo

Adaptado por Almeida e Cordeiro (2014)

Com isto, percebemos que o perfil do visitante encontrado pelo IABS (2013) é compatível com o encontrado pelo Ministério do Turismo (2010) nos segmentos de Aventura e Ecoturismo, demonstrando que o visitante do BSFAL procura também estes segmentos em seu tempo de lazer.

Por sua vez o turismo cultural, abrange uma diversidade de elementos, que pode ser verificada por meio das obras de arte, da gastronomia, da música, das edificações, dos sítios históricos, entre outros. Isto é, compreende o contexto significativo do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, abarcando os bens materiais e imateriais.

Ao serem indagados quanto ao motivo da viagem 26,9% citaram as visitas culturais, 36,5% dos entrevistados citaram igrejas como sítios patrimoniais o que claramente demonstra o potencial turístico cultural do BSFAL.

Seja qual for o segmento do turismo a se trabalhar vai trazer consigo coisas boas, mas também ruins, sempre movimentando vários setores da economia local, neste sentido se faz necessário observar, monitorar e procurar constantemente atingir a sustentabilidade deste destino, garantindo sempre, a boa qualidade dos produtos e serviços.

Swarbrooke (2000, p.28) destaca os tipos de turismo que são altamente (in)compatíveis com o conceito de turismo sustentável:

**Quadro 02- Turismo sustentável e diferentes tipos de turismo**

Tipo de turismo que são altamente compatíveis com o conceito de turismo sustentável	Tipos de turismo que são altamente incompatíveis com o conceito de turismo sustentável
Ecoturismo	Turismo litorâneo de massa
Turismo cultural que envolve turistas, que aprendem a história e a cultura de uma área	Férias periódicas, que têm impacto negativo no meio ambiente físico, como a prática de esqui, de <i>mountainbike</i> a circulação com veículos <i>off-road</i> .
Atrações urbanas que oferecem novos usos para localidades turísticas abandonadas	Turismo sexual que leva à expansão de infecções como HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis
Agroturismo (turismo rural em pequena escala) que representa fonte de renda para os trabalhadores do campo.	Férias de caça e pesca, especialmente onde a atividade não é regulamentada.
Férias de conservação, nas quais os turistas realizam trabalho de conservação durante suas férias	Visita a meio ambientes muito frágeis como florestas tropicais e Antártida.

FONTE: SWARBROOKE, 2000.

Percebe-se então a presença do Turismo Cultural e do Ecoturismo como segmentos compatíveis com a sustentabilidade, podendo trazer enormes benefícios a região do BSFAL, tanto ambiental como social e econômico, reduzindo ao máximo a degradação do meio ambiente natural e artificial, permitindo que as gerações futuras possam usufruir dos mesmos.

Com a finalidade de obter o desenvolvimento sustentável, devem ser levadas em consideração estratégias baseadas no Sistema do Turismo (Sistur) visando atrair segmentos de turistas inclinados a respeitar a sociedade e o ambiente visitado (natural, artificial e cultural). Este tipo de estratégia de segmentar permite que ocorra uma conservação dos recursos turísticos, além de garantir a satisfação de atuais/ futuros turistas e moradores, já que ao oferecer melhor estrutura ao turista o autóctone também será beneficiado.

Desta forma, torna-se necessário ocorrer o tripé do turismo; sociedade, empresários e gestão pública, que devem de forma madrugadora perfilar e buscar identificar segmentos com demandas diferenciadas, para que possam atendê-los com maior eficiência.

A análise dos dados aponta que a região possui uma tendência para três segmentos que podem ser desenvolvidos de maneira adequada, o Turismo Cultural, o Ecoturismo e o de Aventura, segmentos estes que demonstram preocupações favoráveis à conservação e preservação do meio ambiente, uma vez que busquem amenizar ao máximo os impactos negativos ao local visitado, além de ter maior interesse na cultura e no modo de vida da população receptora, provocando assim uma maior interação entre as partes. Estas considerações sobre a importância da manutenção das características locais originais, da conservação e da sustentabilidade, bem como experiência de outros de lugares planejados de maneira coerente, possibilitando que o turismo seja explorado de maneira que satisfaça aos turistas com a possibilidade de se realizar um turismo sustentável. Confirmou a relevância de pesquisas de perfil e segmentação de mercado, na medida em que foram identificados grupos (segmentos) com características diferenciadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. H. de. Pequena empresa e desenvolvimento local – os limites da abordagem competitiva. In: Gestão e desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002
- BENNI, Mario Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 12ª Edição Revisada, São Paulo, Editora Senac. 2007.
- BRASIL, Ministério do Turismo **Segmentação Do Turismo e o Mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Segmentacao\\_do\\_Turismo\\_e\\_o\\_Mercado.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentacao_do_Turismo_e_o_Mercado.pdf)> Acessado em Junho de 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)>
- DE MATTEO, Karla Castro; Matricardi, Eraldo; Pires, José Salatiel Rodrigues; Matamala, Juan Carlos. **Zoneamento Turístico do Baixo São Francisco no Estado de Alagoas**. Brasília-DF: IABS, 2013.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: Turismo cultural, ecoturismo e ética**. Vol.5. São Paulo: Aleph, 2000.

## Reflexões sobre o turismo de base comunitária como campo

Daniela Caruza Gonçalves Ferreira<sup>14</sup>

Turismo de base comunitária é um tema que está em debate no Brasil há pelo menos duas décadas. Na América Latina, há registros de iniciativas em comunidades isoladas desde os anos 1980 (Maldonado, 2009). A discussão em torno do conceito (em alguns países da América Latina, denominado turismo rural de base comunitária) tem mobilizado redes regionais e nacionais de iniciativas locais e outros atores em todos os países da região, que buscam o reconhecimento de suas ações dentro das propostas da ONU e OMT sobre turismo solidário e desenvolvimento sustentável (Projeto Bagagem, 2015).

As reflexões aqui apresentadas partem da observação de que existe uma variedade de definições propostas acerca da ideia de turismo de base comunitária, cada uma delas enfatizando determinados aspectos deste fenômeno. A variedade de versões sobre o turismo de base comunitária, entretanto, não é novidade; é perceptível para qualquer um que se aproxime de tais discussões que não existe um único consenso sobre o que seria a sua essência, embora hajam pontos em comum. Bartholo et al (2009), em publicação encomendada pelo Ministério do Turismo no Brasil, afirmam, inclusive, a diversidade como um dos fundamentos teóricos inerentes a essa forma de atividade, relacionando ao caráter heterogêneo de suas formas a multiplicidade de definições existentes.

Não tenho a intenção de sistematizar a ampla produção relativa ao tema<sup>15</sup>. O que proponho é um exercício de outra natureza: desejo colocar em perspectiva a própria dinâmica de produção conceitual sobre o turismo de base comunitária. Assim, parto das proposições de Bourdieu (1983) para pensar o turismo de base comunitária como campo, buscando entender como a produção e reprodução de representações diferenciadas sobre um tema pode ser uma via reveladora de posições sociais e relações de poder. Segundo Bourdieu, um campo pode ser entendido como um espaço, no sentido simbólico, em que diferentes atores se encontram em relação em torno de interesses fundamentais em comum. Apesar de possuírem interesses em comum, esses atores se encontram em posições diferenciadas, ou seja, certos atores se encontram em posições dominantes em relação ao objeto de interesse, enquanto outros questionam essas posições. Um campo é, portanto, um espaço de disputa pela autoridade específica que lhe diz respeito: “a estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se

<sup>14</sup> Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: danielacaruz@ifpi.edu.br

<sup>15</sup> Esse trabalho já tem sido desenvolvido de forma admirável sob a coordenação da professora da UFRJ, Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça, em paralelo ao mapeamento das iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil, no âmbito do projeto “O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do Estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso”.

preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (Bourdieu, 1983, p.90). Pensar no turismo de base comunitária como campo significa pensar as relações de poder entre os atores envolvidos na sua discussão e construção e os lugares a partir dos quais eles falam. Significa pensar em como certas percepções e definições se encontram concentradas em determinados grupos e o que isso implica, por exemplo, em termos de disponibilização e acesso a recursos, sejam materiais ou simbólicos. Significa também pensar as estratégias dos atores para manter ou contestar a estrutura deste campo específico.

Identifico como agentes nesse campo os grupos residentes dos lugares transformados em destinos turísticos -a “comunidade”; o mercado, através de agentes e operadores; a academia, através de pesquisadores e formadores de variadas áreas do conhecimento; o governo, em sua atuação voltada para o turismo, através da elaboração e implementação de políticas públicas específicas, mas também em outras frentes de atuação não específica, como na definição e gestão de unidades de conservação ambiental, ou no tratamento da questão fundiária; ONGs e outras instituições mediadoras. Os aspectos evidenciados nas diferentes definições produzidas e reproduzidas por esses diferentes atores são indicativos de concepções muito distintas acerca do turismo, do próprio mercado, e dos objetivos buscados com a implementação do turismo. Além disso, o que está em disputa é a própria legitimidade de falar sobre o turismo de base comunitária.

Do ponto de vista governamental, a existência ou, como no caso brasileiro, a ausência de um conceito operatório tem implicação direta na possibilidade de mobilização de recursos. Normalmente, as políticas públicas são informadas por conceitos produzidos pela academia ou pelos próprios movimentos sociais, que vêm conquistando força nesse sentido. Assim, são esses os atores que tomo como objeto de análise nessas reflexões. Alguns autores da academia definem o turismo de base comunitária pelo viés do mercado e identificam suas “fraquezas inerentes” (Bartholo et al, 2009; Maldonado, 2009). Das oito deficiências citadas por Maldonado (2009), por exemplo, seis são do plano das dificuldades que os grupos encontram ao lidar com o turismo *como empresa*: problemas no padrão de qualidade, nas estratégias de marketing, na gestão, na capacidade de negociação e o desconhecimento do funcionamento do mercado externo. As outras dificuldades dizem respeito a uma baixa participação ou participação subordinada das mulheres, e o déficit de serviços públicos no local<sup>16</sup>.

Do ponto de vista dos grupos locais, o relacionamento com o mercado é, também, uma grande preocupação, mas não somente no sentido da comercialização. As dinâmicas do mercado, com a anuência e o suporte do poder público, são o seu foco de oposição, assim como a implementação de grandes projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, o turismo de base comunitária só é pensado como uma oposição ao turismo de massas quando os grupos em questão são efetivamente ameaçados pela sua presença. Esse seria o caso de muitos grupos residentes em áreas costeiras no Brasil, mas certamente não se aplica

---

<sup>16</sup> Talvez pudesse ser interessante nos colocarmos a questão: o que ou que tipo de conjuntura leva a presença dessas chamadas “fraquezas inerentes”?

a casos em regiões de acesso remoto, como o turismo em terras indígenas ou os casos que pude observar em trabalho de campo na Guiana e no Suriname<sup>17</sup>.

Outra característica do turismo de base comunitária é ser considerado experiência de autogestão de grupos comunitários, experiência essa geralmente assentada em bases culturais ou etnicamente diferenciadas. Os grupos locais normalmente definem a própria adesão como *uma atitude de resistência*, o que não deixa de ser percebido por vários autores da academia, embora não seja o foco de sua atenção (Maldonado, 2009; Bartholo, 2009; Bursztyn et al, 2009). Outros acadêmicos analisam, exatamente, a luta por autonomia desses grupos na relação com o mercado (como Leal, 2009) e a atuação de mediadores através de metodologias participativas (por exemplo, Faria, 2009).

Mendonça (2015; 2010), com base em pesquisas etnográficas, pode perceber que esses grupos se apropriam desse formato de turismo como um movimento político e social, balizados pela luta pela posse da terra e pela permanência de suas tradições e modos de vida. O que fica evidenciado desse protagonismo assumido pelos grupos é o conflito com o próprio Estado<sup>18</sup>, com o mercado imobiliário, com o mercado do turismo ou outros tipos de atividades interessadas na incorporação de seus territórios. Trata-se de grupos que estiveram por muito tempo ou ainda encontram-se em posição marginal em relação aos processos produtivos predominantes.

Além disso, a interlocução desses grupos com o Estado se dá muito mais em relação a outras instâncias que não as de turismo, como os órgãos ambientais e fundiários (ou mesmo com a FUNAI, no caso de grupos indígenas), dada a natureza de suas demandas. Muitos desses grupos estão interessados no turismo como atividade alternativa, geradora de renda. Outros, entretanto, em contraponto à ideia predominante em certos meios de que o turismo de base comunitária poderia ser definido pelo consumo, não estão interessados, de fato, na comercialização do turismo ou na presença de turistas, mas utilizam o turismo como recurso e discurso na sua luta por direitos, uma vez que falar de turismo pode lhes trazer visibilidade e legitimidade (Madureira, 2015). Nesses casos, é possível observar o turismo sendo utilizado como ferramenta de poder pelos próprios grupos.

Quis demonstrar brevemente como diferentes atores sociais podem utilizar um mesmo repertório para sustentar diferentes posições, inclusive opostas. Embora o repertório seja o mesmo, não estão sempre falando da mesma coisa. É importante que isso seja levado em consideração na análise, na medida em que o conhecimento que produzimos na academia pode refletir na idealização de políticas públicas. Com qual destes conteúdos o discurso oficial se alinha? Outros atores importantes desse campo ainda precisariam ser melhor analisados em seus discursos e práticas, como as ONGs e outras instituições mediadoras, além de agências de cooperação internacional que financiam projetos nessa perspectiva. É importante ter em mente, contudo, que relações de poder e respostas a elas

---

<sup>17</sup> Comecei a desenvolver como parte das pesquisas de doutorado, no início de 2015, trabalho de campo etnográfico junto a iniciativas que se identificam como turismo de base comunitária na Guiana e no Suriname.

<sup>18</sup> Especialmente presente nas ações de preservação e conservação ambiental, como alerta a autora, e, por outro lado, como pude perceber em campo, nas concessões de uso de territórios e recursos ao mercado.

não são sempre imediatamente óbvias. A análise sobre o turismo de base comunitária ultrapassa os limites do turismo.

### Referências

- Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (2009). Apresentação. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 13-24. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bourdieu, P. (1983). Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de Sociologia*, 89-94. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Bursztyn, I.; Bartholo, R.; Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 76-91. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Faria, I. F. de. (2009). Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 261-276. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Leal, R. E. da S. (2009). O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 240-248. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Madureira, M. (2015). Debatedora. Seminário de Extensão 10 anos de GAPIS – Diálogos Sustentáveis. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 25-44. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Mendonça, T. C. de M. (2015). O Estado da Arte do Turismo de Base Comunitária no Brasil. Seminário de Extensão 10 anos de GAPIS – Diálogos Sustentáveis. Rio de Janeiro: UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (2010). Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro.
- Projeto Bagagem. (2015). II Encontro Turisol. Brasília. Disponível: [http://issuu.com/raizesds/docs/turisol\\_2015](http://issuu.com/raizesds/docs/turisol_2015)

## Reconhecimento Territorial aplicado em Pilar de Goiás segundo modelo de análise do sistema territorial turístico a partir de subsistemas de fluxos e fixos: espaço, história e cultura

Giovanna Adriana Tavares Gomes<sup>19</sup>

Victória de Melo Leão<sup>20</sup>

Nascido do Quilombo de Papuã, Pilar de Goiás compõe vultosamente a construção histórica do estado de Goiás. O grande volume de ouro granjeado no início da exploração, meados de 1741, na região despertou o interesse de famílias tradicionais, exploradores e da Igreja Católica por um pedaço de terra prospera de Pilar de Goiás.

Com o declínio das minas de ouro, ao longo do século XIX, os habitantes de Pilar de Goiás passaram a depender de agricultura e, por estar fora da rota do comércio da região, a cidade ficou isolada durante um século. Em visita a cidade em 1823, o explorador Cunha Matos fez a seguinte afirmação: “Este arraial vai caminhando para uma completa aniquilação: as suas famílias nobres acham-se quase extintas; e grandes propriedades de casas estão de todos abandonadas.”

Somente em 1954 que o município de Pilar de Goiás teve seu Conjunto Arquitetônico reconhecido como patrimônio histórico nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), porém boa parte do seu acervo já havia ruído e em péssimas condições de conservação.

Mesmo com o tombamento patrimonial realizado pelo IPHAN, os olhos do poder público não se voltaram para o município, ora pela dificuldade de acesso, ora por divergências políticas. Já em Pirenópolis e Vila Boa (Cidade de Goiás), municípios com herança histórica equiparada a Pilar de Goiás, foram melhor assistidos por projetos de desenvolvimento social e territorial, proporcionando a possibilidade de desenvolver o turismo de forma sustentável e tornando a atividade uma fonte considerável de renda.

Como a procura dos visitantes pelo segmento do Turismo Cultural por destinos históricos cresceu, Pilar de Goiás despertou o interesse do poder público local e comunidade da terra para a grandiosidade do seu produto neste estilo turístico e tenta fortalecer sua imagem e desenvolver a atividade turística.

Para o desenvolvimento de uma atividade turística responsável é necessário um planejamento íntegro, considerando diversos elementos que são influenciadores no processo. Anjos (2004) propõe um método de estudo considerando o objeto estudado como um sistema complexo, composto por subsistemas com elementos definidos por fluxos e fixos, permitindo a compreensão da dinâmica territorial e social. No entendimento de Anjos (2004):

---

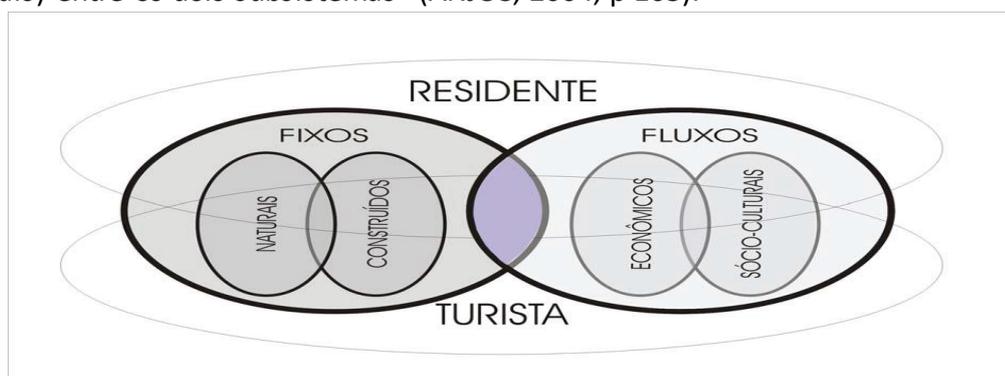
<sup>19</sup> Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI - SC, Especialista em Gestão em Turismo e Hotelaria, Bacharel em Turismo, Professora Universitária – Faculdade Cambury e Faculdade Lions e Técnica do IPTUR – Instituto de Pesquisas Turísticas do Estado de Goiás – Observatório de Turismo. E-mail: giotavares.adriana@hotmail.com

<sup>20</sup> Graduada em Planejamento Turístico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Campus Goiânia, Brasil. e-mail: victoriampleao@outlook.com

A sustentabilidade sistêmica está relacionada necessariamente com todos os elementos que constituem o sistema, como os naturais e os humanos, os sociais e os econômicos, os políticos-ideológicos e os filosóficos, os tangíveis e os intangíveis, os fixos e os fluxos, a forma e a função (ANJOS, 2004, p 145).

As inter-relações dos elementos nascem a partir de influências dinâmicas que vão se adaptando de acordo com cada elemento, ocasionando as mudanças no sistema. As relações formam estruturas sistêmicas de atributos essenciais do todo integrado e dinâmico, atributos esses que não isolados nas partes, mas nos relacionamentos dinâmicos entre elas, entre elas e o todo, entre o todo e outros todos (ANDRADE, et. al, 2006).

Anjos (2004) afirma ainda que para a compreensão do sistema territorial turístico deve-se levar em consideração elementos territoriais específicos divididos em dois subsistemas sociais: residentes e turistas. Cada um possui interesses em comum e divergentes entre si. Então devem ser analisados de forma singular e se inter-relacionando, buscando compreender "especificidades, dinâmicas e sobreposições (de escala espaciais e temporais) entre os dois subsistemas" (ANJOS, 2004, p 163).



**Figura 1: Formação do sistema territorial turístico.** <sup>21</sup>

Denominado como subsistemas de fixos, são compreendidos os elementos naturais (flora, fauna, água, clima, acidentes geográficos, solo, etc.) e os elementos construídos pelo homem (edifícios e estrutura urbanística).

Os subsistemas de fluxos reúne as dinâmicas socioculturais (renda, trabalho, escolaridade, manifestações folclóricas, etc.) e econômicas (produção, distribuição, acumulação do capital).

Com o intuito de promover a leitura das potencialidades do município de Pilar de Goiás, a utilização deste método demonstrou mais coerência com a pesquisa por expor de melhor maneira a dinâmica entre os subsistemas revelando seu real potencial a se desenvolver e as dificuldades a serem sanadas de forma concreta. Para o estudo do sistema Pilar de Goiás, fragmenta-se os subsistemas, definindo-os em fixos naturais, fixos construídos, fluxos econômicos e fluxos socioculturais. No subsistema fixos naturais, trata-se de toda a estrutura ecológica e territorial, destacando os atrativos naturais de Pilar de Goiás

<sup>21</sup>Fonte: ANJOS (2004, p. 164)

como a Cachoeira do Ogó; Buracão, um antigo balneário público em processo de restauração; Gruta dos Escravos, importante acervo do extinto Quilombo de Papuã, localizado na reserva natural Cachoeira do Ogó e; Ruína dos Bandeirantes, onde está localizada as ruínas das primeiras instalações dos bandeirantes na região no início da exploração do ouro. Hoje a Ruína dos Bandeirantes se encontra na propriedade da Mineradora Yamana Gold<sup>22</sup>.

O subsistema dos fixos construídos compõe a estrutura construída ou que teve intervenção do homem modificando sua forma original. Estradas e meios de acesso ao município, unidades de saneamento básico e distribuição de energia elétrica, postos de atendimento social como segurança, saúde, redes bancárias, hotéis, restaurantes, pontos de recreação e cultura fazem parte deste subsistema. Neste subsistema ainda encaixa os monumentos, espaços públicos e suas funções, dentro do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico tombado pelo IPHAN. Evidencia-se a Igreja Nossa Senhora do Pilar; Igreja Nossa Senhora das Mercês ou Igreja dos Pardos; os Sinos de Pilar; Casa de Enxaimel; Casa de Cama e Cadeia; Casa de Intendência; Casa das Rótulas e; Chafariz São José.

O subsistema dos fluxos econômicos descreve os aspectos e atividades econômicas presentes no município. Entre eles estão a extração de minério e a agropecuária.

O último subsistema, porém não menos importante, é o de fluxos socioculturais, que apresenta as tradições, rituais e manifestações originadas no município e que compõem a identidade cultural da região. A maioria de cunho religioso, destacam-se a Festa do Divino Espírito Santo, Cavalhadas e a Tradicional Festa de Nossa Senhora do Pilar.

A partir da identificação do potencial do município e a proposta de torná-lo um pólo turístico, o turismo pode virar instrumento de resgate histórico e cultural. Os atrativos criam possibilidades de revitalização do patrimônio tombado, manifestações tradicionais e bens culturais e estimulam a participação ativa da comunidade no desenvolvimento da atividade turística. A análise permitiu identificar que o município de Pilar de Goiás possui forte tendências para o desenvolvimento do Turismo Cultural, devido seus elementos históricos. Para o IPHAN (1976), o turismo cultural é

Aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artístico. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (IPHAN, 1976).

Porém, com todo este potencial, o descaso com a infraestrutura do município dificulta o desenvolvimento turístico. Pilar de Goiás implora por projetos consistentes para resgatá-los do esquecimento com máxima urgência.

---

<sup>22</sup>A Yamana é uma mineradora de ouro com sede corporativa em Toronto, Canadá e escritório operacional em São Paulo, Brasil. Tem significativa produção nas Américas, com operações e projetos em desenvolvimento na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

A falta de infraestrutura para receber o turista limita a cidade em relação a qualidade dos serviços oferecidos aos mesmos, sendo um dos principais motivos do desinteresse a visitação ao município, desvalorizando sua identidade e sua carga histórica.

Por consequência desta problemática, o turismo não é zelado pelo poder público como prioridade. O município geralmente recebe visitas de duração muito curta, geralmente de meio dia, por necessitar de apoio dos municípios vizinhos para fornecer serviços básicos de hospedagem, pela dificuldade de acesso devido a escassez de transporte coletivo intermunicipal, não fazendo do turismo uma atividade rentável.

A proposição do planejamento do espaço turístico de Pilar de Goiás deve-se apoiar as possibilidades identificadas e seus limites, incrementando uma ação participativa de gestão e planejamento, usufruindo dos recursos existentes, sejam naturais ou construídos, mas que seja sustentável de forma ecológica e social tanto para os turistas quanto para a comunidade local.

### Referências

- ANDRADE, A. L; SELMA, A; RODRIGUES, L. H; SOUTO, R. (2006) Pensamento sistêmico: caderno de campo: o desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade. Porto Alegre: Bookman.
- ANJOS, F. A. dos. (2004) Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica. (Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis).
- ANJOS, F. A. VIANA, L. J. T. (2008) O sistema territorial turístico: uma análise dos subsistemas de fluxos e fixos no município de Jaboatão dos Guararapes In: Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 84-102.
- BARRETO, M. (2001) Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento. 6 ed. Campinas: Papirus.
- BRASIL. Carta de Turismo Cultural, de 1976. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso em: 19 set 2014.
- BRASIL. Pilar de Goiás. In: IPHAN, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=854A1346E6EE73CB391024D61AC19436?id=18200&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 22 jan 2015.
- GOMES, G. A. T. (2010) Conflito de Interesse e Participação da Comunidade no Desenvolvimento do Turismo de Base Local: Um Estudo de Pirenópolis e Cidade de Goiás- GO. (Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Balneário Camboriú: UNIVALI).
- LEÃO, V. M. (2015) PILAR DE GOIÁS - Confronto de Interesses e Expectativas na Preservação do Patrimônio Histórico Tombado e Desenvolvimento do Turismo Local do Ponto de Vista dos Atores Sociais: Poder Público e Comunidade Residente. Unpublishedmanuscript.
- LEMOS, C. A. C. (2000) O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Ed Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- PELEGRINI, S. C. A. (2006) O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: Trajetórias do Debate sobre a Preservação no Brasil. São Paulo: UNESP.

## Proposta de implementação de roteiro turístico rural em Seropédica, RJ: estudo de caso do Bairro Incra.

OLIVEIRA, Sérgio Domingos<sup>23</sup>;  
ROSA, Lélío Galdino<sup>24</sup>;  
TOMAZIN, Mariana<sup>25</sup>.

### RESUMO

A implementação de um roteiro turístico rural no município de Seropédica, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, é aqui discutida com o objetivo de se propor um roteiro integrado preliminar, verificando se este é viável, se os atributos existentes e planejados suprem a necessidade para tal atividade turística e se os empreendedores locais se envolveriam no projeto. Desta forma, este estudo de caso refere-se ao Bairro Incra e para desenvolvê-lo, realizou-se pesquisa básica por meio de visita técnica ao local, visitando-se os possíveis atrativos e infraestruturas existentes, como o local proposto para a construção de um meio de hospedagem rural, alambique, frigorífico, propriedades rurais e lago, captando-se imagens ao longo da visita. Para complementar, realizaram-se entrevistas com os gestores dos empreendimentos, adotando-se, como procedimento, a pesquisa participante a fim de traçar um roteiro rural preliminar, avaliando-se a sua viabilidade.

### INTRODUÇÃO

O turismo constitui-se em uma das poucas atividades que, para ser desenvolvida, não pode se deslocar de seu meio, necessitando contínuos investimentos de curto, médio e longo prazo para manter-se. Por conseguinte, a conservação, manutenção e melhoramento do destino são fundamentais, pois o destino é objeto e motivo da visita ao longo do tempo, independente de sua tipologia, sendo primordial que sua identidade seja potencializada. No caso do turismo rural, esta realidade não é diferente. Para tanto, oferecer serviços diferenciados e competitivos aos turistas é fundamental. Desta forma, sua implantação requer estudos de viabilidade, sejam eles sociais, econômicos, ambientais ou estruturais, tornando os empreendimentos mais complexos, gerando a necessidade de geração de mais produtos, mais clientes, maiores investimentos, mais pessoal, infraestrutura, etc.

Entretanto, para que o turismo rural não gere impactos indesejáveis ao destino, onde a comunidade cumpre papel de protagonista, é imprescindível adotar medidas que fomentem a conservação do patrimônio natural e cultural aliado ao desenvolvimento de uma economia sustentável do território. Há que se levar em conta que algumas áreas possuem não apenas potencial ambiental, mas também um potencial cultural de seus patrimônios, o que é fundamental para a atratividade do destino e as possibilidades de

---

<sup>23</sup> Professor Doutor do Curso de Hotelaria da UFRRJ, Líder do Grupo de Pesquisas TRECHOS. Email: sedoliveira@gmail.com

<sup>24</sup> Professor Doutor do Curso de Hotelaria da UFRRJ, Líder do Grupo de Pesquisas TRECHOS. Email: leliogaldino@hotmail.com

<sup>25</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Turismo pelo Centro de Excelência de Turismo na Universidade de Brasília – UNB. Email: mariana\_tomazin@hotmail.com

ligação entre os mesmos, inclusive os meios de hospedagem, que não podem se limitar a preservar os bens materiais e imateriais da região, mas desenvolver seus potenciais turísticos de forma a manter suas características e a identidade local, ampliando sua atratividade e fortalecendo suas especificidades.

### **O BAIRRO INCRA E A ESTRUTURA TURÍSTICA NO CONTEXTO RURAL**

A evolução da sociedade tem gerado um crescimento contínuo da população de modo geral, causando, também, uma constante urbanização, especialmente em grandes centros urbanos. Tais crescimentos trazem consigo consequências ao modo de vida, mas também à saúde das populações.

O distanciamento entre sociedade e natureza, principalmente nos maiores aglomerados, contribui para acentuar o estresse gerado pelo modo de vida moderno e para produzir uma visão idealizada do campo, que seria o portador de uma vida mais simples, em contato com a natureza, e o repositivo das energias despendidas (GERALDO, 2012, p. 14).

Neste processo, causado pela rotina extenuante do trabalho, ressurgiu a busca por ambientes mais amigáveis, o que ressalta a necessidade do oferecimento de produtos e serviços turísticos relacionados às lidas rurais, assim como para as atividades de lazer e entretenimento. Neste mesmo contexto Celso (2008) reforça a peculiaridade existente entre a demanda criada por turistas e de o turismo rural apresentar-se como uma alternativa de desenvolvimento e a valorização das suas características rurais:

O Turismo Rural constitui uma atividade que une a exploração econômica e outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que são alguns de seus atrativos principais. Pode-se dizer que o Turismo Rural consiste de atividades de lazer realizadas nesse ambiente.

Deste modo, os atrativos locais devem possuir características específicas, valorizando a experiência dos turistas. A infraestrutura, assim como o planejamento público são essenciais para se lograr êxito. Nestes casos, roteiros podem auxiliar não apenas turistas, mas planejadores e prestadores de serviços. Tavares (2002) define roteiro turístico como um itinerário de visita organizado, consistindo em um termo utilizado para apresentação de itinerários e programações com a finalidade de turismo, possibilitando sua existência em qualquer lugar que seja praticado o turismo, podendo ocorrer em qualquer ambientação, em áreas urbanas a rurais, regionais, internacionais ou entre elas.

Com relação às possibilidades de tipologia de meios de hospedagem rurais as mesmas não se limitam aos hotéis fazenda, mas indicam suas peculiaridades, um exemplo disto é o conceito de hotéis fazenda estabelecido pelo CADASTUR: “localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo” (BRASIL, 2010). Ou seja, ressalta-se a necessidade de potencializar-se o ambiente rural e suas atividades correlatas e que devem ser uma realidade no local onde este tipo de turismo se desenvolve, inclusive em áreas metropolitanas, como é o caso de Seropédica.

Segundo informações constantes nos estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ, 2014), a colonização do município de Seropédica é datado por volta do século XVII. A denominação Seropédica, segundo os estudos do TCE-RJ, deriva da sericultura, atividade da criação do bicho-da-seda, sendo que no ano de 1875, ainda época imperial, criou-se a primeira organização serícola do país, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

Ainda segundo o TCE-RJ, em 1938, foram iniciadas, em Seropédica, as obras do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas, onde hoje funciona a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Atualmente, Seropédica tornou-se um polo de atração para empresas que desejam operar na retroárea do porto de Itaguaí. A UFRRJ, a Pesagro e a Embrapa também exercem forte influência na economia local. Apesar de localizar-se na região metropolitana do Rio de Janeiro, que abrange além do município do Rio de Janeiro outros 17 municípios, à margem de importantes vias de acesso, além de importantes instituições, o município dispõe de um reduzido número de meios de hospedagem e número de leitos.

O Bairro Incra, por sua vez, localiza-se em local de fácil acesso em Seropédica, possui um ambiente natural e, principalmente, de produção agrícola consideráveis, apesar das áreas naturais protegidas no seu entorno.

Figura 1: Representação do Bairro Incra



Fonte: Prefeitura Municipal de Seropédica, 2015.

O Bairro, apesar da pressão imobiliária, possui um ambiente ainda rústico e com propriedades que produzem frutas, legumes, hortaliças, chás, leite, carne, cachaça, além de locais para lazer e recreação, como passeios de cavalo e pesca, conforme levantamento de campo e que podem ser observadas nas imagens capturadas na visita e apresentadas no roteiro preliminar do turismo rural no Bairro Incra.

### **O ROTEIRO PRELIMINAR**

Levando-se em conta que o Bairro Incra mantém suas características rurais, com a manutenção da produção agropecuária, apresenta-se, a seguir, os principais atributos turísticos rurais visitados e devidamente fotografados durante o trabalho de observação de campo e que poderão compor o Roteiro Rural Integrado:

1. Possível local para Meio de Hospedagem: Localizado em local alto, com ampla vista e fácil acesso, destaca-se na paisagem e conta com infraestruturas básicas para sua construção. Além disso, sua localização favorece a locomoção dos hóspedes de diversas formas: a pé, a cavalo, de bicicleta, automóvel, etc;
2. Leite e derivados: Propriedades que já produzem em pequena escala, sendo necessários ajustes para adequar-se ao consumo e venda para os turistas e empreendedores locais;
3. Produtos agrícolas: são diversas propriedades com produção contínua, oferecendo uma diversificada oferta de produtos. As atividades podem ser pela venda simples, colha e pague, etc.;

4. Alambique de Cachaça: em plena operação, com produção de diferentes rótulos e infraestrutura de produção que pode ser visitada pelos turistas por meio de visita guiada, com ou sem degustação. Neste local, pode-se acompanhar como se dá o processo produtivo da cachaça;

5. Lagos: locais que estariam no roteiro, com possibilidades de realização de passeios e de pesca, ampliando as possibilidades de lazer e recreação para os turistas. Além disso, estes locais podem ser dotados de infraestrutura de bares e restaurantes típicos, aproveitando-se não apenas dos produtos da pesca, mas também do visual do local.

Como citado anteriormente, o roteiro, pré-estabelecido e mediante reservas antecipadas, seriam percorridos por grupos, com horários estabelecidos, podendo-se ofertar roteiros distintos, de acordo com as necessidades dos turistas. Os meios de transporte também seriam variáveis, de acordo com as condições climáticas, tempo disponível ou mesmo preferências dos turistas que percorreriam o roteiro. No caso do uso de cavalos, carroças ou charretes, estes serviços seriam fornecidos por membros da comunidade mediante treinamento prévio. Para a oferta deste serviço, constatou-se, durante as visitas, que vários moradores possuem este tipo de animal e estão propensos a inclui-los na oferta deste serviço. O mesmo se dá na atividade de pesca e passeios pelo lago. Destaca-se, por sua vez, que estes cursos de capacitação e treinamento seriam facilitados pela parceria existente entre diversos atores locais, como a Universidade Federal Rural, o SEBRAE e a Prefeitura Municipal de Seropédica, já que estes atuam, efetivamente, no planejamento da atividade turística rural no referido Bairro.

Figura 2: Atrativos visitados.

Fonte: Visita de campo, 2015.

Tais atrativos poderiam comercializar seus produtos diretamente com os turistas, além de fornecer aos empreendimentos de hospedagem e alimentação. Desta forma, pode-se afirmar que o Bairro Inkra possui os atributos necessários para o desenvolvimento de um roteiro turístico rural, pois além de sua localização privilegiada, possui as infraestruturas e atrativos turísticos suficientes e relevantes para tal. Soma-se a isto a propensão de diversos



atores locais, ligados à Universidade e à Prefeitura Municipal, em promover a atividade no local, o que possibilitará não apenas seu planejamento, mas até mesmo a criação futura de um selo de qualidade para os produtos e serviços oferecidos. A roteirização é outro elemento a ser destacado, pois além de incentivar a participação da comunidade local na prestação de serviços, com potencial para amplia-los, facilita a implantação de políticas e infraestruturas públicas. Conforme objetivo estabelecido, traça-se este roteiro prévio, baseado nas infraestruturas existentes, considerando-o viável. Mediante sua implementação, vislumbra-se a possibilidade de ofertar produtos e serviços rurais de qualidade, ampliando a possibilidade de melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. (2010). **Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem**. Cartilha de orientação básica. Hotel Fazenda. Brasília: MTur.

CELSONI, B. (2008). **Turismo rural visto como um vetor de desenvolvimento local**. In II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Foz do Iguaçu, PR.

CEPERJ. [http://www.ceperj.rj.gov.br/noticias/Mar\\_14/27/novo\\_mapa.html](http://www.ceperj.rj.gov.br/noticias/Mar_14/27/novo_mapa.html) Acesso em 1 de setembro de 2015.

GERALDO, J. C. (2012). **Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas cuestas do Estado de São Paulo**. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro.

IBGE Cidades: **Seropédica**.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330555&search=rio-de-janeiro|seropedica> Acesso em 5 de setembro de 2015.

TAVARES, A. (2002). **City Tour**. São Paulo – SP. Ateph.

TCE-RJ. (2014). **Estudos socioeconômicos dos municípios de estado do Rio de Janeiro**. Seropédica.

## POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO – SP

Filipe Rossato Silva <sup>26</sup>  
Renata Maria Ribeiro <sup>27</sup>

### Resumo

As políticas públicas devem intervir de maneira eficaz e condizente com a realidade da localidade. O plano diretor municipal é uma política que é vista como um instrumento que ordena o território e trás diretrizes para desenvolver e planejar, dentre outras atividades o turismo. As políticas públicas no turismo possuem um compromisso para com o turista e o munícipe e devem ser levadas á sério. Este trabalho objetiva compreender como se dão as políticas de turismo no plano diretor de Presidente Epitácio e pretende-se fazer uma correlação entre estas diretrizes do plano diretor e os dados provindos do DADE e Ministério do Turismo.

Palavras – chave: políticas públicas; plano diretor municipal; turismo.

### Introdução

Quando se fala sobre políticas públicas, no setor do turismo, depara-se com a importância de entender a questão de seus compromissos para com os turistas, visitantes e principalmente os munícipes. E ainda, buscar desenvolver e democratizar a atividade turística; “possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos, visitantes e cidadãos, não apenas como uma potencialidade, mas como realidade, e que a sociedade organizada incida nessas definições” (Gastal; Moesch, 2007, p.42).

Partindo desta prerrogativa, os municípios deverão se atentar mais á questão das políticas para o turismo, e principalmente para o plano diretor municipal, que muito pode contribuir se tratando de gestão municipal. Independente desta questão, de fato, pensar em políticas públicas é fundamental para poder alcançar o desenvolvimento no turismo.

O objetivo geral deste trabalho consiste em conhecer o plano diretor municipal de Presidente Epitácio, especificamente a seção do Turismo, para compreender a relação entre políticas e ações em prol do desenvolvimento da atividade no município. Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica, buscando relacionar conceitos e teorias sobre a temática das políticas públicas e o turismo. Além disto, a metodologia consistiu em uma análise de documentos como o plano diretor municipal do município de Presidente Epitácio, bem como os dados e informações fornecidas pelo Ministério do Turismo e o DADE – SP Departamento

---

<sup>26</sup> Graduando do curso de Turismo da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Rosana; e-mail: filiperossato@outlook.com.

<sup>27</sup> Professora doutora do curso de Turismo da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Rosana; e-mail: renata@rosana.unesp.br.

de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias, referente aos repasses financeiros ao município. Contudo, a proposta é correlacionar o que é proposto pelo plano diretor municipal e as ações e práticas que estão sendo executadas no município no que se refere ao turismo. Posteriormente, visa-se contribuir com a qualidade da gestão pública no turismo.

### **Políticas Públicas e Turismo**

O tema da política compõe um todo bastante complexo. E, além disso, existem outras terminologias que acercam este contexto e inclusive se inter-relacionam. Para melhor definição e compreensão, faz-se necessário distinguir políticas de política. De acordo com Beni, *“políticas são orientações específicas [...] Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar os possíveis efeitos adversos, e como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país.”* (Beni, 2006, p.91) já a política, *“é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos”* (Beni, 2006, p.91).

Por conseguinte, pode-se conceituar políticas públicas como as intervenções realizadas pelo poder público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender a população nas suas necessidades materiais e simbólicas, garantindo acesso às mesmas, para que seja alcançada maior e melhor qualidade de vida não só para os grupos hegemônicos, mas também, em especial – para os excluídos (Gastal; Moesch, 2007, p.39- 40).

As questões relacionadas ao bem estar e assuntos relacionados à sociedade, é traçado e posto em prática pelo governo por meio da gestão pública e mais especificamente as políticas públicas. As demandas da população, seja em âmbito federal/estadual/municipal, devem ser atendidas de forma a contemplar resultados efetivos.

Afunilando a discussão, *“uma política pública de Turismo deve ter como concepção o Turismo como um sistema aberto, orgânico e complexo que se coloque como atividade multisetorial, cuja execução deve, necessariamente, incorporar visões multidisciplinares, multiculturais e multisociais”* (Gastal; Moesch, 2007, p.45). As políticas públicas, dessa forma, devem funcionar como um conjunto de propostas de intervenções multi e intersectoriais que busque atender as demandas dos cidadãos. E, além disso, devem ser diretas e pontuais.

#### **Análise do Plano Diretor de Presidente Epitácio**

Direcionando o trabalho aos resultados, faz-se a correlação entre o que é proposto no plano diretor municipal de Presidente Epitácio e as ações e práticas que estão sendo executadas ultimamente. De uma forma geral, verificar se o que está no papel – o plano diretor municipal, e o que esta efetivamente sendo executado.

Para esta análise, utilizou-se dos objetivos (Quadro 1) as diretrizes (Quadro 2) do plano diretor, além dos dados e informações (Quadro 3) oferecidos pelo DADE Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - órgão da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, bem como do Ministério do Turismo, por meio do portal SICONV.

#### **Quadro 1 – Objetivos da seção de Turismo do Plano Diretor Municipal**

Art. 17 - Cabe ao Poder Executivo Municipal promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social.

Art. 18 - A Política Municipal de Turismo tem como objetivos:

- I – incorporar o trabalho e a cultura da população como fator de divulgação e potencialização do produto turístico e inclusão social;
- II – articular programas e ações turístico-culturais, explorando as diversidades, como a bacia do rio Paraná;
- III – promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município;
- IV – promover atividades de ecoturismo com vistas à conservação, preservação e recuperação do patrimônio ambiental da Estância Turística de Presidente Epitácio,
- V – fomentar e potencializar ações comunitárias para o desenvolvimento do turismo na perspectiva de justiça e igualdade social.
- VI - incentivo aos segmentos de maior dinamismo e de maior agregação de valor do turismo receptivo, especialmente em novos nichos como turismo de aventura, de eventos, da melhor idade, esportivo, cultural, científico, náutico, étnico-cultural e de negócios;
- VII - Integrar as áreas cultura/turismo a fim de aumentar o fluxo de turistas;

FONTE: PRESIDENTE EPITÁCIO, 2006.

### **Quadro 2 – Diretrizes da seção de Turismo do Plano Diretor Municipal**

Art. 19 - Para a consecução dos objetivos previstos no artigo anterior, a Política Municipal de Turismo observará as seguintes diretrizes:

- I – definição do produto turístico da cidade e sua segmentação;
- II – geração de imagem de fácil identificação com o produto definido e de fácil divulgação, assimilação e consonância com os diferentes mercados e segmentos potenciais, garantindo a diversidade cultural e étnica da cidade;
- III – garantia da qualidade da experiência do visitante pela disponibilização adequada dos atrativos turísticos, da infra-estrutura urbana e dos serviços a serem por ele utilizados;
- IV – reconhecimento das áreas não consolidadas e atrativas para o turismo como prioritárias para investimentos em infra-estrutura, controle urbano dos espaços públicos e incentivos à preservação de suas características singulares, levando-se em conta os interesses sociais com geração de emprego, renda, preservação do patrimônio histórico e ambiental.
- V – Utilizar o título “Estância Turística” como diferencial no atendimento dessas diretrizes, especialmente no que diz respeito à projeção deste município como referência nacional.

Parágrafo único - Os objetivos e diretrizes prescritos nesta lei, servirão de base fundamental para elaboração do plano diretor de turismo da Estância Turística de Presidente Epitácio, Lei específica, que deverá ser criada até 2 anos após a entrada em vigor deste Plano Diretor.

FONTE: PRESIDENTE EPITÁCIO, 2006.

Referente aos dados e informações do DADE/SP e Ministério do Turismo, traz-se somente uma breve descrição dos usos e repasses financeiros, haja vista o volume destes documentos.

### **Quadro 3 – Dados e informações DADE/SP e Ministério do Turismo**

Do DADE/SP: apresenta a execução de obras e reforma da Praça da Bíblia; pavimentação/recapamento asfáltico; construção de pista de atletismo; construção de quadras; construção de balneário; reforma de ruas; sinalização semafórica e placas; construção de pavilhão de eventos; plano diretor de turismo para o município; e reformulação de Fonte da Praça Matriz. Possui processos datados de 2007 a 2016, além de apontar um investimento total no valor de R\$ 15.329.635,32.

Do Ministério do Turismo: evidencia o apoio a projetos de infraestrutura turística; promoção de eventos para a divulgação do turismo interno. Um total de 5 convênios datados de 2008 a 2014, e não apresentam valores.

FONTE: DADE/SP E SICONV – MINISTÉRIO DO TURISMO

A partir destes dados, na tentativa de correlacionar os objetivos e diretrizes do plano diretor e as ações que estão sendo executadas, vê-se que a única diretriz atendida é a elaboração do plano diretor de turismo, e ainda com ressalva, sendo que estaria fora do prazo, já que nas diretrizes pede-se que a mesma seja atendida com no máximo 2 anos após o plano diretor ser aprovado, considerando que o plano diretor entrou em vigor em 2006 e a ação está prevista para o ano de 2015.

Um ponto importante a se considerar é que esta análise foi feita somente com base nos órgãos públicos que destinam recursos para o município, sendo anível federal e estadual, desta forma, pode haver alguma outra ação municipal ou até mesmo privada que contemple algum outro objetivo ou diretriz do plano diretor.

### Considerações Finais

Apesar de a análise estar limitada ao respaldo dos órgãos públicos - federais e estaduais, este trabalho vem apontar o descaso e a não contemplação das diretrizes do plano diretor municipal, tendo em vista que o que está sendo executado, não está de maneira nenhuma, em conformidade com outras políticas e participantes do planejamento.

Entende-se que a infraestrutura urbana é de fundamental importância para a atividade turística em si, mas recursos para o turismo devem ser destinados a projetos mais específicos ou estar mais focados e direcionados ao turismo. Com estes recursos próprios do turismo pode-se investir mais em eventos, marketing turístico, manutenção e transformação de atrativos turísticos, postos de atendimento ao turista e até mesmo capacitação para a fortificação da oferta turística, além de pesquisas de demanda e perfil do visitante; que não é o caso das ações contempladas principalmente com os recursos vindos do DADE.

Sabe-se que as práticas serem atendidas devem constar em um plano municipal de turismo da localidade e ainda serem alvo de debate da gestão municipal e ainda evidenciar a importância de se discutir possibilidades para integrar a questão das políticas públicas em benefício do planejamento do turismo.

### Referências

Beni, M. C. (2006) *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.

Siconv. Portal de convênios. *Presidente Epitácio*. Disponível em: [https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/PreenchaOsDadosDaConsultaConsultar.do?tipo\\_consulta=CONSULTA\\_RAPIDA](https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/PreenchaOsDadosDaConsultaConsultar.do?tipo_consulta=CONSULTA_RAPIDA), acesso em: 02/10/2015.

DADE. Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias.(2015) *Presidente Epitácio*.

Gastal, S; Moesch, M. M. (2007) *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph.

Presidente E. *Plano Diretor*. Objetivos e diretrizes do Turismo. Prefeitura de Presidente Epitácio, 2006. Disponível em: <http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br/leis/plano-diretor/lei-complementar-n-50-2006-revisao-plano-diretor.pdf>. acesso em: 27/07/2015.

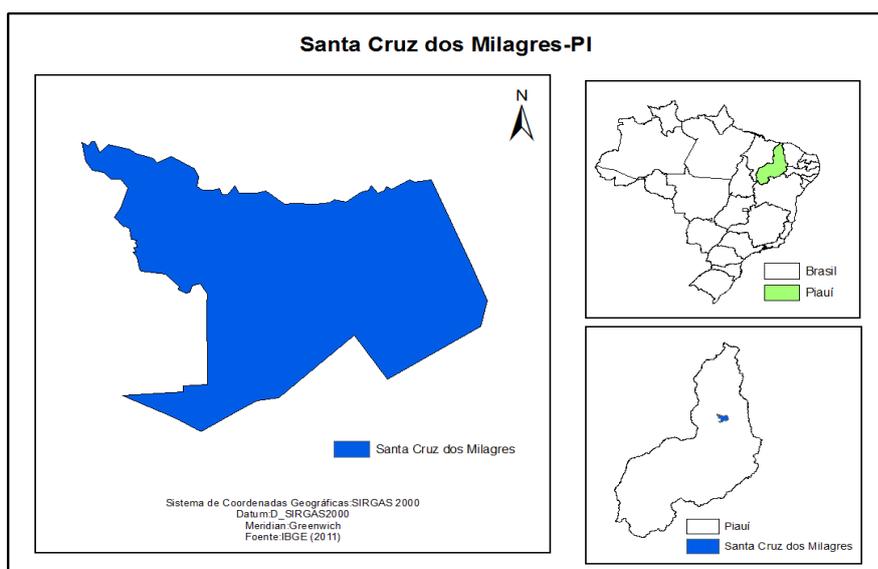
## POLÍTICAS DE TURISMO RELIGIOSO NO PIAUÍ: UM ESTUDO SOBRE SANTA CRUZ DOS MILAGRES (PI)

Kaíse Canuto da Silva<sup>28</sup>

A influência religiosa e práticas devocionais percebidas na cidade de Santa Cruz dos Milagres, único santuário declarado pelo Vaticano para peregrinação no Piauí, e que já representa o terceiro maior destino religioso do Nordeste (MTUR, 2015), sua importância é notada pela quantidade considerável de romeiros que para lá se deslocam todos os anos, para pedir ou agradecer uma graça alcançada.

Na pequena cidade com uma população residente de aproximadamente 3.794 habitantes (IBGE, 2010), o fluxo anual de visitantes gira em torno de 40.000 pessoas, segundo dados da Secretária de Turismo do Piauí - SETUR (2012). As diversas mudanças na dinâmica da cidade são acompanhadas por políticas públicas desenvolvidas nas diferentes esferas de poder. Esta pesquisa busca abordar de que forma as ações desenvolvidas por meio de programas e projetos de turismo na cidade de Santa Cruz dos Milagres tem contribuído para promover o turismo religioso efetivo na região.

**Figura 1- Localização do Município**



Organização: Passos (2013)

O Turismo Religioso na definição formal é compreendido como uma organização que movimenta inúmeros peregrinos em viagens pelo mistério da fé e da devoção. Andrade (2000, p.77) tem o turismo religioso como: “o conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visita a lugares ou regiões que despertam sentimentos místicos e/ou suscitam a fé, a esperança e a caridade nos fiéis de qualquer tipo ou em pessoas vinculadas à religião.” Dessa forma percebe-se que em um mesmo local é possível vivenciar esta religiosidade turística onde para cada um existe um significado e uma simbologia única e individual. A vivência da fé é a principal motivação do turismo religioso,

<sup>28</sup> Professora de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Coordenadora do Curso Técnico em Guia de Turismo. kaise\_canuto@ifpi.edu.br.

mais outras atividades não religiosas movimentam o local como o comércio e as festas profanas.

O turismo religioso popular originou-se a partir das peregrinações a santuários (oficiais ou populares), onde a população mais carente sai em busca desses lugares que possibilitam uma “comunicação” maior com Deus, e ainda lhe proporcionam entretenimento como: festas, procissões, romarias e novenas. Esses eventos caracterizam a cultura popular desses peregrinos e propiciam uma ruptura nas vivências cotidianas (OLIVEIRA, 2004). A presença de centenas de centros de peregrinação por todas as regiões do país, em decorrência da herança religiosa trazida pelos portugueses, faz do Brasil um país predominantemente católico apesar do último censo revelar uma perda considerável de 10% no número de fiéis. O Piauí é um estado também de predominância católica, onde 85,1% se declaram católicos (CENSO, 2010). Tornando estes espaços de forte característica religiosa, as expressões de fé se apresentam aos olhos de seus habitantes, sendo que as festas religiosas marcam significativamente o calendário festivo das cidades brasileiras e piauienses.

A cidade de Santa Cruz dos Milagres, partindo da ideia do Santuário e da forte religiosidade que a envolve, auxilia na busca da compreensão do “espaço sagrado” como forte atrativo, já que segundo Rosendahl (2007, p. 198) “estamos diante de uma vivência cultural e globalizada de sacralidades envolvendo pessoas, objetos e lugares reconhecidos como sagrados”. Os espaços religiosos, sacralizados em seus lugares centrais como os santuários são espaços de irradiação e constituem zonas de influência e propagadoras da fé.

De acordo com Cullingsworth (1997 apud HALL, 2004, p.26) “planejamento é o processo intencional em que se definem metas e se elaboram políticas para implementá-las”. A análise das políticas permite compreender e explicar o conteúdo das decisões políticas e como elas foram tomadas. Em uma política oficial representa a união dos valores e do comportamento que envolve uma ordem governamental. A elaboração de políticas públicas trata-se de uma atividade política influenciada pelas características sociais e culturais da sociedade, e pelas estruturas formais do sistema político.

Dessa forma política pública é tudo que o governo pretende fazer ou não, e representa o poder decisões e não-decisões por parte da ação do governo, que possui escolha deliberada entre alternativas propostas. (HALL, 2004)

Apesar dos questionamentos sobre a eficiência da política governamental e a presença do Estado em parte ter sido diminuído em favor de uma gestão empresarial mais dinâmica. O desenvolvimento do turismo também se tornou alvo das políticas públicas de governo, e representa tudo que os governos decidem ou não fazer com relação ao setor turístico. O planejamento turístico e a intervenção do governo no processo de desenvolvimento da atividade turística são fundamentais para conter os efeitos indesejados do desenvolvimento do setor, principalmente em escala local.

As ações desenvolvidas em Santa Cruz dos Milagres, na sua maioria, tratam-se de projetos de infraestrutura turística, sobretudo, relacionados à reestruturação de espaços e vias públicas. No quadro abaixo são apresentados alguns recursos federais destinados à Cidade.

**Quadro 1- Recursos destinados a Santa Cruz dos Milagres**

Origem do recurso	Destino	Obra	Custo	Ano
Ministério do Turismo	Santa Cruz dos Milagres/PI	Pavimentação em Ruas do Município de Santa Cruz dos Milagres	97.500,00 R\$	2012

MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Reforma da Praça Miverino	146.250,00 R\$	2012
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Pavimentação das ruas são João do cajueiro, Rua do canto e Rua Manoel Dantas.	131.625,00 R\$	2011
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Pavimentação,Ruas Raimundo Rafaelo e Mudinho Moura.	141.375,00 R\$	2011
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Pavimentação Poliédrica RuaSãoJoão do Cajueiro.	3.416,04 R\$	2009
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Pavimentação poliédrica do município deSantaCruzdos Milagres.	141.375,00R\$ 3.625,00	2009
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Construção de uma praça pública	97.500,00 R\$	2008
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Apoio a projetos de Infraestrutura	1.000.000.00 R\$	2006
MinistériodoTurismo	SantaCruzdosMilagres/PI	Recuperação de 49km de estradas	244.000,00 R\$	2004

Fonte: Adaptado de MinistériodoTurismo(2015)

Os incentivos destinados à cidade são recursos necessários para a melhoria de vida da população local e dos romeiros, que vão desde a pavimentação de ruas e recuperação de estradas a construção de praças públicas.

Em cidades santuários a romaria é uma atividade quase que independente das mais variadas atividades de comércio, lazer, alimentação, sendo que estes serviços podem ou não serem formalizados por empreendimentos turísticos oficiais. A cidade possui segundo dados do IBGE (2010) uma receita de R\$ 5.907.737 sendo que a despesa da mesma fica em 4.703.118, e entre os setores da economia da cidade, agropecuária, indústria e serviços, é no setor de serviços o destaque do município assim, como no estado do Piauí.

Mesmo sem dados concretos sobre a influência da romaria e seus efeitos diretos na receita da cidade, nota-se que o setor de serviços se destaca devido a essa prática que atrai um número expressivo de visitantes. Esses serviços podem ser definidos como produto turístico, que é tudo que é oferecido ao turista, desde as infraestruturas de acesso, os locais de alojamento, a alimentação, a hospitalidade, como também os recursos ambientais e naturais e o patrimônio histórico cultural, serviços que, normalmente estão voltados para exploração econômica, sendo passíveis de serem comercializados e consumidos, gerando renda para a área receptora. Os serviços de hospedagem, alimentação e culturais mesmo que insuficientes, são encontrados na cidade, a maior carência é prestação de serviços de transporte são insuficientes para uma real locomoção de turistas dentro da cidade.

O governo do Estado do Piauí também auxilia na implantação de ações que busquem desenvolver o turismo na região, por meio de melhoria na infraestrutura da cidade, como o Projeto de Apoio Turístico da Cidade de Santa Cruz dos Milagres inaugurado em 2011, projeto que integra o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional. Seguindo a tendência das ações desenvolvidas pelo PRODETUR, os projetos desenvolvidos são sobretudo, resultado de uma política urbana, com a criação de infraestrutura urbana.

Durante o período das três grandes festas religiosas na cidade de Santa Cruz dos Milagres é possível constatar o aumento do fluxo de pessoas, em torno dos símbolos

religiosos, a um aumento no comércio local, principalmente por meio da feira livre que ocorre nas proximidades da igreja, e movimenta feirantes locais e de outros municípios, para a comercialização de diversos produtos. Restaurantes e pousadas recebem maior número de visitantes, no entanto, a maioria dos romeiros que visitam a cidade utiliza o mínimo possível dos serviços oferecidos na cidade, como alimentação e hospedagem, eles se organizam e produzem sua alimentação e ficam hospedados em áreas públicas da cidade.

Pode-se perceber que a atividade turística religiosa não é capaz de atender de forma efetiva às necessidades e a demanda da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. A Igreja católica é quem de fato organiza a atividade na cidade. No que tange os impactos socioeconômicos, estes são inúmeros, vão desde a renda gerada pelo consumo de mercadorias e sendo expressos pela renda despendida pelos turistas e romeiros quando eles utilizam os bens e serviços da cidade. O crescente fluxo de romeiros e turistas religiosos na escadaria proporciona o crescimento do comércio por meio da feira, onde diversos produtos são consumidos tanto por romeiros como a população de Santa Cruz dos Milagres. O transitar dos romeiros e turistas religiosos que circulam nos corredores entre as barracas de vendedores ambulantes, onde se comercializa desde objetos religiosos, como imagens de santos, fitas “milagrosas” até utensílios domésticos (panelas, vasilhas, etc.), roupas, alimentação e equipamentos para o trabalho no campo, representa um grande fluxo nas escadarias e dificultando o acesso até a mesma.

Para Beni (2006) a atividade turística que cresce aceleradamente resultado do próprio processo de globalização vê a necessidade do desenvolvimento endógeno uma ferramenta para de organização das atividades turísticas para que venham garantir o processo de produção da comunidade. É fato que o desenvolvimento endógeno faz parte da vida social, econômica e cultural da comunidade, e é de fundamental importância para melhoria da qualidade de vida das pessoas e que gere um desenvolvimento turístico que garanta uma atividade que traga impactos positivos tanto para a comunidade, como para os visitantes.

O desenvolvimento da atividade turística, com base no desenvolvimento endógeno, visa buscar o bem-estar econômico, social e cultural por meio da participação ativa da comunidade. A oferta de uma diversidade de produtos e serviços de conteúdo endógeno é capaz de atender a demanda existente e contribuir para o crescimento local ou regional.

As políticas públicas desenvolvidas na cidade de Santa Cruz dos Milagres se concentram, sobretudo, em promover infraestrutura de acesso à cidade, onde as políticas locais estão centralizadas pelo poder local. Além da imagem positiva da cidade, refletida na qualidade de vida da população local, são necessárias políticas públicas que busquem legitimar o valor social, como estratégia de defesa do meio ambiente e das manifestações culturais, onde constitua o fortalecimento da atividade turística religiosa em Santa Cruz dos Milagres.

A religiosidade presente na cidade de Santa Cruz dos Milagres condiciona a espacialidade da mesma, pois determina o aumento do fluxo de pessoas durante as festividades religiosas e a concentração sobre os espaços sagrados, sobretudo, nas proximidades dos símbolos sagrados. De fato percebe-se a importância que a cidade de Santa Cruz representa para os milhares de fiéis, que todos os anos redefinem o espaço da cidade, dando a ela uma dimensão simbólica. É fundamental considerar a importância do sagrado na recriação do espaço, reconhecendo o sagrado não como simples aspecto da paisagem, mas como elemento de produção do espaço.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

IBGE. **Contagem da população (2010)**. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidades](http://www.ibge.gov.br/cidades). Acesso em: 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo**. 2010. [s.l.]

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução Edite Sciulli. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Christian Dennis Monteiro de. **Turismo Religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 187-220.

SETUR. **Secretária de Turismo do Piauí**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: julho, 2012.

TURISMO, Ministério do. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/2133-turismo-religioso-ganha-espaco-no-nordeste.html>. Acesso em: setembro de 2015.

## OS SENTIDOS DO GUIAMENTO E DO AUTOGUIAMENTO SOB A ÓTICA DOS GUIAS DE TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GO

Thamyris Carvalho Andrade<sup>29</sup>  
Luiz Carlos Spiller Pena<sup>30</sup>

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PARNA-CV), criado em 1961, recebe em média 20 mil turistas por ano e, em janeiro de 2013, em atendimento à Instrução Normativa 8/2008, do Instituto Chico Mendes de Conservação e Pesquisa – ICMBIO passou a oferecer a opção da visita sem a obrigatoriedade de contratação do guia de turismo. Tal ação suscitou manifestações de contrariedade, principalmente pelo grupo de guias locais, e, tornou-se o tema/problema que motivou investigar a necessidade ou não da mediação para visitas em áreas naturais protegidas. O objetivo do presente artigo é descrever e analisar de que forma as visitas realizadas (guiadas e autoguiadas) impactam diferentemente a viagem e a experiência do turista sob a ótica do Guia de turismo. O método da fenomenologia permitiu a interação e percepção com os guias de turismo sobre as visitas guiadas e autoguiadas ao PARNA-CV aliando o suporte teórico à verificação no trabalho de campo.

O artigo é parte dos resultados obtidos da pesquisa científica realizada e registrada na dissertação de mestrado da autora que teve como objeto o guiamento e autoguiamento no território da Chapada dos Veadeiros, em especial no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PARNA-CV) localizado a 260 km da capital federal, no Estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e Colinas do Sul, e, inserido no bioma Cerrado.

A viagem à Chapada dos Veadeiros é um momento no qual a mudança da percepção do viajante em relação à vida e paisagem do seu local de origem rompe o achatamento da visão, comum na vida urbana e decorrente da pressa dos deslocamentos impostos nas obrigações do dia-a-dia que, inclusive, desviam o olhar e o pensamento das diferentes problemáticas e formas com que a cidade se apresenta.

Tal ruptura significa reduzir a velocidade do percurso do olhar e permitir redirecioná-lo para um encontro com sua natureza, sobretudo, que representa uma das principais motivações para a prática de turismo sob as diferentes formas que lá assume: de aventura, turismo de natureza ou ecoturismo. Mas, significa também a possibilidade de disseminar a noção de responsabilidade sobre bens finitos, em oposição a uma visão e práticas

---

<sup>29</sup> Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília - UnB. Email: thamyris.andrade@gmail.com.

<sup>30</sup> Doutor em Engenharia Civil, área de saneamento e ambiente, pela Universidade Estadual de Campinas. Professor e pesquisador do Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília (UnB). Email: spilena@unb.br.

impiedosas sobre a natureza, quando considerada apenas como fundo territorial de matéria prima para uso na reprodução social nos/dos meios urbanos.

Nesse sentido, nas Unidades de Conservação como os Parques Nacionais, que admitem a visitação turística, é possível, a partir da experiência permitida ao visitante, o manejar da sua consciência para uma reflexão sobre as problemáticas socioambientais de uma maneira geral – Brasil (2000). Para tanto, quase sempre os Parques Nacionais são assistidos por guias de turismo, condutores ambientais ou guarda-parques. Sendo assim, supõe-se que esses agentes possuem um papel de mediação para a formação dessa consciência.

Na trajetória de pouco mais de cinquenta anos do PARNA-CV a prática do contato com a natureza, especialmente para o turismo, envolveu a oferta dos serviços de guiamento que faziam parte do receptivo aos visitantes. Todavia, em dezembro do ano de 2013, a obrigatoriedade da contratação do guiamento foi tornada facultativa por uma decisão tomada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO . Tal fato levou a uma situação de conflito entre o poder público e grupos de guias locais e motivou um dos objetivos da dissertação de mestrado em refletir sobre o guiamento enquanto serviço para o turismo, além de descrever e analisar, a partir da realidade do PARNA-CV até que ponto os turistas necessitam de mediação para suas visitas.

A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa e exploratória, seguindo o delineamento fenomenológico que compreende a subjetividade como parte necessária ao entendimento da realidade social e não como obstáculo (BUCHINA, 2011).

Para o registro e interpretação da percepção dos guias de turismo o método utilizado foi a análise de conteúdo, que tem por objetivo estudar e analisar um material qualitativo. Para Bardin (1997), este método enquadra-se numa prática de pesquisa de enfoque crítico e epistemologicamente apoiado numa compreensão em que o sujeito é ativo e produz o conhecimento. A finalidade da análise de conteúdo é a dedução de conhecimentos relativos às categorias de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que busca indicadores, podendo ser quantitativos ou não. Para Richardson (1985), toda comunicação que implica a transferência de significados de um emissor a um receptor pode ser objeto de análise de conteúdo.

Foi utilizada também a observação participante, na forma de registro da percepção da pesquisadora que realizou e vivenciou as entrevistas com os guias de turismo. Contou-se com os relatos obtidos a partir das entrevistas feitas com Guias de turismo da região, escolhidos de forma aleatória, não probabilística.

**Tabela 1: Perfil dos Entrevistados**

Nome dos Participantes	Dias de realização	Perfil	Naturalidade
Guia 1	31 de maio	Guia, ex-prefeito de Alto Paraíso e filho de garimpeiro	São Jorge
Guia 2	31 de maio	Ex-garimpeiro e Guia de Turismo (Fez a primeira Guiagem dentro do Parque)	São Jorge

---

<b>Guia 3</b>	31 de maio	Ex-garimpeiro e Guia de Turismo	São Jorge
<b>Guia 4</b>	01 de junho	Ex-Guia de Turismo	Goiânia

---

**Fonte: os autores.**

A entrevista foi desenvolvida por meio do seguinte roteiro: 1- Reconstrução da história de criação do Parque, por meio da memória oral dos Guias entrevistados; 2- Considerações positivas ou negativas trazidas pela IN nº 8/2008 e; 3- A importância do Parque como instrumento de trabalho e o sentimento de pertencimento em relação ao PARNA-CV como Patrimônio Natural.

A reconstrução da história foi pensada com o intuito de confrontar e agregar valor à história escrita. Ao dialogar sobre a criação do PARNA-CV, obtivemos os seguintes relatos:

**G1:** *Quando surgiu a Casa dos Nove, que aqui era chamada a Casa dos Nove, que era a casa da UnB, pessoal começou a frequentar a Chapada e vinham as pessoas que queriam conhecer o Parque, né. E aí falavam: Quem que leva? É o filho da Nenzinha.*

A necessidade de um Guia de Turismo começou a ser sentida antes mesmo da consolidação do Turismo na região. As pessoas buscavam a região, mas algo não os deixava totalmente à vontade em relação à visitação autoguiada.

**G2:** *Eu sou Guia profissionalmente de 92 pra cá, e o primeiro Guia que guiou as primeiras pessoas que vinham aqui. Não tinham nem trilhas para as cachoeiras. O Parque foi criado em 1961, mas já existia o garimpo desde 1914. Em 1948 foi descoberto o garimpão, época em que meu pai veio pra cá. Naquela época existia o garimpo e a lavoura. Os 65 mil hectares que tem dentro do Parque, tudo é garimpo. Em 1970, quando eu comecei no garimpo, já estava ruim de produção, já tava produzindo o que os outros jogavam fora antigamente. Eu achei bom a criação do Parque, porque isso aqui na década de 80 era um desrespeito, não tinha regra, não tinha nada.*

Pela fala extraída do Guia 2, observa-se que mesmo sem a criação do PARNA-CV, a atividade do garimpo já teria tempo definido para se extinguir. Deixando nas entrelinhas a compreensão dos recursos naturais como bem finitos.

**G2:** *Em 91 veio a WWF que nos patrocinou em 91 e 94 para cursos. Nessas alturas já vinham muita gente e já tinha muito lixo lá. Esse grupo se juntou com a WWF para fazer a limpeza no Parque. Foi um ano só para fazer a limpeza no Parque. E o Parque continuou limpo com a obrigatoriedade de Guia.*

Além da preocupação com o patrimônio, observa-se a associação da limpeza do Parque com a obrigatoriedade do Guia para a visitação.

**G3:** *O Turismo sustentável foi muito bom pra região, sustentava mais de 200 famílias, como Cavalcante, Teresina e Alto Paraíso. Tudo trabalhava nessa função do Turismo Sustentável. Só que a partir do ano trasado pra cá, essa pressão que não é obrigatório o Guia, eles abriram essa trilha autoguiada. Coisas proibidas que antes não podia fazer, hoje você observa. Depois que abriu o Parque com essa trilha autoguiada, o povo não respeita, lugares proibidos que já aconteceu acidentes... Por mais que tenha bombeiro, eles não vai proibir ninguém, às vezes eles nem orientam. Dizem assim: Estou aqui para cuidar de pessoas na água, se você quer segurança e*

*informação, você contrata um Guia. Então o Guia é isso. É segurança e informação.*

Dentre as considerações que o Guia traz sobre a não obrigatoriedade na visita, ele menciona o Guia como sinônimo de segurança e informação. E ainda relata os perigos que a visita autoguiada proporciona.

*G4: De 87 a 2000 a gente teve bastante presente nesse campo de atividade. Surgiu de forma espontânea na casa dos estudantes de antropologia em São Jorge. A vila de São Jorge começou a ficar popular em Brasília, de tal maneira que nos feriados de 89/90 já havia uma frequência no feriado de mais de 500 pessoas, até 1000 pessoas que entravam no Parque Nacional. O pessoal acampava próximo às corredeiras. Não existiam ainda as pousadas, operadoras, Guias. Era uma apropriação espontânea. Até que houve o acidente com os escoteiros no ano de 91 que mudou um pouco o caráter das coisas. E também o próprio tipo de visita não estava muito correto, na época o pessoal jogava muito lixo, nos buracos de garimpo, ninguém voltava com o lixo. Essa consciência ainda estava emergindo, Ecoturismo era uma palavra nova. Desenvolvimento sustentável era uma coisa que as pessoas nem sabiam traduzir direito. No princípio não havia um caráter profissional e o pagamento normalmente era um agrado, ir a um restaurante.*

Assim, nas falas explicitadas acima, observa-se que os guias entrevistados associam à conservação do PARNA-CV aos momentos em que este teve visita guiada, concluindo que o guiamento está diretamente relacionado ao cuidado e conservação da unidade. Deste modo, quando se analisa a visita no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO de forma abrangente, observa-se aberturas e possibilidades para a existência das duas modalidades de visita – guiada e autoguiada.

No entanto, após o presente estudo, conclui-se que para a visita ao PARNA-CV a presença de um guia de turismo é essencial. Essa constatação baseia-se no período de realização dos trabalhos de campo da dissertação a que se faz referência, realizados de novembro a maio, período este marcado por um verão quente e chuvoso, em que o Cerrado oferece inúmeros riscos aos turistas.

Deste modo, pode-se afirmar que para os meses de novembro a maio (6 meses) a presença do guia de turismo é inerente à visita e deveria ser obrigatória com o objetivo de oferecer uma maior segurança ao turista que busca a visita no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

#### **REFERÊNCIAS**

- BARDIN, L (1997). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 226p.
- Brasil (2008). **Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes 08**. Brasília.
- Brasil (2009). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Brasília.
- BRASIL (2000). Lei nº 9985, de 18 de julho. **SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação**.
- BUCHINA, Izabel (2013). **Simplesmente Maria: Temas, lemas e dilemas**.<eme-de-maria.blogspot.com.br/2011/10/origem-da-palavra-fenomenologia.html?zx=ba4a669fed87c136> Acessado em 19 de outubro.
- ICMBIO – **Instituto Chico Mendes** (2013)<www.icmbio.gov.br.html> Acessado em 17 de fevereiro.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (1985). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo. Ed. Atlas.

## Observatórios de Turismo - Ferramenta de gestão e subsídio para formulação de políticas de turismo

RUAS, Rayane<sup>31</sup>

Observatório de Turismo consiste em uma ferramenta de monitoramento e gestão da atividade turística de determinada região. O Observatório do Turismo do Distrito Federal - OTDF, se consolida como

Ferramenta de observação, coleta, tratamento, análise, geração e monitoramento de dados e informações. Instrumento de suporte para o planejamento, a gestão e o monitoramento do fenômeno turístico destinado a subsidiar as decisões empresariais de investimentos e a construção de políticas públicas do destino Brasília. (SETUR/DF,2015)

De forma sistematizada, periódica e com metodologia concisa o Observatório de Turismo Distrito Federal - OTDF monitora o desenvolvimento do turismo no DF, além de analisar o comportamento e as preferências do visitantes, contribuindo para a formulação e implementação de políticas públicas e estratégias de posicionamento e consolidação de mercado.

Lançado em dezembro de 2013, o observatório foi desenvolvido pelo Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB, contratado pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal, por meio de uma licitação. Isto fez com que as metodologias e as bases de pesquisas iniciais do Observatório fossem concebidas por uma instituição e pesquisadores renomados, entretanto com um viés de subsídio para o monitoramento do turismo e aplicação ao mercado e à política pública.

Desde 2014 a alimentação e o desenvolvimento de pesquisas está a cargo da Secretaria de Turismo, que vem se empenhando para dar continuidade às pesquisas iniciais criando assim uma série histórica e possibilitando uma análise mais completa do panorama turístico na cidade.

Tendo em vista a realização da Copa do Mundo FIFA 2014™ quase a totalidade das pesquisas desenvolvidas neste ano teve como público alvo os visitantes da Copa e a realização deste mega evento, dentre elas foi realizada a Pesquisa de perfil e satisfação do turista da Copa do Mundo; a Contagem de fluxo de visitantes na Rodoviária Interestadual; a percepção do Turista que frequentou os estádios; a percepção do morador a respeito do evento antes durante e após a sua realização (em parceria com CODEPLAN). Tais pesquisas permitiram avaliar o desempenho da cidade na ocasião do evento, bem como conhecer o público, suas preferências e necessidades. As informações coletadas por estas pesquisas no

---

<sup>31</sup>RUAS, Rayane. Mestre em turismo pelo Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB, MBA Executivo em Gestão de Projetos (AVM) e pós-graduada em Gestão de Patrimônio, Cultura e Turismo Sustentável (Fundación Ortega y Gasset – Argentina). Ocupa o cargo de Diretora do Observatório de Turismo na Secretaria de Turismo do DF. rayane.ruas@gmail.com

momento estão sendo utilizadas para o planejamento e melhor aproveitamento das Olimpíadas, que aconteceram em 2016 e Brasília será uma cidade olímpica com a realização de jogos de futebol.

Entretanto, o Observatório não tem como alvo eventos pontuais, ao contrário, visa o monitoramento constante (mensal) de informações relevantes para a atividade turística. Para tanto, são feitas parcerias com instituições que possuem informações relevantes para o monitoramento da atividade:

- Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do DF – ABIH/DF e do BrasiliaConvention&VisitoursBurea – BCVB: as quais fornecem dados da ocupação hoteleira, diária média e faturamento da hospedagem ao Observatório. Além da ABIH/DF e do Convention, o OTDF possui parceria com a Inframérica, para o recebimento de informações de fluxo de voos, fluxo de passageiros, quantitativo de desembarque nacional e internacional e malha aérea nacional e internacional;
- Consórcio do Novo Terminal Rodoviário: compartilhamento de informações de números de embarque e desembarques no terminal, além do número de linhas rodoviárias e quantitativo de empresas;
- Grupo de Visitação Institucional de Brasília – ViiBra que abarca a maioria dos atrativos turísticos do DF, como Palácios, congresso, museus, tribunais, e que fornecem mensalmente o número de visitantes que tais atrativos receberam;
- Secretaria de Fazenda – SEFAZ/DF: fornece trimestralmente o desempenho do setor de turismo por meio da arrecadação de ISS do grupo de Turismo, Hotelaria e Diversões, e o quantitativo geral do ISS arrecadado no período, o que permite a comparação e a percepção da contribuição do setor na economia;
- Ministério do Turismo – Mtur: compartilha as informações da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FRNH que permitem a consolidação do perfil dos hóspedes da hotelaria; dentre outras.

Além da parceria para recebimento de informações o OTDF, se apropria das ferramentas e das informações disponíveis para o monitoramento do turismo, como é o caso do estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estatísticas Aplicadas - IPEA para a mão de obra do setor de turismo, onde se coleta informações de quantitativo de postos de trabalho formais e informais além do perfil, idade, faixa salarial, estabilidade de trabalho, e outras informações.

Ainda, o OTDF gera as suas próprias informações por meio de pesquisas primárias a campo, que envolve a atualização constante do inventário e realização da pesquisa de perfil aplicada nos Centros de Atendimento ao Turistas; pesquisa de perfil aplicada nas Propriedades Rurais do DF e entorno – fortalecida através de uma parceria com o Sindicato de turismo rural e ecoturismo do DF – Ruraltur/DF; pesquisas pontuais em eventos e feriados; pesquisa de perfil e satisfação do turista do DF, que possui mais de 50 variáveis e é uma das principais fontes de informações para o desenvolvimento do turismo no DF.

Como se pode perceber, o Observatório do Turismo do DF trabalha quase que integralmente em parceria com o mercado e com instituições governamentais. Isto porque cada instituição, empresa ou setor é detentor de uma importante informação a respeito do desenvolvimento da atividade turística. Portanto o OTDF coleta as informações já geradas por cada setor e com as geradas pelo OTDF, equipara todas na mesma linguagem, analisa e disponibiliza de forma acessível e de fácil compreensão para que todos os envolvidos se apropriem das informações.

Todas as informações coletadas ou geradas pelo Observatório estão disponíveis online no portal [www.observatorio.setur.df.gov.br](http://www.observatorio.setur.df.gov.br). Esta ferramenta recebe mensalmente mais de 6.000 (seis mil) visitantes, a sua maioria do Distrito Federal, entretanto recebe muitas visitas de países estrangeiros, destaque para os Estados Unidos com aproximadamente 200 visitas mensais.

Entretanto, identificou-se que muitos gestores não têm a compreensão e o hábito de acessar o portal para coletar as informações de sua necessidade. Para suprir esta necessidade o Observatório desenvolveu alguns documentos de lançamento periódico onde as principais informações estão consolidadas e analisadas, assim os gestores imprimem este documento e o consultam com maior domínio e facilidade. Estes documentos são:

- Anuário Estatístico do Turismo do DF – Anualmente, até fevereiro do ano subsequente;
- Boletim de Perfil do Turista – Semestralmente, agosto e fevereiro;
- Oferta turística do DF – Anualmente, novembro;

Além de relatórios específicos que estão em desenvolvimento, como o mercado, perfil e utilização dos taxis; o universo gastronômico do DF, dentre outros.

Diante da estrutura apresentada, os desafios do Observatório são a consolidação e fortalecimento das parcerias estabelecidas, para que os envolvidos reconheçam a importância da sua participação no monitoramento do turismo no DF e cada vez mais utilizem das informações geradas; a compilação das informações e a padronização para que os dados sejam comparáveis e permitam chegar a análises sólidas e verdadeiras; a disponibilização de informações complexas e geradas a partir de uma concepção metodológica acadêmica ao público, gestores e até turistas de forma compreensível, de fácil visualização e apropriação; e por fim, a difusão dos conhecimentos gerados pelo Observatório para os diversos níveis – acadêmico, mercado, gestores públicos, investidores – atendendo as necessidades de cada um dos envolvidos.

Sendo assim, identificasse que o Observatório de Turismo do DF tem cumprido com o seu papel de monitorar o desenvolvimento, as tendências do turismo no DF além do perfil, satisfação e o comportamento dos visitantes. Entretanto, sempre há informações a serem desveladas, variáveis a serem cruzadas e novas análises que podem contribuir para a melhor compreensão deste importante setor, não só para o desenvolvimento econômico, mas também social.

**Referências**

SETUR/DF, 2015. Observatório de Turismo do Distrito Federal. Disponível em: [www.observatorio.setur.df.gov.br](http://www.observatorio.setur.df.gov.br). Acessado em 12/10/2015 às 13h.

## OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, TURISMO E PROSTITUIÇÃO EM HAVANA.

Hélio F. L. N. da Gama<sup>32</sup>

O presente ensaio apresenta dados inéditos de pesquisas realizadas em Cuba em 2004 e 2005. A opção de apenas torná-los públicos agora se deve a mudança do contexto internacional causada pelo reatamento das relações diplomáticas da ilha com os EUA. As pesquisas compõem minha tese de doutoramento (Gama, 2005) e receiava por explorações político-ideológicas no contexto do aperto do embargo econômico que Cuba foi submetida no governo de George Bush, período de minhas investigações.

A pesquisa tem como objetivo a análise das motivações de abordagens de cubanos e cubanas a turistas que são realizadas de modo ostensivo no cotidiano havaneiro, em especial a relação turismo e prostituição.

Fazendo uso da fenomenologia de Husserl (1986) e da dialética de Karel Kosik (1976) enquanto metodologias de investigação de um sujeito situado na pesquisa, buscou-se a observação participante como técnica de coleta de dados, pois “O observador participante (...) observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se depara normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversações e descobre as interpretações” (Becker, 1993, p. 47). Nosso desafio no emprego dessa técnica refere-se a credibilidade dos informantes, pois “Teria o informante razões para mentir ou esconder uma parte do que considera como sendo a verdade? (...) mesmo quando uma declaração assim examinada se mostra seriamente defeituosa como relato minucioso de um acontecimento, ainda pode oferecer evidências úteis para um outro tipo de conclusão. (Becker, 1993, pp. 52-53)

A ideia de um turismo sustentável foi influenciada pelo debate em torno dos impactos negativos da atividade com relação ao meio ambiente e à cultura das sociedades hospedeiras, num momento histórico - década de 1960 - em que o turismo converte-se num fenômeno de massa. Em 1965, o relatório de Michael Dower, *Fourth Wave - The Challenge of Leisure*, alertava a sociedade sobre o potencial impacto do crescimento do chamado tempo livre e das atividades de lazer. O livro de Young, *Tourism: Blessing or Blight*, publicado em 1973, chamou a atenção para a possibilidade dos impactos negativos do turismo. *Tourism: Passport to Development*, publicado em 1979 por De Kadt discutia o papel do turismo enquanto fator de desenvolvimento e em 1982, *Tourism: Economic, Physical, and Social Impacts*, de Mathieson e Wall, detalhou os impactos mundiais do turismo. A relação entre turismo e comunidade local foi discutida pela primeira vez em detalhes por Peter Murphi em *Tourism: a Community Approach*, lançado em 1985. O escritor suíço Jost

---

<sup>32</sup> Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil (heliolobogama@hotmail.com)

Krippendorf analisou o turismo e seu impacto do ponto de vista do turista em seu livro *The Holiday Makers*, publicado em 1987.

Desde o início da década de 1990 a expressão “turismo sustentável” passou a ser usada com frequência, significando “uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e os desejos de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade” (Swarbrooke, 2000, 13). Esse conceito foi reconhecido no *Green Paper on Tourism* publicado em 1995 pela União Européia.

Entretanto, sob o “domínio do turismo sustentável (...) as definições tendem a ser irrelevantes, enganosas, e a mudar constantemente” (Bramwell *et al*, 1996). Mas a questão principal não é essa, como afirma Pigran, (1990) pois corre o risco de permanecer irrelevante e inepto, como política viável para o mundo real do desenvolvimento do turismo, se não houver os meios efetivos para transformar a idéia em ação.

Mas a dimensão ambiental não é a única preocupação do turismo sustentável, em que aspectos sociais, culturais e morais envolvidos na relação turista/comunidade são analisados. Dois aspectos tendem a caracterizar essa relação: os chamados “efeito demonstração” e “privação relativa”.

O efeito demonstração é um conceito amplo que gira em torno da ideia de que a presença de turistas, juntamente com a exposição da população local aos estilos de vida dos turistas, tem um impacto sobre as expectativas e estilos de vida da população local, como afirmam Mathieson e Wall (1982)

O conceito de privação relativa é utilizado para indicar elementos de descontentamento, insatisfação e ressentimento por parte das comunidades diante da chegada dos turistas, sendo assim considerado: “Sentimentos de privação relativos a um grupo com o qual um indivíduo se compara (...) a teoria garante que a maneira como as pessoas avaliam suas circunstâncias depende de quem lhes serve de comparação” (Seaton, 1991)

Ruschmann (1997) reforça a tese do efeito demonstração como um impacto social do turismo, quando a presença de um grande número de turistas estimula hábitos de consumo desconhecidos ou inacessíveis para a população receptora. Eles variam desde a importação de produtos (comidas/bebidas/vestuário) caros até a criação de novos hábitos de entretenimento, como o jogo (cassinos) ou o consumo excessivo de drogas e bebidas alcoólicas.

As alterações na moralidade estão presentes em grande parte dos estudos sobre os impactos do turismo nas comunidades receptoras e indicam o aumento da prostituição, criminalidade e do jogo organizado. Apesar de não se poder responsabilizar o turismo por esses males, constatou-se que eles se intensificam com o desenvolvimento da atividade. Michael Hall chegou a observar que “A prostituição ligada ao turismo se tornou uma parte integrante da base econômica em várias regiões do sudeste asiático (...) Banir a prostituição pode ser contraproducente e pode até mesmo causar mais miséria àqueles que estão envolvidos com esta atividade” (Hall, 1992).

“Jineterismo” é a acepção cubana da prostituição vinculada à expansão do turismo. Seria um exemplo empírico do chamado efeito demonstração. As prostitutas foram assim denominadas, popularmente, por se associar a prática do ato sexual comercializado com o desejo e a possibilidade de se adquirir calças *jeans* (Furiati, 2001, p. 391). A motivação básica das “*jineteras*” seria, portanto, a de adquirir bens de consumo de alto valor simbólico. Esse significado apoiava a minha hipótese inicial de que os principais impactos do turismo em Havana se dariam no plano dos valores, que as transgressões morais percebidas nas abordagens de nativos a turistas, assim como nos pedidos de gorjetas e de “um dólar”, teria o sentido de adquirir bens “supérfluos”, que distinguíssem socialmente seus atores do tecido social cubano, marcado pela escassez, mas com as necessidades básicas teoricamente garantidas pelo Estado. No entanto, ao final de minha pesquisa essa hipótese seria refutada parcialmente pela conclusão de que as abordagens aos turistas por dólares estão associadas realmente à escassez, mas à fome, à baixa ingestão de calorias no período especial que ocorreu após a queda da URSS. Não se trata, portanto, de privação relativa, mas de privação absoluta de parte da população cubana.

O desenvolvimento do turismo em Havana tem correspondência estreita com a história econômica e política social do país. “El cuadro anterior a 1959 en cuanto al turismo foráneo resultaba indignamente, Cuba era presentada como zona internacional de vicio y de lacras sociales, como si se tratara de la Sodoma del siglo XX” (Garrido, 1993, 57). Os jogos de azar e o amplo mercado do sexo eram os fatores que faziam a imagem de Cuba como um grande cassino e bordel dos Estados Unidos.

No dia 14 de maio de 2004, Havana foi manchete internacional. Mais de um milhão de cubanos, em passeata pelo Malecón até o Escritório de Interesses dos EUA, repudiaram as últimas medidas do governo norte-americano. Em 14 de junho do mesmo ano, um informe do Departamento de Estado acusou o governo cubano de participar do tráfico internacional de pessoas e de promover o turismo sexual na Ilha. Sete dias depois, numa manifestação de 200.000 pessoas reunidas na Tribuna Antiimperialista Jose Martí, Fidel Castro Ruz, Comandante em Chefe e Presidente do Conselho de Estado e Ministros de Cuba, respondeu diretamente a George W. Bush:

“Señor Bush:

(...) Incluir a Cuba en una lista de países que practican el tráfico ilegal de personas es cínico. Algo aún más infame y repugnante (...) es afirmar que Cuba promueve el turismo sexual, incluso con niños(...). Usted debiera experimentar vergüenza por intentar asfixiar económicamente al pueblo que, bloqueado y sometido a más de cuatro décadas de guerra económica, agresiones armadas y acciones terroristas (...) Usted trata de estrangular la economía y amenaza con la guerra al país que ha sido capaz de alcanzarya la cifra de 20 mil médicos prestando actualmente servicios en 64 países del Tercer Mundo. (...) Al prohibir a los norteamericanos viajar a Cuba con brutales amenazas de represión, usted viola un principio constitucional y un derecho del cual se sintieron siempre orgullosos los ciudadanos de su país. Muestra, además, miedo político. (...) Lo peor de su descabellada y torpe política contra Cuba es usted y su grupo de cercanos asesores han declarado impudicamente su propósito de imponer por la fuerza lo que califican de transición política en Cuba (...). Usted debe saber que su marcha contra Cuba no será nada fácil. Nuestro pueblo resistirá sus medidas económicas, sean las que fueren. Cuarenta y cinco años de lucha heroica frente al bloqueo y la guerra económica, amenazas, agresiones, planes de asesinato a sus líderes, sabotajes y terrorismo, no debilitaron sino fortalecieron a la Revolución. (...) El

derrumbe del campo socialista europeo y de la propia URSS, que nos privó de mercado, combustible, alimentos y materias primas, frente a un bloqueo reforzado con las Leyes Torricelli, Helms-Burton y otras medidas, no quebrantaron al pueblo cubano, y ocurrió lo que parecía imposible: resistimos! (...) Hoy no somos un puñado de hombres decididos a vencer o morir. Somos millones de hombres y mujeres que contamos con las armas suficientes (...). Puedo asegurarle que usted jamás ganaría esa guerra. Aquí no encontrará un pueblo dividido, etnias opuestas o profundas diferencias religiosas (...); se encontrará con un pueblo solidamente unido por una cultura, un sentimiento solidario y una obra social y humana que no tiene precedente en la historia. Usted no se va a llenar de gloria con una acción militar contra Cuba. Nuestro pueblo jamás renunciará a su independencia, ni renunciará jamás a sus ideales políticos, sociales y económicos". (Castro, 2004)

Em janeiro de 2004, em uma cafeteria em Havana, conheci Medalia, 31 anos, bastante simpática e desembaraçada, tomando uma cerveja. Puxou conversa e a cadeira e sentou-se a minha mesa. Fui bastante receptivo e pusemo-nos a conversar. Medalia era muito alegre e falava muito. Torna-se séria, no entanto, quando diz que não era uma "puta", mas uma "guia turística autônoma". Trabalhava informalmente, na ilegalidade, porque se trabalhasse com autorização do Estado teria que pagar altas taxas para o governo. No decorrer de nossa longa conversa procurei identificar o real caráter da atividade profissional de Medalia. Concluí que ela era especializada em intermediar o contato de turistas com *chicas*, uma guia do turismo sexual em Havana. Abordava os turistas, buscava ganhar-lhes confiança e simpatia, passava a buscá-los em seus hotéis para passeio a pontos turísticos da cidade, indicava-lhes restaurantes e *paladares* mais em conta, dava dicas de como agir em Cuba e, principalmente, buscava viabilizar os desejos sexuais destes.

Medalia pergunta, "agora que somos amigos", se posso pagar-lhe uma cerveja e um sanduíche, pois tem fome. Consinto e a conversa continua. O garçom trouxe a comida solicitada por Medalia, que não era o sanduíche acordado comigo, mas uma refeição completa: arroz, batatas fritas e um bom pedaço de frango à milanesa. Pelo brilho de seus olhos e pelo ímpeto - contido, mas percebido - com que se lançou à refeição, percebi que ela estava, realmente, com fome. No entanto, comeu apenas todo o arroz e as batatas fritas e somente um pequeno pedaço do frango. O restante da carne acondicionou num saco plástico - que antes continha moedas e algumas notas de pesos cubanos - e disse-me: "vou levar, depois, para minha filha de 13 anos que está em casa, sozinha".

Por trás das máscaras sociais, dos estereótipos construídos moralmente, as mulheres que fazem do seu corpo uma mercadoria de consumo são semelhantes, pessoas de carne, osso e alma, com sentimentos e angústias, com históricos de privações materiais, desintegração familiar, rebeldia moral e de afirmação do seu eu à revelia das normas, dos códigos e padrões de conduta aceitos social e sexualmente. Indicativo de degradação humana ou de estratégias de sobrevivência ou existência?

Em suma, o desvio moral em Cuba é considerado uma questão política, uma contestação a moral socialista do Estado. No material didático do curso de capacitação de trabalhadores do turismo da Escola Nacional de Turismo, no item referente ao "Trabajo del Partido", lê-se: "VI.4. El enfrentamiento político-ideológico del problema de las jineteras, por su complejidad y connotación social, requiere especial atención y profilaxis, tanto en el ámbito turístico como en su entorno y en toda la sociedad" (Cuba, s/d, p. 18).

O combate à prostituição, portanto, é componente da política pública de turismo de Cuba, ainda que essa não esteja associada totalmente ao conceito de privação relativa, mas, parcialmente, ao de privação absoluta.

### Referências bibliográficas

- Becker, H. (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Bramwell, B. et alli. (1996). *Sustainable tourism management: principles and practice*. Tilburg, Netherlands: Tilburg University Press.
- Castro, Fidel. (2004). *Segunda epístola. Juventude Rebelde - Tabloide Especial No. 7*. Havana, junho. Cuba (s/d). V - *El directivo y los recursos humanos*. Escuela "Sergio Perez", Biblioteca Salvador Allende, La Habana.
- Furiati, C. (2001). *Fidel Castro: uma biografia consentida. Tomo II - Do subversivo ao Estadista*. Rio de Janeiro: Revan.
- Gama, H. F. L. N. (2005). *Turismo e sustentabilidade: um olhar sociológico sobre os lugares Ponta do Corumbau, Brasile Havana, Cuba*. Tese de doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Garrido, Evaristo V. (1993). *Cuba y el turismo*. Havana: Editorial de Ciências Sociales.
- Hall, C.: 1992. *Adventure, sport and health tourism*. In Weiler, B. & Hall, C. *Special Interest Tourism*. Londres: Bellhaven Press.
- Husserl, E. (1986). *A Idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Kosik, Karel. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mathieson, A. & Wall, G.: 1982. *Tourism: Economic, Physical, and Social Impacts*. Nova York: Longman.
- Pigran, J. (1990). *Sustainable tourism policy considerations*. *Journal of Tourism Studies* 1. pp.2-9.
- Ruschmann, Doris van de M.: 1997. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus.
- Seaton, T. (1991). *Tourism and relative deprivation: the counter-revolutionary processes of tourism in Cuba*. In Robinson, M. et alli (eds.) *Tourism and Culture: culture as the tourism product*. Sunderland: Centre for travel and Tourism and Business Education Publishers.
- Swarbrooke, Jonh. (2000). *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph.

## O OLHAR LOCAL SOBRE AS RUÍNAS DO CIMBA/ARAGUAÍNA-TO:

### Turismo e políticas públicas de lazer e patrimônio.

Khalla Tupinambá Ribeiro<sup>33</sup>

Andréia Silva de Azevedo<sup>34</sup>

O município de Araguaína foi criado pela Lei Estadual nº 2.125, em 14 de novembro de 1958, sendo que seus primeiros colonizadores iniciaram o cultivo de cereais e babaçu para comercialização (IBGE, 2014). Em 1960 houve o desenvolvimento socioeconômico do município de Araguaína, a partir da construção da Belém-Brasília, nesse contexto foi fundada a primeira fábrica da região a “Companhia Industrial e Mercado da Bacia Amazônica” - CIMBA.

A indústria passou a ser fundamental para a cidade, visto que abastecia a cidade e regiões circunvizinhas com produtos derivados do óleo de côco babaçu, como: sabão, óleo de cozinha, shampoo, etc. Assim, o município de Araguaína atingiu um estágio de desenvolvimento sem precedentes na história do Estado, atraindo imigrantes de outras regiões.

Contemporaneamente, no local em que havia a indústria encontravam-se somente suas ruínas, localizadas em um grande loteamento urbanizado denominado setor Cimba (bairro que herdou o nome da indústria). As ruínas estão em estado de degradação e abandono latente, tornando-se progressivamente menos representativas na paisagem em virtude de suas más condições de conservação e o matagal em sua área de entorno.

Portanto, devido a relevância sociocultural que a indústria CIMBA teve para a cidade de Araguaína, este estudo tem como objetivo investigar a percepção da população local em relação as ruínas da antiga indústria, verificando o potencial turístico e de lazer deste ícone arquitetônico. Neste sentido, a execução desta pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2014, em uma perspectiva qualitativa, isto é, que aproxima o sujeito e o objeto de pesquisa, envolvendo suas intenções e projetos em relações tornando-as significativas (MINAYO, 1992).

Utilizou-se como instrumento de prospecção questionários, com sete questões objetivas e duas dissertativas, que foram aplicados considerando como universo amostral as

---

<sup>33</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará-UFGPA, Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC e docente efetiva do curso de Gestão em Negócios e Turismo da Universidade Federal do Tocantins/Campus Araguaína.

<sup>34</sup> Graduanda do curso de Gestão em Negócios e Turismo da Universidade Federal do Tocantins/Campus Araguaína.

321 residências identificadas em entorno das ruínas, dentre as quais foi obtida uma amostra de 63 questionários equivalente a 19.62 %, adotando como parâmetro nesse processo a seleção da pessoa mais velha da residência. Além disso, foi realizada a observação empírica da percepção da população local como um todo, bem como da postura do poder público em relação as ruínas.

Nesta investigação, constatou-se que mais da metade das pessoas entrevistadas conhece ou já ouviu falar sobre a indústria CIMBA, e ainda 34% dos moradores afirmaram que a indústria foi importante para a economia local. Desse modo, percebe-se que as ruínas são elementos reconhecidos na paisagem por demarcarem a importância histórica que tiveram para o desenvolvimento socioeconômico da região.

No entanto, quando questionados a respeito do significado das ruínas nos dias de hoje, 74% dos entrevistados remeteram a existência das ruínas a insegurança e abandono e apenas 14% atribuíram as mesmas o conceito de memória, e ainda nenhum entrevistado correlacionou as ruínas ao conceito de patrimônio.

Essa postura dos moradores da área de entorno em relação ao valor patrimonial das ruínas se justifica, pois quando questionados sobre qual o significado do termo “patrimônio” 41% dos moradores não tem nenhuma noção do que seja. Portanto, tendo em vista que o interesse em sanvagar os ícones arquitetônicos locais depende do reconhecimento destes como patrimônio, é compreensível a identificação do sentimento coletivo em relação as ruínas como algo passível de ser demolido para garantir a segurança e o bem estar local.

A relevância do reconhecimento da população em relação ao seu patrimônio cultural, pode ser atestado pelo decreto de Tombamento Nº 25/37, que alega que “o patrimônio histórico e artístico nacional é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”. Percebe-se, portanto, que o processo de Tombamento depende em grande parte do interesse dos cidadãos.

Outra questão, que torna compreensível o descontentamento da população com as ruínas, está nitidamente relacionada ao estado de abandono em que se encontram. Porém, medidas de reavitalização adequadas poderiam torná-las um espaço agradável de lazer e turismo. Neste sentido, segundo o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o lazer seria um dos direitos sociais por excelência, como o direito a saúde, ao trabalho e a moradia, entre outros. Contudo, em muitos municípios brasileiros é possível observar o “mercolazer”, ou seja, é preciso pagar pelo acesso ao serviço de lazer dentro de uma perspectiva compensatória e utilitarista (MARCELLINO, 2002).

Neste contexto, é importante frisar que mesmo com apenas 14% dos entrevistados atribuindo o conceito de memória as ruínas do CIMBA. Constatou-se nas questões dissertativas sobre histórias das ruínas, que quase todos entrevistados relataram a “lenda urbana da indústria CIMBA”. Em que há anos atrás alguns funcionários foram mortos misteriosamente após pedirem demissão, sendo que seus restos mortais eram misturados ao sabão vendido pela fábrica, de modo que estes vertígios eram encontrados no sabão comercializado.

Portanto, percebe-se que mesmo desconhecendo o termo conceitual de “patrimônio” e conseqüentemente a relevância de sua preservação, a população local possui um laço de pertença com as ruínas, a medida que sua importância socioecultural persiste no imaginário coletivo por meio de sua lenda urbana. Neste sentido, para Funari e Pinsky (2014) o conceito de patrimônio não existe isolado ele está estreitamente ligado ao seu laço de pertença com a população local, logo por meio de bens materiais e/ou imateriais contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente.

Neste sentido, um forte indicativo que este laço de pertença não está restrito somente a população da área de entorno das ruínas, foi constatado na mobilização do poder público local através da aprovação em 27 de maio de 2015, na Câmara de Vereadores do projeto lei Nº 068 para revitalização das ruínas do Cimba, através da construção do Parque Ecológico Urbano do Cimba.

### **1 Imagem: Visão geral do Parque CIMBA**



*Fonte: Ascom/Prefeitura de Araguaína (2015)*

Este projeto conta com o apoio Ministério do Turismo, Caixa Econômica e terá o investimento de R\$ 2,106 milhões, em uma área com cerca de 200 mil metros quadrados, onde estão previstos uma pista para caminhada de 1.400 metros, academia a céu aberto, uma praça para esportes radicais e bancos, que fazem parte da estrutura do Parque.

Este estudo espera que o projeto do Parque Cimba se concretize preservando as características arquitetônicas singulares das ruínas, confirmando o depoimento das autoridades locais neste sentido, tornando-se um futuro exemplo bem sucedido de espaço de lazer e atrativo turístico. Neste sentido, segundo Barretto (2003) no turismo o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmonioso dessa atividade a construção de infraestrutura básica urbana, que também atenda a população local e proporcione equipamentos para prestar serviços para toda a sociedade e venha satisfazer também o turista.

### **REFERÊNCIAS**

ARAGUAÍNA. **Projeto Lei Nº 068**, de 27 de maio de 2015. Criação do Parque Ecológico Urbano, o Parque Cimba. 2015

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4ª Edição. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

BRASIL. **DECRETO-LEI nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937.

BRASIL. **ARTIGO 6º** da Constituição Federal de 1988. Direitos universais do cidadão.1988.

FUNARI, P; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. 4.ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. (Coleção Turismo Contexto)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **História de Araguaína**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em: nov.2014

MARCELLINO, N. **Estudo do lazer**: uma introdução. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

MINAYO, M.O **Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO-HUCITEC, 1992.

TOCANTINS. **Leis Estadual nº 2.125**, em 14 de novembro de 1958. Criação do município de Araguaína, 1958.

## **Hospitalidade para o Turismo de eventos: reflexões.**

Luciana Resende Borges<sup>35</sup>

O turismo desde seu nascimento e no correr de seu desenvolvimento tem como parâmetro o fator econômico, embasado no capitalismo; porém diversas frentes de estudos acadêmicos defendem que o turismo deve ser visto e analisado não só por parâmetros econômicos, considerada visão insuficiente, mas também devem ser analisados os parâmetros sociais, humanísticos que envolvem todo o saber turístico, numa forma holística para observá-lo.

No decorrer do tempo passou por inúmeras interpretações e conceituações, gradativamente há uma evolução conceitual para definir o turismo conforme os estudos na área do turismo vão aprofundando, como afirma Moesch:

O turismo constitui-se num fenômeno sociocultural de valor simbólico aos sujeitos que o praticam. O sujeito turístico consome o turismo, por meio de um processo tribal, de comunhão, de re-ligação, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo. O valor simbólico, perpassado pela comunicação tátil deste fenômeno, reproduz-se, ideologicamente, quando os turistas comungam de sentimentos reproduzidos pela diversão, e quando há a possibilidade de materialização do imaginário, por vezes individual, em *societal*. (MOESCH, 2000, p. 134).

O avanço do fenômeno turístico deve ser visto para além de seu valor economicista, para que não haja um reducionismo da prática epistemológica. Os meios acadêmicos devem investir no saber-fazer para ensinarem competências adequadas ao turismo e assim, livrar-se do empirístico fazer-saber que empobrece o mercado e que vem pautando as práticas do turismo no Brasil.

No Turismo de eventos essa necessidade de estabelecer o saber-fazer é latente. Visto que o principal objetivo de um evento é difundir conhecimento e estabelecer relações sociais entre os indivíduos, locais ou turistas, e em contrapartida é necessário o conhecimento para a organização e realização do evento. Todo esforço no sentido da criação ou desenvolvimento da hospitalidade, no segmento de eventos, necessita do envolvimento das comunidades receptoras e dos prestadores de serviços do evento.

“O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços (...) com base cultural e relações sociais de hospitalidade (...)”. (MOESCH, 2000, p. 9).

Para Camargo (2011) termos, como hospitalidade, que aparentam demasiadamente familiares, condena o estudioso, a assumir como primeira tarefa, conceituá-los diferentemente do senso comum. Há que se transformá-los em uma ferramenta heurística, uma abertura de uma nova janela epistemológica.

---

<sup>35</sup> Mestranda em Turismo - Centro de Excelência em Turismo da UnB. Mestrado Profissional em Turismo

Verdadeiramente um desafio aos pesquisadores e aos trabalhadores operacionais que devem estabelecer e manter a aplicabilidade dos novos resultados de estudos em prol do desenvolvimento do saber-fazer, para assim haver uma alavancagem do turismo e suas segmentações.

O próprio conceito de epistemologia pode reforçar a importância dos estudos epistemológicos relacionados ao turismo, a hospitalidade e a área de eventos. Em que a conceitua como ciência, conhecimento, estudo científico que trata das questões relacionadas a crenças e o conhecimento, sua natureza e limitações; estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, também conhecida como a teoria do conhecimento, pode relacionar-se com a metafísica, a lógica e a filosofia da ciência.

Faz-se necessário também a lembrança dos conceitos e das formas que a hospitalidade pode ser apresentada, a doméstica, genuína e gratuita, embasada nos estudos realizados pelo antropólogo Marcel Mauss, na sua obra o Ensaio sobre a Dádiva, onde desenvolveu uma visão universalista sobre a teoria da reciprocidade, baseada no tripé dar, receber e retribuir, em que a hospitalidade seja uma dádiva. E a urbana, comercial, uma hospitalidade paga, oriunda do surgimento das rotas comerciais na civilização, os centros de peregrinação e os primeiros viajantes e, a partir do século XVI, a urbanização se instala, crescem as cidades, surgem os hospícios, hospitais, albergues públicos, mais tarde hotéis, restaurantes, centros de entretenimento; em seguida no século XIX percebe-se a evolução na cidade medieval em cidade contemporânea que extinguem suas muralhas e permanecem abertas a visitas. Hoje cidades disputam para serem cidades sedes de eventos, sejam eles esportivos, corporativos ou científicos.

O próprio estudo de Mauss afirma que essa proposição do tripé dar, receber, retribuir, está presente em todas as questões de sociabilidade humana. E nesse caso não há distinções tão latentes entre a Hospitalidade doméstica ou comercial, pois a dádiva está de forma concebível - perceptivelmente ou não - em todos os fatos relacionados à prática das trocas nas relações entre os indivíduos.

Gotman (2011) da mesma forma afirma a existência de uma hospitalidade híbrida, meio genuína, meio comercial, ou seja, uma dupla noção de hospitalidade, a genuína estruturada no sistema da dádiva, típica da hospitalidade doméstica e a comercial/urbana, que pode ser encenada, se tornar um *fake*. Apesar de permanecer unidas uma não deve transpor a outra e devem permanecer numa estabilidade hospitaleira, para que a monetização da dádiva ou da retribuição não cause desconforto na cena hospitaleira. Tal situação traz a dualidade: a encenação da hospitalidade e a hospitalidade genuína que transborda do negócio.

Outro ponto importante, ainda nos estudos de Gotman (2011), é o chamado “riso comercial”, mantido erroneamente ao receber o turista nos equipamentos turísticos, inclusive em eventos, o que caracteriza uma muralha contra o contato humano, é o inverso da hospitalidade, torna-se hostilidade ou a inospitalidade. É a robotização da prestação de serviços. Fato que, gradativamente, está sendo revisto no ambiente corporativo, para que a inclusão de estudos, como Gestão por Competências e práticas de hospitalidade, possam sanar ou minimizar tal hostilidade na prática do atendimento receptivo, para que a hospitalidade seja um diferencial competitivo buscado por empresas e cidades ao receberem turistas.

Os pesquisadores da área da hospitalidade têm como mérito mostrar, mesmo dentro do comércio, que os sistemas da dádiva e do comércio, se sobrepõem, e que conflitos se derivam menos do contrato comercial do que da dádiva, da hospitalidade genuína, doméstica. Assim como o fez a pesquisadora, antropóloga brasileira, Ciméa Bevilacqua, (2001, pp. 306-334 apud Camargo, 2011) em que o objeto de sua pesquisa foi explorar a intuição maussiana sobre a coexistência desses dois princípios, os sistemas da dádiva e do comércio, aparentemente antiéticos de organização das relações sociais, a lógica do dom pode ser encontrada no mercado.

A discussão permeia por indagar até que ponto as atitudes do profissional do receptivo turístico ou de eventos, são genuínas ou comerciais. Em que mesmo utilizando-se do “riso comercial”, das técnicas de comunicação ensaiada - muitas vezes mal conduzida - e da etiqueta profissional, não se perde do ato genuíno da dádiva da hospitalidade, sendo capaz de reagir positivamente aos anseios específicos do hóspede/cliente/participante do evento e, assim superar suas expectativas quanto ao atendimento.

Os estudos sobre etiqueta também são essenciais para enaltecer essa reflexão, pois podem ser considerados estudos antropológicos, que complementam ou serve de aporte a aplicabilidade da hospitalidade. Os avanços da globalização, a civilização multiculturalista faz com que pesquisas voltadas a etiqueta torne fator importante na conduta profissional do indivíduo.

A hospitalidade comercial não pode ser considerada algo escandaloso e nem pode ser excluída, como ressalva Montandon no texto de Camargo (2011), qualificar de hospitalidade faz-se necessário, pois permanece como uma marca, uma perspectiva e um horizonte para uma interação bem sucedida - de sucesso - entre os homens, sejam esses clientes, consumidores, amigos, turistas ou participantes de eventos. Tida como sinônimo de “boa acolhida” a ser lembrada de forma positiva.

Tal reflexão traz a análise da questão do artificialismo na prática de um acolhimento não doméstico, a hospitalidade asséptica, e arremete que essa prática deve ser amenizada ou extinguida com treinamentos e posturas adequadas às práticas do bem acolher, visando a inter-disciplinaridade/trandisciplinaridade da hospitalidade, para que o hóspede não se sinta com a sensação do “não lugar”, numa espécie de limbo, em “lugar nenhum”, que certamente, numa alusão, tem algo a ver com o “falso evento”, o “evento pelo evento”, o “pseudo evento”, que se caracteriza assim pela ausência de inovatividade e hospitalidade, ausência da boa acolhida.

Partindo dessa linha de raciocínio, da necessidade do novo, da inovatividade, Gotman (2011), atesta que é preciso estabelecer um código, que denomina de código da generosidade, em que admite dois níveis: o fazer bem e fazer melhor possível, também relata que o fortalecimento do relacionamento é através da autenticidade. Respeitando costumes, tradições e o convívio social, mas sem permitir que os mesmos impeçam a criatividade. Em que o *Homo hospitalis* exerce a alteridade. “Na sociedade contemporânea, o equivalente da honra devida ao hóspede [participante do evento e/ou turista] assume, todavia, uma forma essencialmente relacional, de troca e de fortalecimento do vínculo social, que implica disponibilidade e autenticidade”. (GOTMAN, 2011, p.103).

O evento é, para Andrade (1999), considerado o negócio que proporciona o maior retorno econômico e social para os investidores e o local sede, comparando-se ao

investimento feito para sua realização. No entanto, a cada dia torna-se um mercado mais competitivo, exigindo assim, a profissionalização dos trabalhadores, sejam eles do *front-office* ou *back-office*. Este fato gera maior competitividade e necessidade de estabelecer um diferencial no mercado, que pode ser alcançado com a implantação da hospitalidade nos eventos de forma profissional.

Segundo a ABEOC<sup>36</sup> (Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos), o setor de eventos cresce 7% ao ano. O que torna cada vez mais necessário a profissionalização do setor. A atividade de eventos, atualmente, é uma das mais rentáveis sob diversos aspectos como econômico, social, cultural e profissional. Há, nos eventos, a utilização de *softwares* específicos para área, cenografias *hi-tech*, infra-estrutura e montagens audaciosas, o envolvimento do *trade* turístico da localidade sede do evento, mas para que esses, e outros, itens se relacionem entre si é necessário o fator humano.

Cada vez mais os profissionais desta área estão se qualificando técnica e administrativamente para a concretização com êxito dos eventos. Mas há algo que vem sendo observado com muita frequência, pois sua carência é nítida em todas as tipologias de eventos: a falta de humanização e sociabilidade em eventos por parte do organizador/receptivo com os participantes/convidados, o que poderá ser suprido com os preceitos da hospitalidade.

Godoi (2004) e Baptista (2002) definem a hospitalidade como o ato de receber bem ou acolher bem o visitante, seja familiar, amigo ou desconhecido, e tornar a estadia agradável. Também pode ser definida como um modo privilegiado de encontro interpessoal marcado pela atitude de acolhimento em relação ao outro.

A hospitalidade profissional tem alguns elementos característicos, segundo Ariza (2002): É a combinação de benefícios tangíveis e intangíveis; Envolve a interação satisfatória entre serviço, prestador e consumidor; Oferece segurança, conforto psicológico e fisiológico ao cliente final; Pode ser lucrativa ou não.

Pode-se afirmar que não há turismo sem hospitalidade. E ambos são âncoras para os eventos. Um evento é prestação de serviços com a vivência da hospitalidade. É a arte de bem receber e de bem atender às necessidades dos participantes, sejam eles os fornecedores, (como a equipe da empresa montadora de estrutura básica – os clientes primários), sejam eles o público-alvo do evento (clientes secundários). Vale salientar que esta prestação de serviços só alcança êxito se aplicada com trabalho em equipe e simpatia, pois a hospitalidade deve ser um exercício de cidadania, auxiliando ao próximo, acolhimento.

A era da economia dos serviços, as leis da oferta e procura, representa uma revolução fundamental, uma ruptura com as formas tradicionais do turismo e hospitalidade. Isto porque ocorre aumento na competitividade, e como consequência os serviços precisam de diferenciação para conseguir atrair os clientes e acolhê-los, de forma a agregar valores memoráveis e inesquecíveis. Para atingir esta superação das necessidades dos clientes, os conceitos de hospitalidade tornam-se gradativamente mais utilizados. Esta constatação faz com que os profissionais da área de serviços tenham atitudes de buscar mais conhecimentos e desenvolverem suas habilidades.

---

<sup>36</sup> [www.abeoc.org.br/2013/08/novo-estudo-sobre-o-mercado-de-eventos-no-brasil-comeca-a-ser-realizado/](http://www.abeoc.org.br/2013/08/novo-estudo-sobre-o-mercado-de-eventos-no-brasil-comeca-a-ser-realizado/)

As empresas organizadoras de eventos necessitam de tecnologia de ponta, estratégias de comunicação e marketing, capacidade técnica e, acima de tudo, de recursos humanos qualificados, pois para agregar valor e ser competitivo no mercado atual é preciso ter competência para desenvolver a hospitalidade e assim, refletir sobre o acolhimento turístico em eventos.

O conhecimento é a base para ser criativo, mas é necessário atrelá-lo as habilidades e as atitudes para “florescer” em serviços diferenciados, satisfazer o cliente e atingir o ápice da hospitalidade, ou seja, o turista se sentir acolhido.

**Referências**

- ANDRADE, R. B. (1999). Manual de Eventos. Caxias do Sul: Educ.
- ARIZA, R. de C. (2002). Hospitalidade: reflexões e perspectiva. Organizadora: Célia Maria de Moraes Dias. Barueri: Manole.
- BAPTISTA, I. (2002). Hospitalidade: reflexões e perspectiva. Organizadora: Célia Maria de Moraes Dias. Barueri: Manole.
- CAMARGO, L. O. de L. (2001). O livro da Hospitalidade. Organizador: Alain Montandon. São Paulo: Senac.
- GODOI, A. F. (2004). Hotelaria hospitalar e humanização no atendimento em hospitais: pensando e fazendo. São Paulo: Ícone.
- GOTMAN, A. (2011). O livro da Hospitalidade. Organizador: Alain Montandon. São Paulo: Senac.
- MOESCH, M. (2000). A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto.

## **ENCONTROS NAS FRIAS TARDES DA VELHICE: MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS**

Iraci Nascimento de Castro<sup>37</sup>  
Neuza de Farias Araújo<sup>38</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Diante da complexidade do tema do envelhecimento, a escolha pelo estudo do sujeito envelhecido e sua inserção em novos espaços de sociabilidades se faz pertinente quando se observa a motivação e vontade de viver. Os idosos são de fundamental importância em nossa sociedade, pois além de serem a cultura viva dos nossos antepassados são o que há de mais pronto nos termos filosófico, de um ser humano. Além disso, ao conversar com um idoso você tem percepções e concepções que jamais teria com qualquer outra coisa. Segundo Morin (1997, p. 147), “a velhice detém a autoridade da sabedoria; a passagem ao estado adulto se realiza segundo os ritos que asseguram uma verdadeira morte da infância e um nascimento da virilidade”.

Sabendo que os idosos se alimentam do passado, a sua trajetória é, portanto a sua memória construída pelas representações de papéis sociais. No passado, as identidades culturais eram mais conservadas devido à falta de contato entre culturas. Porém, a globalização fez com que as pessoas interagissem mais entre si e com o mundo ao seu redor. Neste sentido, a velhice “poderia novamente desaparecer do leque de preocupações sociais” (DEBERT, 2003, p. 154). Dai a relevância de trazer suas narrativas, lembranças, experiências e memórias como dispositivos que revelam a necessidade do “sair para a vida”, além de estimular a superação, a valorização e o respeito social.

Os idosos transmitem seu aprendizagem de anos, aquilo que levaram longo tempo para aprender, e de graça sem pedir nada em troca. Mas Edgar Morin alerta: “A sabedoria deve saber que traz em si contradição: é louco viver muito sabiamente” (1990, p. 69). Nessa perspectiva devemos salientar que experiência de um idoso não cabe num livro ou enciclopédia, por isso devemos olhá-lo como: documento vivo a preservar, como uma bússola que nos orienta na nossa vida, como um guia que nos indica o caminho certo a seguir pela nossa vida fora com gestos de solidariedade entre os indivíduos. Os idosos apenas despertam ternura, oferecem amor, e confiam em suas memórias.

### **MEMÓRIA E LEMBRANÇAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONDIÇÃO DO SUJEITO IDOSO**

Ao longo de nossa trajetória de vida, colecionamos diversas histórias que nos são contadas, vivenciamos intensos momentos que guardamos conosco e presenciamos acontecimentos que produzem marcas para além do tempo. Para os idosos, isso pode

---

<sup>37</sup> Mestranda em Turismo - Universidade de Brasília. E-mail: i.castro@uol.com.br

<sup>38</sup> Professora Orientadora e Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.  
Doutora em Sociologia – Université Denis-Diderot – Paris - France

parecer, à primeira vista, um exercício óbvio, já que um dos papéis que são atribuídos aos mais velhos é o da arte de contar histórias de um passado considerado longínquo, seja da família, da cidade ou de acontecimentos que marcaram uma determinada geração. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” e “a memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1979, p. 17).

Para a autora, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubadas suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança a história oficial celebrativa, pois a função social do idoso é lembrar e aconselhar e não se deixam para trás essas coisas, como desnecessária, é ligar o começo e o fim.

A memória surge como um instrumento eficaz para fazer história, fazer ciência, colocar os indivíduos em contato com sua vida passada, resgatar ideais, valores. Bosi defende a tese que as histórias dos personagens que compõem sua obra mostram sua função social exercida durante a vida, e que estas fazem parte da memória dos velhos. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam. Bosi diz ainda que ser velho na sociedade capitalista é sobreviver sem projetos, impedindo de lembrar e de ensinar. “A memória é um cabedal infinito do que só registramos um fragmento” (BOSI, 1979, p. 3).

Ao longo deste debate que separa memória e história como modalidades diferentes de reconstituição do passado, podemos dizer que Beatriz Sarlo se localizaria do lado da história ou melhor, diante da importância exagerada assumida pela memória e pelos testemunhos pessoais como fontes de verdade, desde o surgimento da história oral como um campo de estudos legítimo no meio acadêmico, a autora procura apontar os limites da subjetividade como fonte de conhecimento, destacando a importância do rigor metodológico para a manutenção do estatuto científico da história. No livro *Tempo passado* (2007), Sarlo critica aquilo que ela mesma denomina “guinada subjetiva”, processo que teria ocorrido nas ciências sociais ao mesmo tempo em que a chamada “guinada lingüística”, por volta das décadas de 1970 e 1980.

Com a história oral, observamos a valorização da memória e dos relatos em primeira pessoa como fontes de verdade e meios privilegiados para a reconstituição histórica do passado. A premissa que sustenta esse modo de fazer história aponta a memória como o resultado de uma experiência mais verdadeira, por ela ter sido pretensamente vivenciada de forma direta ou imediata, não-mediada pelo indivíduo. O modo mais apropriado para a captação dessas memórias seriam os testemunhos pessoais, ou seja, os relatos orais em primeira pessoa, nos quais os entrevistados procuram reconstituir as ricas experiências plenas de realidade vivenciadas pelos idosos.

De certo modo, a concepção da memória como o resultado de um certo tipo de experiência direta já se encontra presente no pensamento de Halbwachs (2006). Esse autor valoriza as lembranças como um fator de coesão social, definindo-a como o fruto de experiências espontâneas que permanecem vivas na ação dos grupos no presente, enquanto

a história seria caracterizada pela frieza de um registro escrito e artificial sobre fatos que já não movem mais os homens. Devemos destacar, no entanto, que as lembranças são estritamente coletivas em sua perspectiva, não comportando qualquer dimensão subjetiva.

Beatriz Sarlo não contesta a importância da memória e do testemunho, em si mesmos, como fontes de conhecimento para os estudos históricos. O problema são os exageros ligados ao subjetivo, que fazem com que elas assumam a condição de fontes inquestionáveis e infalíveis na reconstituição do passado, como se fossem mais reais e verdadeiras que as demais. Para a autora, as lembranças e relatos pessoais podem, sim, contribuir para a construção do conhecimento histórico, desde que suas especificidades sejam levadas em consideração. Memórias pessoais podem ser fontes valiosas em determinados contextos de pesquisa, mas isso não pode ser aplicado a todas as situações. A história oral tem suas vantagens e limitações, e assim os testemunhos devem ser submetidos a uma avaliação crítica.

A memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva. Mesmo sendo a memória um trabalho individual do sujeito, a mesma é sempre construída em grupo. Para o autor, a memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Ele destaca a importância dos testemunhos de outros para a formação das lembranças do indivíduo. “Recorre-se a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que se sabe de um evento sobre o qual já se tem alguma informação” (Halbwachs, 2006, p. 29).

Esse passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente de esses terem sido sentidos e experimentados por alguém. Pensamento esse que contribui com o estudo, quando se tenta fazer um resgate das memórias idosas a partir dos acontecimentos e das vivências no contexto em que estão inseridos (cidade, bairro, rua, viagens, encontros e reencontros).

Ainda segundo Halbwachs (2006, p. 75), “a memória é também um instrumento de formação quando se apoia sobre o ‘passado vivido’ e permite a constituição de uma narrativa sobre este passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita”. Se, por um lado, a memória é coletiva, por outro, somente o indivíduo é capaz de lembrar. Como afirma Halbwachs, em todo ato de memória se faz presente uma espécie de “intuição sensível”, que parece denotar a participação do indivíduo na formação das lembranças. No entanto, o idoso acaba por ser um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Na sociedade contemporânea, os fracos não podem ter defeitos; portanto, os velhos não podem errar. Os jovens ainda encaram os idosos com desprezo, inclusive porque eles

são o reflexo mais real do que serão com o passar dos anos, pois a juventude termina e sua beleza também. Os momentos de cólera, de esquecimento, e de fraqueza são duramente cobrados aos idosos. E em muitos momentos, observa-se que muitas pessoas não sabem falar e nem tampouco escutar. O idoso é essência de um lar, é a história escrita, das datas, da descrição de períodos que podem reviver em uma rua, em uma sala. Não se deixam para trás esses fatos como se fossem desnecessários. É preciso considerar que “a criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização”. (BOSI, 1979, p. 31).

De certo modo, a concepção da memória como o resultado de um certo tipo de experiência direta já se encontra presente no pensamento de Halbwachs (2006). Esse autor valoriza as lembranças como um fator de coesão social, definindo-a como o fruto de experiências espontâneas que permanecem vivas na ação dos grupos no presente, enquanto a história seria caracterizada pela frieza de um registro escrito e artificial sobre fatos que já não movem mais os homens. Devemos destacar, no entanto, que as lembranças são estritamente coletivas em sua perspectiva, não comportando qualquer dimensão subjetiva.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos, a memória é uma reconstrução do passado que se realiza no presente. Assim, procurou-se abordar neste texto que a memória apresenta de fato um caráter coletivo. No entanto, isso não significa que o indivíduo se encontre totalmente excluído do processo de formação de lembranças. Todo ser humano tem suas próprias recordações, assim como também desfruta de certo nível de liberdade, consciência e poder de ação em todos os níveis da vida social. A memória não é totalmente coletiva, nem tampouco totalmente individual.

Todavia, não se pode generalizar toda a sociedade como preconceituosa e excludente, mas uma grande parcela da mesma, visto que felizmente, hoje em dia, existem pessoas preocupadas com o bem-estar social do idoso. Entre elas, estão os defensores do processo de inclusão para todas as categorias humanas. Por isso, resta a esperança de que no futuro as visões preconceituosas e estereotipadas possam ser desconstruídas através dos processos de inclusão no espaço da sociedade, e que todos os idosos passem a conviver normalmente com as novas gerações sem se sentirem julgados, rejeitados e abandonados.

### **REFERÊNCIAS**

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1979.

DEBERT, Guita G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo – 1* NEUROSE. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## DE SINÔNIMO DESENVOLVIMENTISTA A PROJETO DE FAVELA: a ocupação irregular do espaço da estação ferroviária de Ponta Porã/MS

João Evanio Borba CAETANO<sup>39</sup>

Aslan Viana de Lira da ANUNCIAÇÃO<sup>40</sup>

Célia Maria Foster SILVESTRE<sup>41</sup>

O estudo é uma análise preliminar da atual situação do entorno da estação ferroviária Noroeste do Brasil, na cidade fronteiriça de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Compreendida desde sua instalação como marco do desenvolvimento e símbolo da modernidade, a Estação Ferroviária de Ponta Porã, encontra-se atualmente, em uma situação inversa a este passado glorioso, sobretudo no que se refere à área de seu entorno. Desde 2012, esta área de aproximadamente sete hectares, na região central da cidade, tem sido alvo de ocupações irregulares, que rapidamente tem se multiplicado. O problema com ocupações irregulares em áreas urbanas, tem se tornado cada vez mais constante, sobretudo em regiões metropolitanas. Mas como agir diante de uma ocupação irregular, ocorrida em uma área da União, numa região de fronteira seca, aonde grande parte dos ocupantes, são estrangeiros, oriundos do país vizinho, o Paraguai, que neste caso, está a menos de 200 metros do local de ocupação? Desta forma, o estudo busca levantar informações preliminares sobre a ocupação irregular, na intenção da formação de aportes teóricos que fundamentem uma série de análises sociais, ambientais, culturais e econômicas. Para isto, foi realizado levantamento bibliográfico acerca da Noroeste do Brasil e de Ponta Porã e observações *in loco*, bem como a aplicação de entrevistas semi-estruturada com órgãos municipais competentes as questões urbanas e sociais, a fim de compreender e esclarecer de que maneira se deu esta peculiar ocupação urbana brasileira.

### INTRODUÇÃO

Buscando compreender de que forma, se iniciou a ocupação irregular na área do entorno da Estação Ferroviária Noroeste do Brasil em Ponta Porã/MS, e apontar as peculiaridades desta ocupação uma vez que ela está situada em uma faixa de fronteira seca,

---

<sup>39</sup> Mestrando em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS) – [surfdetrem@yahoo.com.br](mailto:surfdetrem@yahoo.com.br)

<sup>40</sup> Mestrando em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS) – [aslandelira@hotmail.com](mailto:aslandelira@hotmail.com)

<sup>41</sup> Professora Efetiva do PPGDRS/UEMS – [celiasilvestre@uems.br](mailto:celiasilvestre@uems.br)

e boa parte de seus ocupantes são estrangeiros. Faz-se necessário a conceituação desta peculiar região.

Ponta Porã é um município brasileiro do estado do Mato Grosso do Sul. Está localizado na Mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e Microrregião de Dourados. Fazendo fronteira com a cidade Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay, no Paraguai. Estas cidades, situam-se em área de fronteira seca e são conurbadas, por isso os moradores de ambos os países circulam com total liberdade e interagem a todo tempo entre si. De acordo com Raffestin (2005, p. 10), —fronteira é um fato social de uma riqueza considerável, que compreende aspectos físicos, morais, políticos, religiosos e culturais de diversas ordens.

E Ponta Porã, no Brasil e Pedro Juan Caballero, no Paraguai se enquadram neste contexto, uma vez que os países são divididos por uma linha imaginária que percorre toda a faixa de fronteira, correspondendo a pouco mais de sete quilômetros a faixa situada na área urbana, tornando um ambiente único e peculiar, onde a troca sócio-cultural ocorre de maneira natural. Pedro Juan Caballero e Ponta Porã formam uma conurbação vibrante, recheada de ações formais e complementaridades funcionais plurais. Local onde habitam 120 mil pessoas na região urbana e, mais de 150 mil, se contado o setor rural; estabelecem um nível de convivência com intensa complementariedade (OLIVEIRA, 2005, p.404).

Atualmente na região de fronteira aqui observada, além dos brasileiros e paraguaios, residem também uma série de imigrantes estrangeiros como coreanos, chineses, libaneses, sírios, palestinos, entre outros (...) que tornam-se proprietários de lojas e importadoras, sendo protagonistas de relações comerciais e de intercâmbios culturais com os paraguaios e turistas (BANDUCCI, 2010). É necessário evidenciar, por isso, que:

A população inserida no contexto de fronteira possui um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa (CARDOSO DE OLIVEIRA & BAINES, 2005, p. 14).

Diante das peculiaridades sócio-culturais apresentadas no que tange esta área de fronteira. Entender estas relações sociais locais é fundamental para compreender a ocupação irregular em destaque.

### **A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOROESTE DO BRASIL EM PONTA PORÃ**

A necessidade da linha férrea surgiu, após o período conturbado de fragilidade diplomática, devido o rompimento de acordos entre Brasil - Paraguai e como resultado de políticas expansionistas sedeu a guerra do Paraguai (1864-1870) (AZEVEDO, 1950, p.195) que evidenciou a fragilidade da ligação entre os estados SP e MT.

A partir de então a idéia de uma ferrovia que promovesse tal ligação se tornou "mais interessante por parte do governo Imperial", evidencia-se tal fato com a criação do Decreto de nº 4851 em 23 de dezembro de 1871 que autorizava um estudo de caminho férreo que percorresse Curitiba/PR a Miranda/MT com trechos intercalados de navegação pelos rios do caminho. A partir da estrada de ferro, as estações são demarcadas através de estudos previamente elaborados por técnicos da engenharia. E são nessas estações que vão nascer novos pontos de encontro da vida social. (GARDIN, 1999, p. 71).

Ligar Ponta Porã a Campo Grande, através da estrada de ferro, era de suma importância para o desenvolvimento de toda uma região, que além do município de Ponta Porã, compreendia também os distritos de Antonio João, Aral Moreira e Lagunita.

A ferrovia transforma a ainda incipiente rede urbana do Estado mudando o seu eixo comercial. As transações comerciais que anteriormente eram voltadas para o oeste, em direção a Corumbá, com a linha férrea, voltam para o leste e, mais diretamente para o Estado de São Paulo, incentivando a produção local de gado para atender o mercado consumidor do sul e sudoeste do país. Assim, pequenos vilarejos passam a ter novo dinamismo econômico, entre eles: Miranda, Campo Grande, Aquidauana e Ponta Porã além do desenvolvimento de cidades novas, geradas em torno das estações da linha férrea como: Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Três Lagoas [...] (EBNER, 1999, p. 17).

Ainda conforme relata Fróes (2007), a instalação da Noroeste do Brasil significava um —progresso jamais imaginado para a região.

A Estação Ferroviária de Ponta Porã foi uma construção destinada a embarque ou desembarque de passageiros de trem e, secundariamente, ao carregamento e descarregamento de carga transportada. Usualmente consistia em um edifício para passageiros (e possivelmente para cargas também), além de outras instalações associadas ao funcionamento da ferrovia.

A partir da década de 1960 o investimento na indústria automobilística e a criação de estradas pelo território brasileiro no governo de Juscelino Kubitschek levou a priorizar o transporte rodoviário promovendo a decadência do transporte ferroviário.

No ano de 1996 a Rede Ferroviária Federal S. A. foi privatizada, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de então se denominou Novoeste do Brasil. Contudo no ano de 2006 a Novoeste do Brasil se tornou parte integrante da ALL (América Latina Logística) atual empresa concessionária da linha. O trem de passageiros partiu pela última vez de Ponta Porã em 01 de junho de 1996.

Após anos de abandono, em 2007, o simbólico prédio da estação<sup>42</sup> veio a ser restaurado e abrigando a Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã, porém seu terreno que possui aproximadamente 7 (sete) hectares, localizado na região norte da cidade, permaneceu ocioso, vindo a ser fruto de uma ocupação no início do ano de 2012.

### **A OCUPAÇÃO IRREGULAR DOS “VELHOS TRILHOS”**

Em meados de 2012, famílias se intitulando pertencentes a movimentos populares sem-teto se estabeleceram no pátio operacional da extinta Noroeste do Brasil em Ponta Porã, que desde 1997 é de concessão da América Latina Logística (ALL). Numa primeira inspeção realizada pelo Ministério Público Federal, foi constatado um número aproximado de 400 famílias no local. Cabe ressaltar, que em razão de não possuir um nome, o estudo utilizará o pseudônimo de “Velhos Trilhos” , uma vez que a ocupação ocorre ao longo dos antigos trilhos da Noroeste do Brasil.

---

<sup>42</sup> O prédio é tombado como Patrimônio Histórico, desde 1995. Além do prédio, a Vila Ferroviária e todo o a área do entorno também são tombados, e apresentam um forte potencial de exploração turística, que não é aproveitado.

Conforme (LOURENÇO, 2007, p.02) ocupação significa dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso. Sendo assim, a principal justificativa jurídica sobre as ocupações urbanas aqui analisadas é o fato de se tratar de imóveis que estavam vagos, serviam apenas a propósitos especulativos e não cumpriam nenhuma função social.

Após um primeiro levantamento da situação, o MPF convocou uma reunião na sede da Procuradoria da República no município, na data de 03 de outubro de 2014. A reunião contou com representantes do MPF, da União e da ALL, além do prefeito da cidade. Onde definiram em acordo que a América Latina Logística deveria se manifestar sobre o interesse e a viabilidade de exploração econômica do pátio operacional, uma vez que o mesmo estava abandonado havia mais de uma década.

De acordo a Constituição de 1988, a legislação também obriga o proprietário de imóveis a dar "função social" à sua propriedade. O Novo Código Civil de 2002 e o Estatuto da Cidade de 2001 regulamentam esse preceito constitucional, mas ele está longe de ser utilizado pela sociedade brasileira, sendo objeto de grandes disputas nos tribunais pelo país.

Conforme (LOURENÇO, 2007, p.03)

Uma propriedade privada que não atende aos ditames da lei não pode ser protegida por essa mesma lei. Nesse sentido, é legítima a ação de ocupação de um terreno vago por uma população privada do acesso à moradia. Essa ação pode, em determinado momento, se mostrar hostil ou violenta, porém a maior violência não está no processo de ocupação por um grupo de famílias sem casa, mas no próprio fato de existirem na cidade terrenos que cumprem apenas funções especulativas privadas, impondo a toda a sociedade o ônus de manter uma estrutura urbana ociosa, fomentando o alto preço do solo e impedindo que sejam ofertadas moradias para a população de baixa renda.

Mesmo sobre tutela do MPF, a situação da ocupação ainda se encontra indefinida. E em um crescimento vertiginoso. A Prefeitura Municipal, que ficou após determinação do MPF, ficou responsável pelo levantamento exato de quantas famílias residem na ocupação, apontou nas entrevistas realizadas no Centro Regional de Assistência Social Coophafronteira, órgão municipal responsável em atender a ocupação, que atualmente o local possui mais de duas mil famílias instaladas.

Conforme entrevistas realizadas com a entidade municipal de Assistência Social, além das famílias brasileiras é grande o número de famílias paraguaias na área e em situação irregular, muitos não possuem permissão para estar no Brasil, tampouco documentos brasileiros os quais ajudariam estes a terem acesso a benefícios sociais no Brasil. Estima-se que mais de 70% das ocupações são realizadas por paraguaios.

Foi detectada ainda, em visita a ocupação, a existência de alguns estabelecimentos comerciais e religiosos. Sendo que as moradias variam de pequenos barracos construídos dos mais variados restos de materiais até mesmo casas de alvenaria. Conforme relatos de moradores algumas pessoas têm construído casas na intenção de comercialização.

### **CONCLUSÃO**

Como conclusão inicial, identificamos que a realidade da região do entorno da antiga estação ferroviária é uma realidade recorrente em outras localidades do Brasil, que como

em Ponta Porã, detinham a ferrovia em uma área urbana privilegiada, por exemplo, em aspecto de localização e infraestrutura de serviços. A ferrovia foi considerada para muitas cidades a mola propulsora para a modernização e crescimento econômico, mas atualmente, assim como em Ponta Porã essas áreas convivem com a falta de políticas e uso adequado que inviabilize o uso real que tem sido dado como —moradias irregulares .

A peculiaridade da ocupação presente em Ponta Porã é vista na origem das pessoas que dela dia a dia fazem parte. Como conferido *in loco* e entrevista com funcionários públicos que regularmente têm contato com estas famílias, grande parte destas famílias são formadas por paraguaios. A proximidade mínima com o país vizinho facilita a vinda de famílias inteiras que nesta área tem se alojado.

O problema maior consiste em razão da maior parte das famílias instaladas na ocupação serem de origem paraguaia, e não estarem em situação legal no Brasil, o que dificulta o acesso a qualquer serviço estatal. Além disto, pode ser observado vários problemas de cunho social, ambiental, cultural e econômico, comum nestas ocupações irregulares, devido a falta de condições mínimas para a urbanização, problemas a serem analisados em pesquisas específicas de cada área.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. de. Um trem que corre para Oeste. São Paulo: Martins Editora, 1950. BANDUCCI JR, A. Relações culturais e identidade na fronteira Brasil-Paraguai. Campinas: Unicamp. (Projeto de Estágio de Pós-Doutorado em Antropologia Social), 2010.
- FRÓES, M. B. Aral Moreira e Juvenal Fróes – Os caminhos da erva mate na fronteira sul-mato-grossense. Ponta Porã: Editora Massoni, 2007.
- EBNER, Í. A. R. A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios em Campo Grande. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.
- GARDIN, C. Campo Grande entre o sagrado e o profano. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1999.
- LOURENÇO, T. C. B. Cidade Ocupada: a ocupação Dandara e suas práticas culturais. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.
- OLIVEIRA, R.C. de & BAINES, S. G. (orgs.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: Machado de Oliveira, Tito Carlos. (Org.) Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.
- VENCOVSKY, Vitor Pires. Sistema Ferroviário e o Uso do Território Brasileiro. Uma Análise do Movimento de Produtos Agrícolas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2005.

## Confronto de interesses e expectativas na preservação do patrimônio histórico tombado e desenvolvimento do turismo local do ponto de vista do poder público e comunidade residente de Pilar de Goiás

Victória de Melo Leão<sup>43</sup>  
Giovanna Adriana Tavares Gomes<sup>2</sup>  
Washington Fernando de Souza<sup>3</sup>

Atualmente o município de Pilar de Goiás que tem sua origem em 1741 no auge da exploração do ouro no estado de Goiás, passa por dificuldades na preservação do seu acervo patrimonial e sonha com o desenvolvimento turístico local para possibilitar a manutenção de sua identidade histórica, além da adequação da infraestrutura para receber o turista, o turismo responsável deve se desenvolver considerando a opinião da comunidade residente e a disposição do poder público para com a atividade. As pesquisas qualitativas geralmente levam em conta a opinião coletiva, como prova empírica, para alcançar resultados. Já a quantitativa, baseada em pesquisas de opinião, tem seus resultados obtidos simplesmente por questionários com alternativas de respostas prefixadas ou com questionários com perguntas abertas, via categorização de respostas. Considerando a necessidade de aprofundar os estudos baseados na fala coletiva, viu-se que a escolha de um método quantitativo ou qualitativo apenas, não seria suficiente, então propõe-se como alternativa eloquente o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefèvre&Lefèvre, 2003), associada ao software QualiQuantisoft ([www.spi-net.com.br](http://www.spi-net.com.br)) com basesobre tudo, nos propostos da Teoria das Representações Sociais (Jodelet, 1989), elenca e articula uma série de operações sobre a matéria-prima de depoimentos coletados em pesquisas empíricas de opinião por meio de questões abertas, operações que difundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos confeccionados com extratos de diferentes depoimentos individuais - cada um desses depoimentos coletivos veiculando uma determinada e distinta opinião ou posicionamento, sendo tais depoimentos redigidos na primeira pessoa do singular, com vistas a produzir, no receptor, o efeito de uma opinião coletiva, expressando-se, diretamente, como fato empírico, pela "boca" de um único sujeito de discurso (Lefèvre&Lefèvre, 2006, p.517).

Tendo como fundamento a Teoria das Representações de Jodelet (1989) *apud* Lefèvre&Lefèvre, (2006), a proposta consiste em analisar material vocalizado coletado, extraíndo dos depoimentos as Ideias Centrais e Ancoragem e correspondentes Expressões Chaves, operadores o método. Com essas Ideias Centrais e Ancoragens, e Expressões Chaves

---

<sup>43</sup> Graduada em Planejamento Turístico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Campus Goiânia, Brasil. e-mail: [victoriamleao@outlook.com](mailto:victoriamleao@outlook.com)

<sup>2</sup> Mestre em Turismo e Hotelaria pela – UNIVALI - SC, Especialista em Gestão em Turismo e Hotelaria, Bacharel em Turismo, Professora Universitária – Faculdade Cambury e Faculdade Lions e Técnica do IPTUR – Instituto de Pesquisas Turísticas do Estado de Goiás – Observatório de Turismo. E-mail: [giovanna.adriana@hotmail.com](mailto:giovanna.adriana@hotmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em Gestão de Empreendimentos Turísticos e Eventos – Fac Senac, Tecnólogo Gestão de Turismo, Técnico em Guia de Turismo Regional Goiás especializado em atrativo cultural, cursando Bacharelado em Museologia pela UFG, professor do Senac Goiás na área de Turismo. E-mail: [wfernandoturismo@hotmail.com](mailto:wfernandoturismo@hotmail.com)

propõe-se discursos sínteses que são chamados de DSC (Discurso do Sujeito Coletivo). A definição dos operadores:

- **Expressão Chave (ECH)** - são trechos do discurso, destacados pelo pesquisador, que expõem a profundidade do conteúdo do discurso.
- **Ideias Centrais (IC)** - expõe de maneira sintética e precisa cada resposta e ECH analisada, permitindo distinguir o posicionamento do depoimento.
- **Ancoragem (AC)** - são afirmações genéricas usados pelo entrevistado para ilustrar situações particulares.
- **Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)** - é o discurso-síntese, escrito em primeira pessoa do singular de ECH que tenham em seu conteúdo o mesmo IC e/ou Ancoragem.

Para aplicação do DSC, foi utilizado o Software Qualiquantsoft, desenvolvido pela SPI (Sales & Pascoal Informática) com a contribuição de Lefèvre&Lefèvre para exclusiva análise do DSC. O Software é patrimoniado pela USP. Possui três licenças de uso: demonstrativo, uso individual e institucional. Os entrevistados foram divididos em duas categorias: A - Comunidade; B - Poder Público/Funcionário Público. A exposição é iniciada apresentando dos resultados alcançados nas entrevistas com a comunidade pilarense. Foram feitas oito perguntas a três entrevistados. Buscou-se entrevistar pessoas que representassem a comunidade por ter contato com a opinião coletiva. Na segunda fase da exposição, são apresentados os resultados alcançados nas entrevistas com os representantes do Poder Público. Foram mantidas as oito perguntas para os outros três entrevistados. A escolha dos entrevistados foi definida de forma que se pudesse expor o posicionamento do Poder Público perante o município. A partir do inventário realizado com o modelo de Sistema Territorial Turístico, desenvolvido por Anjos (2004), foi produzido um questionário com um roteiro de entrevista, aplicado aos entrevistados de ambas categorias. São perguntas que aferem os interesses relacionados ao desenvolvimento turístico da cidade e a preservação do patrimônio tombado. Com a compreensão do objeto, através do inventário realizado com o método proposto por Anjos, é aferida as opiniões dos grupos estudados com máxima veracidade. Identificamos a concepção de cada um dos grupos a respeito de seus interesses, participação e consequência da preservação do patrimônio tombado, como usufruem das vantagens e como lidam com as desvantagens que o peso de sua identidade projeta sobre os mesmos. Ao confrontar os interesses e expectativas do poder público e da comunidade residente no município de Pilar de Goiás referente a preservação do Patrimônio Histórico Tombado e o desenvolvimento do turismo regional, evidenciou a admiração dos atores da pesquisa pela própria história e conhecimento de sua identidade histórica.

Os entrevistados foram receptivos a pesquisa, porém, houve evasões quando questionados sobre as políticas implementadas tornou-se perceptível que o turismo é uma das prioridades do governo municipal, mas existem limitações profundas no desenvolvimento turístico regional que vão desde recursos financeiros e projetistas capacitados a interesses políticos. Pilar de Goiás sempre teve como principal renda a extração de minério. Com a queda da extração o município ficou por quase um século esquecido. Por não ser um município "rentável", não foi assistido de forma devida até surgir

projetos de preservação do patrimônio histórico e tombamento em 1954. Mesmo com o reconhecimento histórico, seu nome foi pouco pronunciado chegando ao ponto de alguns historiadores nacionais não ter conhecimento da trajetória do município. Isto ficou mais claro durante a busca bibliográfica para a pesquisa, me deparando com recursos escassos e/ou inconsistentes. A maioria das informações encontradas foi em sites governamentais como do IPHAN e IBGE e alguns, poucos, artigos jornalísticos. As diferenças de interesses políticos entre o governo municipal e estadual, de certo modo, atrasa o desenvolvimento do município. Os recursos obtidos para restauração dos monumentos são de fontes exclusivamente federais. O município possui grande território espacial tombado, o que dificulta o controle da intervenção civil aos monumentos. O Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM - também possui grande parcela participativa na conservação do patrimônio. Percebi que, em alguns momentos, o IBRAM é mais atuante no município, mas isso se deve a sua administração ser mais descentralizada que a administração do IPHAN.

O município alimenta o sentimento de abandono e sente o descaso para com seus monumentos. Apesar de alguns edifícios não aguentarem até a aprovação de projetos de restauração e ruírem, a Comunidade reconhece os esforços do IPHAN em manter a identidade do município intacta. Contrariando esta posição, o Poder Público acusa o IPHAN de abandono, alegando que o mesmo poderia desburocratizar as solicitações de restauro, já que o município é patrimônio tombado. Mas é evidente que há falhas tanto do IPHAN quanto da prefeitura de Pilar de Goiás em administrar o patrimônio. O município deixa a administração do patrimônio tombado sob total responsabilidade do IPHAN, alegando que a falta de recursos os impede de investir em paralelo ao IPHAN na conservação do seu centro histórico. O município também possui atrativos naturais que sofrem com o descaso do poder público. A Gruta dos Escravos, que possui grande acervo quilombola, está de toda abandonada. O acesso a Gruta e à Cachoeira do Ogó é íngreme, permitindo o acesso em apenas algumas épocas do ano e sem sinalização adequada. A identidade histórica é reconhecida pela comunidade e pelo poder público municipal e é notório o desejo de conservação e divulgação do município e seus bens tombados. Contudo a prefeitura não está capacitada para produzir projetos para o desenvolvimento do turismo regional. Será necessária a intervenção de profissionais da área ou capacitação dos projetistas da prefeitura. O município tem muito a implementar, até mesmo elementos básicos como sinalização turística e infraestrutura básica para a recepção dos turistas. A busca por apoio a Instituições como SEBRAE e Goiás Turismo para desenvolver projetos sustentáveis devem ser incentivadas, visando sustentabilidade e entendendo que os resultados seriam a longo prazo devido ao grande número de investimentos que deverão ser realizados.

Pilar de Goiás não se encontra nas principais rotas de comércio e lazer, o que dificulta o acesso. É necessário despertar dentro da identidade local um atrativo singular que irá atrair interessados neste elemento e fazê-lo descobrir os outros "encantos" da cidade.

O município também possui atrativos naturais que sofrem com o descaso do poder público. A Gruta dos Escravos, que possui grande acervo quilombola, está de toda abandonada. O acesso a Gruta e à Cachoeira do Ogó é íngreme, permitindo o acesso em

apenas algumas épocas do ano e sem sinalização adequada. Pode-se dizer que, de uma maneira geral, para as questões analisadas, a comunidade residente e o poder público tem interesse na preservação do patrimônio tombado e desenvolvimento da atividade turística no município.

Há um discurso coletivo importante, que manifesta críticas bastante agudas, que precisariam ser levadas em consideração. A comunidade sente a necessidade de transformar o turismo como uma forma de progresso para essa sociedade pequena e pacata. A disposição em compartilhar a riqueza histórica do município que os residentes possuem facilita o surgimento de propostas para o desenvolvimento turístico local e elaboração de projetos com enfoque no compartilhamento e valorização da história e costumes. O poder público se dispõe em desenvolver políticas que considerem o turismo como atividade de desenvolvimento social e econômico para o município, porém falta qualificação aos projetistas. Através da comparação dos discursos do sujeito coletivo, nota-se que os interesses da comunidade residente e poder público caminham em paralelo, mas a necessidade de urgência seguem com velocidades diferentes.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. A. dos. (2004) Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica. (Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis).
- BARRETO, M. (2001) Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento. 6 ed. Campinas: Papyrus.
- BRASIL. Carta de Turismo Cultural, de 1976. IPHAN (1976). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso em: 19 set 2014.
- BRASIL. Pilar de Goiás. In: IPHAN(2015). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=854A1346E6EE73CB391024D61AC19436?id=18200&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 22 jan 2015.
- GOMES, G. A. T. (2010) Conflito de Interesse e Participação da Comunidade no Desenvolvimento do Turismo de Base Local: Um Estudo de Pirenópolis e Cidade de Goiás- GO. (Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Balneário Camboriú: UNIVALI).
- GONÇALVES, J. R. (1988) Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In Estudos Históricas. Rio de Janeiro: CPDOC –FGV, V.I, n. 2.
- LEÃO, V. M. (2015) PILAR DE GOIÁS - Confronto de Interesses e Expectativas na Preservação do Patrimônio Histórico Tombado e Desenvolvimento do Turismo Local do Ponto de Vista dos Atores Sociais: Poder Público e Comunidade Residente. Unpublishedmanuscript.
- LEMOS, C. A. C. (2000) O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Ed Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. (2003) O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs. (Desdobramentos).
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. (2006) O sujeito coletivo que fala. In: Comunic, Saúde, Educ, v.10, n.20, p.517-24. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/icse/v10n20/17.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2014.
- PELEGRINI, S. C. A. (2006) O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: Trajetórias do Debate sobre a Preservação no Brasil. São Paulo: UNESP.

## COMUNIDADE PEDRA DO SAL (PI): Um diálogo entre Território e Turismo

Raiza dos Santos Sousa<sup>44</sup>Mayara Maia Ibiapina<sup>45</sup>Thaís Mayara Paes de Lima<sup>46</sup>**Resumo**

A Praia da Pedra do Sal, uma pequena comunidade tradicional formada em sua maioria por pescadores artesanais, durante muitos anos viveu da pesca e do extrativismo vegetal, mas que logo após descobriu o turismo como forma de alavancar sua economia, devido a sua beleza cênica natural e espacial. Porém, têm sofrido grandes transformações tanto em seu ambiente natural como social, devido principalmente pela instalação de grandes empreendimentos eólicos, nos quais logo em seguida geraram intensos impactos socioambientais, conseqüentemente a especulação imobiliária. Diante disso, o presente texto constitui-se de uma reflexão a partir da visão da comunidade da Pedra do Sal (PI) a respeito dos impactos socioambientais acarretados pela instalação dos grandes empreendimentos eólicos e suas repercussões no desenvolvimento turístico local. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que reúne alguns relatos dos moradores sobre o novo cenário que a comunidade vive após a instalação da usina eólica em seu território. Os principais impactos socioambientais visíveis e sentidos pela comunidade, tem sido: a degradação ambiental, a mudança no perfil e na dinâmica social local, juntamente com a perda dos valores e práticas da comunidade. A discussão desses temas é de fundamental importância para entender o contexto da comunidade e embasar estudos de utilização do turismo como forma de desenvolvimento local.

**Palavras - chave:** turismo; impactos socioambientais; comunidade local.

**INTRODUÇÃO**

Pedra do Sal é um povoado pertencente ao município de Parnaíba localizado no litoral do Piauí e inserida dentro da APA do Delta do Parnaíba. Uma pequena comunidade tradicional formada por pescadores artesanais, que durante muitos anos viviam da pesca e do extrativismo vegetal, mas que nos últimos anos tem ganhado grande destaque no seu desenvolvimento turístico, por sua beleza cênica natural e espacial, dessa forma se tornou alvo de diversos interesses empresariais. Com isso, houve uma grande transformação no lugar, seja em aspectos ambientais e/ou sociais, do qual com o passar do tempo foram modificados os cenários naturais, a dinâmica social local, juntamente com os valores e práticas da comunidade.

Dentro desta perspectiva do tradicional, Wilk (*apud* SOUSA, 2014) afirma que, ser tradicional “significa para aqueles que são assim definidos ter uma identidade pelo menos parcialmente determinada por oposição a uma cultura dominante e, geralmente exploradora”. Em contraste com essa afirmação Ferreira (2012) complementa que “a

<sup>44</sup> Bacharel em Turismo/Universidade Federal do Piauí. E-mail: raizastacy@hotmail.com

<sup>45</sup> Mestranda em Sociologia/Universidade Federal do Piauí. Bacharel em Turismo/UFPI. E-mail: myaramaia@hotmail.com

<sup>46</sup> Bacharel em Turismo/Universidade Federal do Piauí. Técnica em Hospedagem/CEEP-Gercílio de Castro Macedo. E-mail: thaismayarasrn@gmail.com

fronteira entre o tradicional e o moderno é também uma barreira, na medida em que as pessoas de ambos os lados da linha compartilhada que separa o tradicional do moderno nem sempre querem ou são capazes de se movimentar através dessa fronteira. Ser tradicional para quem? Para que?

Diante disso, o presente texto constitui-se de uma reflexão a partir da visão da comunidade da Pedra do Sal (PI) a respeito dos impactos socioambientais acarretados pela instalação dos grandes empreendimentos eólicos e suas repercussões no desenvolvimento turístico local. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que reúne alguns relatos dos moradores sobre o novo cenário que a comunidade vive após a instalação da usina eólica em seu território. Os principais impactos socioambientais visíveis e sentidos pela comunidade, tem sido: a degradação ambiental, a mudança no perfil e na dinâmica social local, juntamente com a perda dos valores e práticas da comunidade. A discussão desses temas é de fundamental importância para entender o contexto da comunidade e embasar estudos de utilização do turismo como forma de desenvolvimento local. A visão dos moradores da comunidade Pedra do Sal é de suma importância para entender suas opiniões acerca dos impactos socioambientais ocasionados pelas empresas instaladas.

### **PEDRA DO SAL E O TURISMO**

A praia da Pedra do Sal tem uma extensão territorial de praia de 8 quilômetros e com uma infraestrutura de apoio ao turismo de 21 bares e duas pousadas, mas com instalações precárias para o recebimento do turista. Diante da crescente rede empresarial sendo instalada na Comunidade da Praia da Pedra do Sal surge uma grande necessidade de estudos mais aprofundados sobre o caso.

Assim, uma pequena parcela da comunidade, acredita de toda forma no seu desenvolvimento, na sua capacidade de recepção dos turistas e no potencial da localidade para atrair cada vez mais visitantes, embora que para isso se faça necessária medidas que reformulem o perfil da comunidade, que a faça se aprimorar em suas habilidades e buscar meios que através deste se tornem pessoas capacitadas para ocupar futuros cargos ofertados pelas empresas. Todavia, o incentivo ao turismo implica algumas reivindicações, sejam estas listadas por Krippendorf (2001), no qual ele considera a seguinte constatação:

O turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar á população local uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo, sob a forma de lucros e empregos. Que a mesma tenha desejado que essa vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida. As implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidades sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da execução. (KRIPPENDORF, 2001, p. 146.)

Seguindo esta afirmação a comunidade em constante diálogo entre si, se manifesta em busca de esclarecimentos a respeito da instalação dos empreendimentos dentro da localidade, seus projetos, impactos e benefícios. Além disso busca-se ainda um diálogo direto entre ambas as partes, sobre as melhorias e carências que a comunidade enfrenta,

esperando assim um retorno de cada empresa, no intuito de ajudá-la a evoluir e se desenvolver de forma igualitária ao empreendimento.

Sendo assim, Carvalho (2010) afirma que “ O turismo baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, pode ser uma alternativa na geração de emprego e renda, de melhoria da qualidade de vida e de preservação ambiental para localidades que têm potencial para tal. Entretanto, é necessária a participação da comunidade local, para que este desenvolvimento não seja limitado à participação de poucos. “

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

No decorrer desse trabalho verificou-se que grandes tem sido os transtornos ocasionados pelas usinas eólicas instaladas na Comunidade da Pedra do Sal, dentro das perspectivas da população residente na localidade. Primeiramente no que diz respeito ao aspecto ambiental pode-se perceber pelo ponto de vista dos moradores nativos desta localidade que a degradação ambiental foi um fator predominante e de grande impacto, principalmente em função da execução das atividades da empresa na construção de suas vias de acesso terem desmatado um bom percentual de cajueiros, muricizeiros, carnaúbas, puçazeiros e demais vegetações que fazem parte do extrativismo vegetal, dos quais a população necessitava dos mesmos para sua subsistência e prática de suas atividades como fonte de renda, podendo citar algumas delas, como o artesanato, a confecção de redes artesanais e a retirada da palha da carnaúba para construção de casas.

Os recursos naturais e paisagísticos que garantiam sua atividade turística tanto baseada no de sol e praia como o de ecoturismo tornou-se enfraquecida, pois comprometeu a fabricação do artesanato pela falta de materiais, as belezas naturais cênicas pelo advento dos aerogeradores, as trilhas aos principais morros e lagoas pela restrição ao seu acesso e falta de incentivo a prática do ecoturismo, que tem sua principal premissa baseada na preservação e conservação do meio ambiente, visto que eram exercidas na comunidade atividades como a cavalgada, trilhas, a observação da fauna e flora, a canoagem, o sandboard, entre outras, das quais tais atividades foram comprometidas, tanto para prática da população como para o turista.

Nos aspectos sociais foram verificados a prostituição, a mudança no perfil da comunidade, juntamente com a desvalorização dos aspectos culturais e sociais existentes na localidade. A falta de comunicação entre comunidade e empresa foi um fator primordial para o agravamento desses aspectos, no qual as empresas no seu processo de pré, trans e pós-instalação basearam-se na velha filantropia corporativa em que as ações, programas e projetos se limitaram à um período isolado no tempo, adotadas como forma de caridade, deixando então de estabelecer em suas atividades uma relação amigável e o seu dever de exercer uma ferramenta de gestão que vise a responsabilidade social com a comunidade, além de ser encarada não como uma questão de solidariedade, mas de justiça.

Os resultados apontam para a predominância dos aspectos negativos, a saber: a degradação ambiental, a especulação imobiliária, exclusão da população nativa, mudança de hábitos, privatização de alguns espaços, significativas alterações na cultura secular face à

instalação dos empreendimentos eólicos, desvalorização da mão de obra local, prostituição, ocupação desordenada e estagnação da renda.

No que concerne as sugestões da comunidade para a solução da perda dos valores, da representatividade do local, da imagem turística, da ética e da moral da localidade, estão: o empenho das associações no desenvolvimento de projetos que visem primeiramente o resgate da historicidade local; rodas de conversa que priorizem a história oral com o maior envolvimento entre os idosos, as crianças e os jovens; eventos que retratem e representem a cultura local, com danças, culinária, apresentações teatrais e suas tradições. Projetos e programas culturais que envolvam mais a juventude, principalmente do gênero feminino, no intuito de mantê-las a uma certa distância de outras práticas ilícitas e precoces, seja por meio de cursos profissionalizantes, atividades lúdicas e/ou práticas que as ensinem a resgatar a sua ética e respeito perante a sociedade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, verifica-se que muitas são as inquietações dos moradores perante os empreendimentos eólicos instalados na comunidade, e com grandes preocupações acerca de um *resort* como empreendimento futuro, pois os impactos ambientais tem crescido em grande escala ao mesmo tempo que a prostituição também tem elevado sua participação, dito isso, é preocupação da população a que nível esses aspectos ainda irão se agravar e a tomar destaque no desenvolvimento turístico da localidade, pois tem se perdido o caráter tradicional, a representatividade cultural, a moral e os bons costumes.

Pois dada esta situação se encontrar em fase inicial, o presente trabalho buscou fazer um levantamento sobre a historicidade da comunidade tradicional de pescadores da Praia da Pedra do Sal, por seguinte a origem da escassez dos seus recursos naturais, dos conflitos, das perdas de suas tradições e suas repercussões para o seu desenvolvimento turístico local, sejam estes comprovados por esta pesquisa e sendo eles acarretados pelas empresas instaladas a partir do ponto de vista da comunidade local.

### **REFERÊNCIAS**

- Carvalho, S. M. S. (2010). *Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- Ferreira, D. C. G. (2012). *A invenção de Barra Grande: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do Piauí*. Dissertação de Mestrado em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- Krippendorf, J. (2001). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Sousa, R. S. (2014). *Impactos socioambientais das empresas instaladas e suas repercussões no desenvolvimento turístico local: o caso da Praia da Pedra do Sal – Piauí*. Monografia, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, PI, Brasil

## Breve reflexão sobre a hospitalidade – o receber na Espanha, China, Senegal e Venezuela

Ana Alejandra Carrillo Chirinos<sup>47</sup>  
Iara Lucia Gomes Brasileiro<sup>48</sup>  
Livia Cristina Barros Wiesinieski<sup>49</sup>

Hospitalidade é tema que se discute por e de vários ângulos. Assim, pode-se pensá-lo pela mão da Filosofia, Política, História, Literatura, Antropologia, e tantas outras vertentes que seria difícil enumerá-las sem incorrer no erro de deixar de lado algum aspecto importante.

Ao comentar sobre as “leis não escritas de um ritual”, Camargo (2004) remete-se, como não poderia deixar de ser, a Marcel Mauss e seu *Ensaio sobre a dádiva e o dom* e termina por concluir com a afirmação de que a “hospitalidade é o ritual básico do vínculo humano” (CAMARGO 2004, p. 16), constituindo-se, ainda, em um fato social. Dessa forma, essa noção de hospitalidade como conjunto de “leis não escritas” regula o ritual social.

Ao longo da história humana, a hospitalidade parece basear-se nos processos de comunicação entre as pessoas, repletos de conteúdos verbais e não verbais que variam de grupo para grupo, mas que terminam entendidos como relativos aos vínculos humanos (CAMARGO, 2004).

Entre outros autores, Lashley e Morrison discutem o estudo da hospitalidade nas dimensões *doméstica* - aquela que se dá dentro do grupo e da família; *social* - em que se leva em conta o contexto social em que as atividades relativas à hospitalidade ocorrem; e *comercial* - em que não há preocupação com o sistema de valores adotado, ou seja, esse sistema não é “requisito dominante” (LASHLEY & MORRISON, 2004).

Para os fins deste trabalho, a hospitalidade foi entendida e perguntada em seu sentido amplo, sem a inquietação determinada pelas discussões de naturezas múltiplas e diversas encontradas na literatura. Buscou-se, já que se tratavam de reflexões incipientes, respostas a perguntas dirigidas a alguns colegas estrangeiros, de como entendiam ser a hospitalidade em suas casas e países. Procurou-se responder ao desafio de se pensar a convivência entre moradores e estrangeiros, em que as diferenças culturais muitas vezes necessitam ser compreendidas visando a resolução de conflitos ou, mesmo, a sua

---

<sup>47</sup> Graduanda do Bacharelado em Turismo – Universidade de Brasília- E-mail: carrilloana\_29@live.com

<sup>48</sup> Professora Dra. Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília – E-mail: ibrasileiro@unb.br

<sup>49</sup> Mestre em Turismo, Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília – E-mail: liviabsw@gmail.com

prevenção. Assim, poder-se-ia pensar a hospitalidade como algo amplo que influencia nosso cotidiano e nossas relações diárias.

Existiriam jeitos e costumes considerados hospitaleiros que pudessem ser comuns entre as diferentes culturas? E as diferenças, como poderiam ser identificadas? Ao se considerar a hospitalidade, haveria alguma peculiaridade de comportamentos do anfitrião e do hóspede?

Este trabalho teve como objetivo identificar o entendimento da hospitalidade entre representantes de quatro países: Europa, Ásia, África e América do Sul mais especificamente, um espanhol, um chinês, dois venezuelanos e um senegalês. Para tanto, construiu-se um questionário com cinco perguntas: 1. O que significa hospitalidade para você? 2. Quais são os costumes ao receber um hóspede, conhecido ou não, em sua casa? 3. Como vocês recebem os turistas em seu país? 4. Quais são suas expectativas em relação a um turista ou visitante? e 5. Vocês esperam alguma retribuição por parte do hóspede?

Esperava-se, com essas questões, identificar como os entrevistados entendem a hospitalidade, como o turista/visitante é recebido/tratado, quais os costumes adotados ao se a visitar alguém, tratando-se de um residente ou de um turista. A título de complementação das informações para a análise das respostas, utilizou-se matéria do jornal espanhol *El Confidencial*, sobre pesquisa do *World Economic Forum* (WEF) quanto à hospitalidade dos países nos diferentes continentes.

A seguir, faz-se uma breve análise das respostas obtidas.

Em relação à primeira pergunta, obtiveram-se alusões a: *acolher; dar; fazer sentir em casa; oferecer; orientar; dar atenção; ajudar; respeitar; ser carinhoso; atuar de boa vontade; fazer algo para o outro; dar conforto*. Apesar de os entrevistados serem de diferentes países e culturas, pode-se observar que a intenção contida no ato de hospitalidade está sempre atrelada ao bem estar do outro, do estrangeiro. A segunda pergunta refere-se aos costumes que o respondente entende ser a de seu povo/país ao receber um visitante. Vale notar que uma das pesquisadoras, pôde vivenciar, *experienciar* a realidade das respostas, uma vez que visitou a casa dos respondentes. As respostas dadas pelo espanhol e pelo senegalês mostraram que, seja um conhecido ou não, acreditam que em seu país sempre se procura satisfazer as exigências e necessidades do visitante, fazendo-o sentir-se parte da família. Particularmente no caso do senegalês, tratar um hóspede com alegria e fazer tudo por ele significa cumprir um ato nobre, determinado pela religião. Se comparadas com as respostas dadas pelos venezuelanos, nota-se que estes recebem os conhecidos calorosamente, com abraços e beijos, e de maneira mais formal, se for um desconhecido, a quem se costuma estender a mão e dizer algo cordial. Nesse caso, a cultura chinesa apresenta-se como a mais diferente, pois a preocupação principal do anfitrião é a de apresentar ao hóspede uma casa impecavelmente limpa, pois, dessa forma, o anfitrião não será julgado como uma pessoa desleixada e descuidada. Parece, então, estar fortemente voltada para a necessidade de se manter uma boa imagem perante o visitante, muito mais do que recebe-lo com outras manifestações de afeto. O fato de o anfitrião se esmerar em ter sua casa limpa e arrumada, por si, já revelaria sua hospitalidade. Com a terceira pergunta buscou-se saber como os

turistas são recebidos em cada país representado pelos respondentes. As respostas foram bastante semelhantes, com todos os entrevistados afirmando que são envidados esforços em se oferecer a maior ajuda ao turista a fim de que tenha uma boa experiência para, com isso, querer retornar. Deve-se observar, aqui, o apontamento feito pelo representante da Espanha, que afirmou que essa atitude dependerá da região. Como exemplo, citou Barcelona em que, antigamente, os moradores ofereciam ajuda aos turistas sem questionamento, mas que, na atualidade, por conta do turismo de massa, os barceloneses têm se mostrado cansados dessa rotina de informações e muitas vezes terminam por dizer ao turista que "há um centro de informações" que deve ser procurado. Quanto às expectativas em relação ao hóspede/turista, motivo da quarta questão proposta, todos os respondentes afirmaram não haver essa preocupação. Disseram que se considera bom que alguém que visita um país procure saber alguma coisa sobre ele, mas que não se importam se o turista não fala seu idioma ou não conhece sua cultura pois, afinal, ele "vem ao nosso país para o conhecer" (venezuelano), mas é importante que ele "se adapte" (espanhol). Afirmaram que em seus países respeita-se a cultura "de fora" ao mesmo tempo que exige-se que a sua seja respeitada. Por fim, indagou-se da expectativa de alguma retribuição por parte do hóspede. Em sua totalidade, as respostas foram de que um simples "obrigado" já seria excelente como retribuição. Contudo, no caso dos representantes venezuelanos, houve um destaque para os diferentes tipos de "visita". Se o hóspede for estrangeiro, bastará a palavra educada. No entanto, se for venezuelano, sempre se esperará alguma retribuição em forma de um presente para o anfitrião ou para a dona da casa. Esse gesto não é obrigatório, mas esperado, faz parte da cultura do país: quando se visita alguém, deve-se levar alguma coisa para quem o recebe.

Como dito anteriormente, uma matéria do jornal espanhol *El Confidencial*, que trata dos índices de competitividade e hospitalidade apresentados pelo WEF, foi analisada sob a ótica das reflexões aqui propostas. Os dados daquele órgão mostraram países como Islândia, Marrocos e Senegal, entre outros, como locais em que os moradores recebem os visitantes abertamente, constituindo-se em uma das formas de se examinar a hospitalidade. Por outro lado, países como China, Bolívia, Irã e Coreia do Sul foram considerados como pouco receptivos. O autor do artigo, Héctor Barnés, trata desse assunto - a "pouca hospitalidade" - afirmando que os resultados da pesquisa do órgão econômico não significa que aqueles países sejam "ruins", mas que enfrentam algum tipo de problema econômico, social ou político e isso os torna pouco "aptos" a receber. Exemplo disso é a Venezuela, um país em que os moradores são amáveis e receptivos mas que, pela crise econômica que enfrenta, com falta, inclusive, de suplementos básicos, termina por não atrair turistas.

À guisa de conclusão, mesmo com um número bastante pequeno de entrevistados, é possível sugerir que, apesar de muitas vezes a hospitalidade ser considerada como algo "antigo", característico de tempos passados, permanece fortemente presente nas relações humanas, principalmente naquelas dimensões propostas pela literatura como do domínio doméstico e social. Quando questionadas, as pessoas dos diferentes países e, mesmo, de diferentes continentes, responderam de forma bastante semelhante sobre o significado do

acolhimento ao estrangeiro e dos valores embutidos nas ações praticadas por quem recebe. Restou clara a ética da solidariedade, do desejo de ajudar, de fazer algo pelo outro. No caso do Turismo, esse entendimento se torna essencial, já que o retorno do viajante será sempre aguardado.

#### Referências

- Barnés, H. G. (2013). *Los Países más hospitalarios del mundo y los que tienen peor fama*. ElConfidencial. Espanha, 30/março/2013. Disponível em [http://blogs.elconfidencial.com/alma-corazon-vida/empecemos-por-los-principios/2013-03-30/los-paises-mas-hospitalarios-del-mundo-y-los-que-tienen-peor-fama\\_204561/](http://blogs.elconfidencial.com/alma-corazon-vida/empecemos-por-los-principios/2013-03-30/los-paises-mas-hospitalarios-del-mundo-y-los-que-tienen-peor-fama_204561/). Acesso em 01/06/2015.
- Camargo, L. O. de L. (2004) *Hospitalidade*. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph. 2ª. Edição Revista, 2004.
- Lashely, C. & Morrison, A. (2004). *Em Busca da Hospitalidade – perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Manole.

## **ANÁLISE DA INOVAÇÃO NOS TRABALHOS VENCEDORES DO II PRÊMIO INOVAÇÃO DO TURISMO RS**

Débora Toffoli Snel<sup>50</sup>  
Aline Vieira Malanovicz<sup>51</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Prêmio Inovação do Turismo foi criado pela SETUR – Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul, ancorado no Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS e no Plano de Marketing do Turismo do RS, como forma de reconhecer o trabalho dos municípios e dos empresários que contribuem efetivamente para a construção da atividade turística no Estado, mas também como uma forma de integrar o setor e de promover a atividade turística.

O presente trabalho visa periciar os 23 trabalhos ganhadores do II Prêmio Inovação do Turismo RS, investigando quais as principais dimensões do conceito de inovação se fazem presentes e se destacam nos projetos periciados, buscando estabelecer uma relação entre o turismo, atividade econômica que começou a se desenvolver mais efetivamente a partir da década de 1950, e a inovação, um fenômeno constante observado na modernidade em produtos e serviços considerados como inovadores.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia aplicada ao presente trabalho foi um estudo de caso (Yin, 2005) do edital do Prêmio Inovação, a partir da análise documental de dados secundários, tais como: Editais e anexos, legislação, fichas de inscrição, arquivos digitais e trabalhos apresentados pelos concorrentes ao Prêmio. Foi efetuada uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2004) nos 23 trabalhos vencedores do II Prêmio Inovação do Turismo do RS, para investigar os traços de inovação presentes em cada um.

Para a coleta e a interpretação de dados da pesquisa foram utilizados: Consulta no site da Secretaria Estadual de Turismo e reuniões com servidores da casa, busca de dados disponíveis para a composição do trabalho, análise do Edital 003/2014 e anexos I, II e III, Lei 13.601/2011, consultas a livros, produções acadêmicas, sites do governo federal, estadual e municipal e pesquisa nos 23 trabalhos ganhadores do II Prêmio Inovação. As categorias de análise utilizadas foram: Inovação radical ou incremental, adaptado de Perez (2004); Inovações de produto, inovações de processo, inovações organizacionais e inovações de marketing (OCDE, 2005); Inovações regulares, inovações de nicho, inovações revolucionárias

---

<sup>50</sup> Especialista em Gestão Pública, pela UAB/UFRGS (2015), e servidora da Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer. e-mail: deborasnel@yahoo.com

<sup>51</sup> Doutora em Administração, pela UFRGS (2011), Tutora de Orientação de Trabalhos de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública, da UAB/UFRGS. e-mail: malanovicz@gmail.com

e inovações arquitetônicas (Decelle, 2004).

### **REVISÃO TEÓRICA**

O conceito de **inovação** adotado neste trabalho engloba a “destruição criadora” (Schumpeter, 1982), a diferença em relação à invenção (Perez, 2004), e a agregação de valor social (riqueza) (Tidd, Bessant & Pavitt, 2008), como define o Manual de Oslo e a própria SETUR:

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2005, p.55).

Inovação não está somente atrelada a lógica do invento e da tecnologia da informação, mas é compreendida de forma mais ampla onde a prática de inovar pode ser entendida como uma forma de alcançar os objetivos e não necessariamente um produto final, através das mudanças em condutas e metodologias anteriores, por meio da incorporação de novos elementos, combinação dos mecanismos existentes, que produzam resultados significativos (Rio Grande do Sul, 2014).

Os diferentes tipos de inovação podem ser classificados quanto ao Impacto, quanto à Abrangência, quanto ao seu Objeto, quanto à sua Dimensão, e são resumidos no Quadro 1:

**Quadro 1 – Dimensões e tipos de Inovação**

Tipo de Inovação		Definição	Fonte
Impacto	<b>Radical</b>	Introdução de um produto ou processo inédito, caracterizando-se como o início de uma nova trajetória tecnológica ("o novo para o mundo").	PEREZ (2004)
	<b>Incremental</b>	Melhoria sucessiva em produtos e processos já existentes ("o novo para a empresa ou para a organização").	
Abrangência	<b>Produto</b>	Mudança nos produtos e serviços que uma empresa oferece.	TIDD et al. (2008)
	<b>Processo</b>	Mudança na forma em que os produtos/serviços são criados e entregues.	
	<b>Posição</b>	Mudança no contexto em que produtos/serviços são introduzidos.	
	<b>Paradigma</b>	Mudança nos modelos mentais subjacentes que orientam a empresa.	
Objeto	<b>Produto</b>	Introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado em suas características ou usos previstos.	OCDE (2005)
	<b>Processo</b>	Implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado.	
	<b>Organização</b>	Implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.	
	<b>Marketing</b>	Implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços.	
Dimensão	<b>Regular</b>	Promoção de novos investimentos que aumentam a produtividade, treinamento dos proprietários e pessoal capacitado para operar de forma mais eficiente, aumento gradual de qualidade e equipe.	DECELLE (2004) (modelo Abernathy-Clark)
	<b>de Nicho</b>	Exploração de novas oportunidades de negócios, incentivo às empresas a introduzir novas alianças de mercado, combinação de produtos já existentes em novos formatos.	
	<b>Revolucionária</b>	Difusão de novas tecnologias para as empresas, introdução de novos métodos que alteram composição do staff, anexar mesmos mercados, mas com novos métodos.	
	<b>Arquitetônica</b>	Criação de novos eventos e atrações que exijam reorganização, redefinição da estrutura física ou legal, criação de centros de excelência que tratar e difundir novos conhecimentos baseados na investigação operacional.	

Fonte: pesquisa bibliográfica.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 2 resume a classificação em relação aos tipos predominantes de inovação realizada durante a análise dos trabalhos ganhadores do II Prêmio Inovação do Turismo do RS:

**Quadro 2 – Dimensões de Inovação identificadas nos trabalhos analisados**

Trabalhos Pesquisados	Impacto	Abrangência	Objeto	Dimensão
Banco de Dados Hoteleiros	Radical e Incremental	Produto Processo		Regular
Bustour – Meio de transporte para mais de 30 atrativos de Canela e Gramado	Radical	Produto	Nicho	
Caminho do Gol – De Porto Alegre para o mundo	Radical	Posição	Marketing	
Corpus Christi e Romaria ao Frei Salvador – Flores da Cunha	Incremental	Produto		
Criação do Vinho Oficial da Copa do Mundo 2014 – Bento Gonçalves	Incremental	Produto	Marketing	
Eko Residence Hotel	Incremental			Regular
Incremento da Atratividade em Minas do Camaquã – Minas Outdoors Sports	Incremental	Produto Posição		
Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo	Incremental			Regular
Passeio das Artes no Distrito Criativo de Porto Alegre	Incremental	Produto		Regular
Plano de Marketing 2014-2016 de Antônio Prado – Antônio Prado	Incremental	Posição	Marketing	
Porto Alegre Guide	Radical	Produto	Marketing	
Primeira Fazenda de Turismo Rural Pedagógica do Brasil – Quinta da Estância – Viamão	Radical			de Nicho
Qualificação profissional – Programa de qualificação profissional para a Copa do Mundo 2014 – Viamão	Incremental	Produto		Regular
Roteiros de Turismo de Base Comunitária – Gramado	Radical e Incremental	Produto		Regular e de Nicho
Sistema de Captação de Recursos do Município de Farroupilha	Incremental	Processo	Organização	
Snowland – O 1º Parque de neve Indoor das Américas	Radical	Produto		de Nicho
Sonho de Natal – Canela	Incremental	Produto Processo Posição		
Terra dos Bons Ventos: o Litoral Norte por Completo, ao Natural – Osório	Incremental	Posição	Marketing	Regular
Turismo como vetor de desenvolvimento no Vale do Taquari, através da Governança Regional da AMTURVALES – Encantado	Incremental		Produto Processo Organização	Regular
Turismo Rural na Agricultura Familiar – Osteria Della Colombina – Garibaldi	Incremental			Regular
Vídeo Promocional de Veranópolis	Incremental		Marketing	
Vila Ventura Ecoresort – A Copa e seu legado – Viamão	Incremental	Produto		Regular
Zoo Noturno, a Fauna Brasileira Como Você Nunca Viu – Gramado	Radical	Produto		

Fonte: Análise de dados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho atingiu o objetivo de investigar quais as principais dimensões do conceito de inovação se fazem presentes nos trabalhos vencedores do II Prêmio Inovação do Turismo RS, por meio de um estudo de caso do edital do referido Prêmio, a partir da análise documental de dados secundários referentes aos 23 trabalhos apresentados pelos concorrentes ao Prêmio.

Concluiu-se que a maioria dos trabalhos periciados refere-se a inovações de caráter incremental e, mesmo as de caráter radical, podem ser consideradas assim para o município,

ou para a região, não para o Brasil ou para o mundo. No entanto, todas as iniciativas causam impacto na economia, pois buscam incrementar o turismo para atrair mais visitantes.

O Prêmio Inovação do Turismo não é a única fonte de estímulo às práticas empresariais inovadoras de turismo no Rio Grande do Sul. No entanto, sua importância está principalmente em valorizar e estimular as boas práticas em turismo também em órgãos públicos, como Prefeituras Municipais e consórcios, o que acaba também mexendo de forma positiva com a governança de turismo no Estado, proporcionando maior integração entre o *trade* turístico.

Finalmente, o Prêmio Inovação do Turismo, que estimula a criatividade de empresas e do setor público na geração de novos produtos interessantes para o turismo, reunindo-os com as instituições que fazem parte da Governança do Turismo do Rio Grande do Sul, tem potencial para ser instituído como política pública de incentivo e desenvolvimento do turismo no Estado, podendo ser o pioneiro no Brasil nesta experiência.

## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2004). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- Decelle, X. (2004). **A Conceptual and Dynamic Approach to Innovation in Tourism**. Institut de Recherches et d'Études Supérieures du Tourisme (Irest) Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, France.
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005). **Manual de Oslo: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3 ed. Paris: OCDE.
- Perez, C. (2004). Revoluciones tecnológicas, cambios de paradigmas y de marco socioinstitucional. In: Aboites, J. & Dutrénit, G. **Inovación, prendizaje y creación de capacidades tecnológicas**. Universidad Autónoma Metropolitana. Unidad Xochimilco. México.
- Rio Grande do Sul (2014). **Publicações: II Prêmio Inovação do Turismo RS**. Anexos. Conceitos e subcategorias. Disponível em: <<http://www.setur.rs.gov.br/conteudo/2784/ii-premio-inovacao-do-turismo-rs/termosbusca=pr%C3%AAmio%20inova%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em abril de 2015.
- Schumpeter, J. A. (1982). **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril Cultural.
- Tidd, J., Bessant, J., Pavitt, K. (2008). **Gestão da Inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. K. (2005) **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: 3. ed. Bookman.

## A pesca esportiva em reservatórios hidráulicos e as perspectivas de desenvolvimento local

Rosinaldo Gonçalves Pereira<sup>52</sup>

Nas últimas décadas muito tem-se propagado o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto estratégia de desenvolvimento de países, regiões, cidades e até mesmo de áreas rurais. Neste contexto, as atividades ligadas ao turismo cada vez mais tem sido uma dessas estratégias de desenvolvimento no mundo como forma de fomento e dinamização econômica das áreas envolvidas, adotando políticas vinculadas ao conceito de sustentabilidade e não apenas enquanto atividades de lazer. Entre essas atividades turísticas podemos destacar a pesca esportiva, que hoje é uma importante prática de diversos países, pois gera recursos rendimentos, tanto direta como indiretamente, e impulsiona os segmentos industriais envolvidos.

O Brasil tem se destacado nesta atividade graças a seus biomas ricos em biodiversidade, devido à variedade de peixes, com grande extensão costeira e rede hidrográfica, com rios e lagos e barragens artificiais, possui um destaque em relação às atividades vinculadas a este potencial pesqueiro. Neste contexto, a pesca esportiva surge como uma importante atividade de lazer, que gera recursos e conta com a participação de diversos praticantes, vindos inclusive de outros países. No entanto, a gestão inadequada do setor, pode gerar impactos tantos ambientais, quanto sociais, além de produzir danos sócio-ambientais até mais sérios do que em outras modalidades de pesca, os seus praticantes podem acessar habitats considerados críticos para diversas espécies de peixes, além de possuir seu planejamento e implementação distanciados da população que vivem nestes ambientes.

Assim, os aspectos positivos aparentemente produzidos, acabam levando a discussão do real desenvolvimento que estes eventos proporcionam e a quem proporcionam, uma vez que geralmente que por diversas vezes são pensados distanciados das populações que vivem nestes espaços. Considerando estes cenários, buscaremos neste trabalho referenciais teórico-conceituais que nos permitam entender a realidade do Torneio de Pesca Esportiva

---

<sup>52</sup> Mestrando de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo 2015/2016, e-mail: [rosinaldo.pereira@ifpa.edu.br](mailto:rosinaldo.pereira@ifpa.edu.br).

desenvolvido no lago artificial no município de Tucuruí-PA, - o TORTUC -, como estratégia que busca fomentar potencialidades turísticas na barragem de Tucuruí e suas consequentes implicações sócio-espaciais. Neste caso, primaremos por conceitos que nos permitam entender, a produção deste espaço propiciado pelas atividades do turismo de pesca. Conceitos estes desprovidos de cunho ideológicos, elitistas e político, e que sejam capazes de nos levar a compreender de forma neutra as diferentes relações sociais que levaram a formação destes espaços sociais, e suas implicações no espaço.

Isso porque a grande questão hoje é pensar na prática da pesca esportiva como instrumento de equidade social e antes de qualquer coisa, perpassa pelo problema de compreender esta atividade, nas suas especificidades e como esta atividade pode ser pensada como projeto urbano-rural, e de gestão ambiental diferenciada com vistas à sustentabilidade do setor. Tais questões nos levam a questionar as práticas do turismo do Torneio de Pesca Esportiva de Tucuruí (TORTUC). Esse questionamento é relevante porque pode se constituir como um importante instrumento para se pensar em políticas de desenvolvimento local, e de planejamento territorial de forma democrática. Para tanto se pretende-se descobrir se o TORTUC pode ser considerado uma estratégia de desenvolvimento local enquanto política de gerenciamento espacial. Tendo um olhar na busca em identificar os agentes envolvidos nas atividades do TORTUC, bem como analisar suas práticas na pesca desportiva no referido Torneio. Analisando as estratégias utilizadas pelos organizadores do evento desportivo com fins ao desenvolvimento local e regional e seus respectivos impactos sócio-espaciais provenientes da atividade de pesca esportiva no lago de Tucuruí e assim poder observar as mudanças e permanências sócio-espaciais que são provenientes a partir do TORTUC.

Assim, surge a necessidade de compreender em que medida a perspectiva do turismo de pesca em Tucuruí pode incidir em um desenvolvimento de em ações positivas ou negativas no que se refere à democratização das políticas que afetam tanto as áreas urbanas quanto áreas rurais. Dessa forma nos serve de base a discussão de desenvolvimento local apresentado por Coriolano (2003), que enfatiza a participação de todos os atores envolvidos na construção da proposta de um desenvolvimento local justo e democrático e o de desenvolvimento sócio-espacial apresentada por Souza (2013), que discute um desenvolvimento a partir que considera das diferentes dimensões do problema sócio-

urbano. Entre elas, o sistema político, de valores, os padrões culturais e a organização espacial. Estes autores assim irão subsidiar importantes instrumentais conceituais e teóricos, em que buscaremos encaminhar esta pesquisa, sobretudo no que se refere à abordagem e a gestão destes espaços.

Dentro do contexto histórico podemos dizer que A pesca esportiva em Tucuruí surgiu na última década como estratégia na busca de fomentar o desenvolvimento local e regional na região do entorno da barragem da UHE-Tucuruí, com vistas à sustentabilidade, a partir das premissas do turismo de pesca. Inicialmente com a denominação de TOPAM (Torneio de Pesca da Amazônia), este evento ganhou grandes proporções no cenário nacional e até mesmo no cenário internacional, com atração de pescadores esportistas de outros países para o referido evento. Hoje, se encontra em sua sexta edição, com nova denominação, Torneio de Pesca de Tucuruí (TORTUC), sendo realizado anualmente em três dias, com sua primeira versão em 2009.

Segundo o site oficial da SEMA (Secretaria de meio Ambiente)<sup>53</sup>, na sua última versão, cerca de cinco mil pessoas participaram da 6ª edição do torneio de pesca esportiva de Tucuruí. E teve como foco unir interesses de preservação e educação ambiental, promovendo a cidadania ecológica na região, ainda de acordo com a SEMA este aspecto é a maior contribuição da referida prática desportiva para a região.

Os principais responsáveis pela organização do torneio de Pesca de Tucuruí são a SEMA e a Associação dos pescadores esportivos do lago de Tucuruí (APELT)<sup>54</sup>, dentre os objetivos do evento de acordo com o art. 2, que rege a pesca desportiva em Tucuruí, podem ser destacados:

- a- Divulgar o potencial do Turismo de Pesca Esportiva do lago de Tucuruí;
- b- Incrementar o Turismo de Pesca Esportiva, como alternativa de desenvolvimento autossustentável do estado do Pará;
- c- Desenvolver o Turismo de Pesca Esportiva com seriedade, qualidade e dentro das melhores técnicas que existem nesse segmento;
- d- Desenvolver a consciência ecológica do turista através da divulgação e práticas das leis que normatizam a Pesca Esportiva, visando principalmente ao combate do uso de materiais e atitudes poluentes e predatórias;
- e- Sensibilizar populações e órgãos competentes da necessidade a criação de áreas no lado da UHE – Tucuruí para o desenvolvimento do segmento da Pesca Esportiva;
- f- fomentar o imenso potencial turístico do Lago da UHE- Tucuruí;

<sup>53</sup> WWW. Sema.pa.gov.br. Acesso em 25/05/2015.

<sup>54</sup> Podendo ser destacados ainda como empreendedores do evento desportivo a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAq), Centrais elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Prefeitura Municipal de Tucuruí (PMT) e empresariado privado.

g- Proporcionar o lazer e a confraternização entre os amantes da Pesca Esportiva.”

Fonte: Disponível em <http://www.tortuc.com.br> / Acesso: 05/06/2015.

Desta forma, a partir dos diferentes usos da barragem de Tucuruí, como a exemplo neste trabalho sobre a Pesca Desportiva, podemos observar perspectivas para o desenvolvimento local, pois atrai capital para o município, através da intensidade das atividades de prestação de serviços durante o evento. Como exemplo, podem ser citados o aumento de turistas nos hotéis na cidade, a fixação de lojas especializadas em artigos de pesca, o incremento em atividades de lazer praticadas em barragens, bem como um maior dinamismo em bares e restaurantes.

Para atingirmos a realização da presente pesquisa, tendo como consideração a complexidade do nosso objeto de estudo, a natureza de nossa investigação irá abordar tanto pesquisas qualitativas, quanto quantitativas, Gunther (2006) apóia a relevância das pesquisas qualitativas e quantitativas, justamente a partir das suas diferenciações e similaridades, discorrendo que a pesquisa qualitativa não é definida por si só, mas em contrapondo a pesquisa quantitativa.

Levando em consideração o processo contraditório e conflituoso da produção do espaço para o turismo, irá ser utilizado como método de interpretação e análise desta pesquisa, o materialismo histórico dialético, tomando como princípios de análise, os pressupostos do conflito social e unidade de contrários.

Utilizaremos ainda um sistema instrumental técnico-empírico para atingirmos os objetivos deste trabalho, segundo os seguintes encaminhamentos:

1. Revisão bibliográfica dos autores aqui apresentados neste artigo;
2. Levantamento e análise documental: a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio de estudo dos documentos que são produzidos pelo homem. Desta forma, para dar mais subsídios ao trabalho, serão consultados e analisados documentos da Secretaria de Turismo de Tucuruí, Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará, Plano Nacional de Turismo, Atas de Reuniões e Regimentos de Organização do evento desportivo (TORTUC).
3. Levantamento de dados primários, através de realização de entrevistas individuais gravadas, com questões semiestruturadas. Levando em consideração os diferentes sujeitos da pesquisa, pois conforme Trivinos (1987, p. 146), isto irá possibilitar uma caracterização dos entrevistados com questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses relacionados ao tema da pesquisa que: (...) favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (...) além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVINOS, 1987, p. 152)
4. Análise e sistematização de todos os dados coletados.

Como a presente pesquisa encontra-se em fase de andamento, ainda não iremos apontar resultados conclusivos, mas partiremos do pressuposto em concordar com Becker (2013) e Coriolano (2003) que pensar em práticas territoriais para a Amazônia, neste caso, o

turismo de pesca esportiva (TORTUC), certamente incide em ações que levem em consideração os agentes endógenos e exógenos e as diferentes relações sociais imbuídas neste espaço. Pensando em um espaço com políticas públicas voltado ao turismo, que levem em consideração as pessoas que vivem nestes espaços, que muitas vezes são vistas pelo Estado como “invisíveis”.

**Referência Bibliográfica**

- Becker, Bertha K. (2013). *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Coriolano, L. N. (2003). O desenvolvimento voltado às condições Humanas e o Turismo. In: Coriolano, L. N. L. C. (org). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza:EDUECE, PP. 26-46.
- Guinther, H. (2006). *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* (UnB, impresso), v. 22, p. 201-20.
- Souza, Marcelo Lopes de. (2013). *Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Triviños, A. N. S. (1987) - *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas.

## A PAISAGEM URBANA COMO UM POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UM ESTUDO DA PAISAGEM EDIFICADA DE DOURADOS/MS

Rodrigo Hakira Minohara<sup>55</sup>  
Josildete Pereira de Oliveira<sup>56</sup>  
Robison dos Santos Oliveira<sup>57</sup>

### RESUMO

O turismo é uma atividade econômica em que a experiência no espaço constitui sua razão de ser. Para esta atividade econômica, a porção visível do espaço geográfico, a paisagem é muito relevante. A paisagem constitui-se num primeiro contato do turista com o destino, assim se dá a importância da paisagem para a localidade visitada. Podemos dizer que a paisagem é um patrimônio turístico, pois é uma síntese visual dos elementos naturais e humanizados presentes no território, elementos que por seu valor original e singular transformam-se em recursos turísticos. Contudo, a paisagem enquanto suporte para o desenvolvimento de atividades turísticas precisa ser entendida e analisada para fundamentar a prática do turismo, considerando a sua singularidade urbana, como atrativo turístico. Observa-se que a paisagem constitui suporte para a prática do turismo, por essa razão, a pesquisa visa analisar a paisagem edificada da cidade de Dourados-MS, como um potencial para o desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Espaço; Território; Elementos; Singularidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Com a modernização do setor primário, em particular a pecuária e agricultura que hoje ocupam lugar de destaque nos índices de produtividade nacional, o município busca o desenvolvimento do turismo como forma de viabilizar mudanças em sua realidade, desta forma pretende-se analisar a cidade de Dourados/MS, especificadamente a sua paisagem urbana, como um atrativo cultural capaz de influenciar a oferta de serviços voltados para o turismo.

O turismo no Brasil consolidou-se recentemente como setor importante na economia nacional e vem apresentando até hoje, altas taxas de crescimento, e ao que tudo indica, continuará em expansão. Para o município de Dourados, o turismo é uma atividade

---

<sup>55</sup> Docente do Curso de Turismo (UEMS/Campo Grande); Mestrado em Turismo e Hotelaria (UNIVALI/SC); Especialização em Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing (UNIVALI/SC); Graduação em Turismo (UNIGRAN/MS). E-mail: rminohara@uems.br

<sup>56</sup> Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Doutorado em Turismo e Hotelaria); Doutora e Mestrado em DEA – Nature, Environnement, Societé (Université de Caen Normandie – França); Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). E-mail: joliveira@univali.br

<sup>57</sup> Docente do Curso de Turismo (UEMS/Campo Grande); Especialização em Gestão Estratégica de Marketing e Recursos Humanos (FANOVA/MS); Graduação em Turismo (FATUR/MS). E-mail: robison@uems.br

estratégica para o desenvolvimento local, através da sua paisagem, que para Cruz (2002, p.109), “a paisagem é a primeira instância do contato do turista com o lugar visitado e por isso ela está no centro da atratividade dos lugares visitados”.

O incremento do turismo no município poderá fortalecer as médias e pequenas empresas do setor, gerando novos empregos, viabilizando o aumento de divisas e melhorando a qualidade de vida na comunidade local. Portanto a questão principal colocada para esta pesquisa é sobre o papel da paisagem urbana para o desenvolvimento desta atividade, cujo objetivo geral é analisar o potencial da paisagem urbana, como oportunidade para o desenvolvimento do turismo. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso, que procura entender e explicar, através da análise descritiva, os elementos da paisagem urbana, relacionando-os com as características históricas de sua formação, os aspectos geográficos do território e a morfologia da cidade.

Trata-se de um estudo de caso sobre o potencial da paisagem urbana composta por recursos naturais e histórico-culturais.

Segundo Gil (1991, p. 58-59) as vantagens do estudo de caso são:

- estímulos a novas descobertas; por ser um estudo flexível o pesquisador sempre está atento a novas descobertas, sendo frequente o aparecimento de aspectos não previstos no plano de pesquisa;

- ênfase na totalidade; neste tipo de método o pesquisador deve estar voltado para a totalidade do problema, como já foi citado anteriormente, para que assim possa estudar e medir seu objeto de estudo;

- simplicidade dos procedimentos: segundo Gil ao se tratar do estudo de caso os procedimentos são os mais simples tanto na coleta dos dados como na formulação do relatório de pesquisa.

Este estudo de caso procurara descrever os elementos da paisagem urbana relacionando-os com as características históricas e sua formação, os aspectos geográficos do território e a morfologia da cidade.

Este método é predominantemente qualitativo, focado na análise da percepção ambiental defendida por Lynch (1997), elementos de estruturação morfológica do espaço urbano: pontos focais, marcos, nós, bairros, setores, limites e bordas. E das categorias de análise dos valores objetivos da paisagem de acordo com Boullón (2002, p.214): tipo de urbanização, nível socioeconômico das edificações, estilo arquitetônico, topografia, tipo de rua, tipo de pavimento, tipo de árvore. As combinações dessas categorias formam a tipologia da paisagem urbana.

A metodologia se apoia na pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica. Nesse sentido foi consultado a bibliografia pertinente ao tema proposto e pesquisas documentais especialmente ao que se refere aos recursos naturais e histórico-culturais.

## **2. ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA DE DOURADOS/MS**

O município de Dourados é a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, com um potencial no patrimônio cultural, devido a sua história, sendo que a pecuária e a

agricultura são suas principais atividades econômicas que geram a renda, mas que não atende à demanda de empregos. O município busca o desenvolvimento do turismo como forma de viabilizar mudanças em sua realidade, desta forma analisou-se a cidade de Dourados, especificamente a sua paisagem edificada, como um atrativo cultural capaz de influenciar a oferta de serviços voltados para o turismo. Assim, iniciou-se essa análise através de um dos seus principais monumentos históricos do município, a Usina Filinto Müller, mais conhecida como “Usina Velha”, por se tratar de uma peça fundamental para o início do desenvolvimento de Dourados. Em seguida, o presente trabalho analisa monumentos e marcos referenciais, tais como: Monumento ao Colono, Praça Antônio João Ribeiro (em anexo Monumento Antônio João Ribeiro, Monumento Getúlio Vargas e Monumento ao Colono Anônimo), Parque dos Ipês, Cruzeiro: Monumento da Fundação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), Parque Antenor Martins, Santuário Diocesano Nossa Senhora Aparecida e a Estação Ferroviária de Itahum.

Os monumentos e marcos referenciais citados acima, na sua maioria não são atrativos turísticos, trata-se de potenciais turísticos a serem explorados para o desenvolvimento do turismo no município, assim foram descritos os principais e mais relevantes monumentos e marcos referenciais e sua história, ou seja, foi feito um levantamento e uma descrição dos mesmos. Demonstrando assim todos os possíveis potenciais turísticos do município, contudo podemos observar que o município não é detentor de nenhuma grande expressão arquitetônica, porém possui patrimônios histórico-culturais de grande magnitude.

A análise desses logradouros e marcos considerados potenciais turísticos da cidade, repousa no referencial teórico proposto por Boullón (2002), onde o mesmo compreende que a forma é a linguagem de uma cidade, onde a sua leitura está apoiada nos signos que a melhor representam. Sendo estas formas divididas em dois grupos distintos, os edifícios e os espaços abertos, onde aqueles que possuem maior destaque são chamados de pontos focais urbanos, esses pontos focais se dividem por sua vez em seis elementos denominados por Lynch (1997) e por Boullón (2002), em Logradouros, Marcos, Bairros, Setores, Bordas e Roteiros.

Com a modernização do setor primário, em particular a pecuária e agricultura que hoje ocupam lugar de destaque nos índices de produtividade nacional. Sob as vertentes da pecuária e agricultura, resta o desafio de promover o desenvolvimento de uma terceira atividade, o turismo.

O turismo é visto como um instrumento de melhoria da qualidade de vida da comunidade local e agente alavancador das demais atividades econômicas. Assim as diretrizes propostas para promoção do desenvolvimento local, são diretamente proporcionais às características de cada município. Nesse contexto Dourados visa legitimar os recursos locais que apresentam alto potencial para o desenvolvimento turístico da localidade, tais como monumentos, marcos, logradouros, respeitando as características naturais e culturais do município.

A existência de recursos de caráter histórico cultural são elementos muito fortes para a criação de produtos turísticos. No entanto, para que estes sejam atrativos turísticos, é preciso transformá-los em produtos de qualidade.

As paisagens que ainda conseguem manter e apresentar registros da passagem de culturas passadas estejam elas numa escala mais recente ou mais remota da civilização humana ou mesmo, guardar marcas de acontecimentos e realizações de relevância para a história da região ou país, são passagens com elevado valor histórico e cultural para as atuais e futuras gerações e que, portanto, devem ser protegidas e valorizadas como tal, embora aparentemente simples, o processo para se obter esta condição é bem mais complexo do que aparenta.

A abordagem espacial de territórios turísticos precisa de uma referência à relação entre turismo e o meio urbano. Não se pode compreender a intensificação do fenômeno turístico e a grande demanda resultante do turismo de massa, sem analisar o contexto dos espaços urbanizados.

Outro aspecto importante a considerar é a concepção do planejamento regional, este permite juntar as potencialidades individuais e promover a oferta de um maior número de produtos turísticos diversificados, já que o município de Dourados apresenta potencial histórico-cultural, garantindo assim, maior atratividade turística para a região, proporcionando maior competitividade no mercado turístico regional.

Cabe ressaltar que, em que pese a relevância da análise proposta, este estudo não é de todo conclusivo, mas o início de um processo complexo da reflexão sobre a importância de entender a articulação entre a paisagem e o turismo, estimulando dessa forma, a continuidade da pesquisa referente ao tema proposto.

## REFERÊNCIAS

- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Batista. Bauru: EDUSC, 2002.
- CRUZ, Rita de Cássia Arinza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**, Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

## A Experiência do Turismo Cidadão na Feira Permanente da Ceilândia/DF

Daniela Carvalho Bezerra Leite<sup>58</sup>  
Marutschka Martini Moesch<sup>59</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho trata das feiras do Distrito Federal como espaços de encontro com o outro, de convivência e como possibilidade de experiência para além da possibilidade de consumo. O objetivo é compreender as lógicas de encontros da capital federal, proporcionando o prazer do encontro para além dos conflitos permanentes, da cidade política. A pesquisa utilizou o método qualitativo de caráter exploratório/explicativo tendo como estudo de caso a Feira Permanente da Ceilândia/DF. A metodologia etnográfica permitiu obter conhecimento amplo e profundo dos símbolos que refletem o pensamento e as ações dos atores respondendo ao problema: se as feiras desempenham um papel para além das atividades comerciais. Tendo como quadro teórico a sociologia compreensiva de Bourdieu, as categorias operatórias de cultura híbrida de Canclini e turismo cidadão de Moesch, foi possível evidenciar que a feira possibilita para além de espaço de comércio um lugar de hospitalidade e, portanto, propenso a acolher o turista como espaço de prática cultural.

**Palavras-chave:** Feiras. Turismo Cidadão. Turismo de Experiência. Feira Permanente de Ceilândia/DF.

### Introdução

É fácil encontrar nas ruas de Brasília moradores provenientes de várias regiões do país, como nordestinos, mineiros, catarinenses e paulistas que vieram participar da construção de Brasília, ou não, e se estabeleceram na localidade. Isso faz dessa unidade federativa uma verdadeira representação da diversidade cultural brasileira.

Em 1959 Brasília já possuía cerca de 60.000 habitantes que inauguram a nova capital em 21 de abril de 1960. A explosão demográfica na recém criada Capital resultou na ocupação de áreas públicas no Plano Piloto. A principal foi a invasão IAPI localizada próxima a Cidade Livre. Segundo Vasconcelos (1988) eram 80 mil favelados, uma verdadeira cidade. Em 1971 acontece a remoção da invasão do IAPI para a Ceilândia.

---

<sup>58</sup> Mestra em Turismo pelo Centro de Excelência em Turismo – CET da Universidade de Brasília. Professora da área de gastronomia do Instituto Federal de Brasília - IFB. [daniela.leite@ifb.edu.br](mailto:daniela.leite@ifb.edu.br)

<sup>59</sup> Doutora em Relações Públicas, Propaganda em Turismo, da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Mestrado em Turismo – CET da Universidade de Brasília. [marumoesch@gmail.com](mailto:marumoesch@gmail.com)

A população estimada para o Distrito Federal pelo IBGE em 2014 foi de 2.852.372 ultrapassando em mais de cinco vezes o plano inicial. Atualmente o DF é dividido em trinta e uma Regiões Administrativas, segundo o Governo do Distrito Federal (2014), que são unidades de divisão territorial e administrativa para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local.

Conforme o levantamento da Subsecretaria de Estatística e Informações (2011), 48,11% dos residentes do Distrito Federal são naturais do próprio DF. Ao longo do tempo o Distrito Federal agregou frações, memórias, técnicas, arte, regras entre outros de muitas, se não de todas, regiões do Brasil.

Por problemas de adensamento populacional no Plano Piloto, Ceilândia foi criada para abrigar os candangos no início da década de 70. Com eles vieram para a nova cidade memórias, técnicas, arte, regras entre outros de regiões distintas do Brasil. Mais da metade da população da Ceilândia é natural do próprio Distrito Federal e mora na região administrativa há 15 anos ou mais. Dos que vieram de outros estados brasileiros, a maioria é do Piauí (7,2%), de Minas Gerais (6,9%) e de Goiás (6,1%,) segundo dados Anuário do Distrito Federal (2012).

A feira Permanente da Ceilândia é ponto de encontro da comunidade local e possui em sua fachada o slogan “Feira Central de Ceilândia nasceu e cresceu junto com a cidade!”. A feira com 460 boxes dos mais diversos segmentos, vestuário, calçados, utilidades para o lar e alimentação, recebe cerca de dez mil visitantes por semana.

A feira Permanente da Ceilândia é um espaço diferenciado por estar em área pública onde todos que desejarem podem ir para se alimentar, comprar, passear. Do Governador ao mendigo, todos coabitam o mesmo espaço. A feira possibilita a congregação das pessoas, pois historicamente os códigos e regras de conduta da feira são informais, expressões de seus atores. Mais permissivos que outros espaços, na feira os apelidos são permitidos, o contato aproximado. Como se a rua virasse casa.

O objetivo desse ensaio é analisar a feira Permanente da Ceilândia como lugar de memória onde os espaços de encontro estabelecido pelas feiras permitem a convivência, a comensalidade e a lembrança de um passado não muito longínquo.

As questões que foram norteadoras da análise proposta tendo como objeto de investigação a feira Permanente da Ceilândia foram:

- Seria a feira de Ceilândia um espaço de memória possibilitador do turismo cidadão?
- Ao analisar a feira como lugar de memória, espaço de hospitalidade e comensalidade é possível reconstruir a experiência de estranhamento de sua própria cidade na busca do prazer?

### **Metodologia**

O caminho metodológico trilhado foi uma pesquisa qualitativa de nível exploratório e explicativa. O estudo de caso é o método de investigação, onde a Feira Permanente da Ceilândia/DF foi eleita entre as demais feiras do Distrito Federal por ser o fragmento de uma

totalidade representativa. Esta escolha deveu-se ao fato da Região Administrativa Ceilândia ter a maior densidade urbana somado a um histórico de exclusão/tentativa de isolamento desde sua fundação.

Foi realizada revisão bibliográfica sobre a cidade e sobre suas feiras. Um estudo etnográfico foi realizado na Feira Permanente da Ceilândia para compreender as relações que ali ocorrem.

Feirantes das bancas de alimentação tradicional e frequentadores dessas bancas foram os atores eleitos para serem entrevistados a fim de obter conhecimento amplo e profundo dos símbolos que refletem o pensamento e as ações dos atores. Apenas um feirante recusou-se a participar. No mínimo, três clientes de cada banca de alimentação tradicional nordestina foram entrevistados.

Nessa trilha o substrato da teoria de Bourdieu (2011, p. 7) apresenta a necessidade de saber descobrir o que “está em toda parte e em parte alguma” onde o poder simbólico, invisível, ao contrário de ser opressor e coercitivo é propriedade de um grupo e existe apenas quando o grupo o legitima, agindo em conjunto.

### **Resultados e Discussão**

A pesquisa atendeu seu objetivo de compreender a lógica do encontro para além dos conflitos permanentes na cidade política, capital federal.

A metodologia utilizada na pesquisa alcançou a intenção de analisar a feira como espaço de memória possibilitador do turismo cidadão e como espaço de hospitalidade e comensalidade possíveis de reconstruir o estranhamento do indivíduo em sua própria cidade.

Nesse sentido a feira Permanente da Ceilândia apresentou-se nessa análise como espaço de encontro com o outro, de convivência e como possibilidade de experiência para além da possibilidade de consumo. A forma de experienciar o espaço, partilhar a vida e coexistir junto com o outro na feira Permanente da Ceilândia como um local que não está presente na rotina do cidadão leva o sujeito a deslocar-se de sua vida cotidiana e experimentar o estranhamento em sua própria cidade, tornando-se um turista cidadão. Podendo ser uma forma de predispor a população a interagir, conhecendo e compreendendo a cidade de forma amplificada com suas teias de signos e significados.

Sendo as feiras uma representação popular cômica, pública e tradicional, espaço que favorece o contato com a vida utópica, universal, libertadora, igualitária e abundante (Bakhtin, 1993), o espaço ocupado pelas feiras que reúnam significado possibilita a experiência de conhecer a Brasília real, não institucional.

Os rituais de hospitalidade nas diferentes formas de atendimento aos visitantes da feira foram analisados pelas falas dos atores, feirantes e frequentadores, através das questões a respeito da inclusão de um prato de origem regional no cardápio das bancas sendo uma feira no DF e sobre a efetiva forma de atendimento. Sobre a forma de atendimento feirantes e frequentadores denunciam o modo informal, pessoal e divertido como características representativas do processo do bem receber. A escolha do cardápio se

baseia em dois fatores: a) a comida da feira deve ser, historicamente, típica do Nordeste; b) os pratos são demandados pela clientela. Os fatores informam o empenho dos feirantes em agradar o paladar do cliente e em manter a tradição nordestina na comensalidade da feira.

O papel da feira como lugar de memória que possibilita o turismo cidadão foi analisado pelos processos de hospitalidade, comensalidade e convivência possibilitados pela feira com a inserção da pesquisadora no dia-a-dia da feira, aonde a etnografia conduziu a procura de fontes múltiplas de dados e evidências para obter diferentes pontos de vista sobre o objeto pesquisado possibilitando compreender de forma ampla as relações que se dão naquele espaço. Para Geertz (1978) em estudos etnográficos os dados são construção do autor, ou seja, reconstrução das construções de outras pessoas sendo apenas a ponta do iceberg.

A investigação no campo da etnografia possibilitou perceber as feiras para além da objetividade comercial. De espaços de comércio para lugares de hospitalidade e, portanto, propensas a acolher o turista, como permitir ao cidadão do distrito federal vivenciar a prática de turista cidadão em um espaço de encontro, um lugar de memória.

## Referências

- ANUÁRIO DO DISTRITO FEDERAL. **Ceilândia é reduto da nova classe média**. Disponível em: <<http://www.anuariodof.com.br/2012/regioes-administrativas/ra-ix-ceilandia/>>. Acesso em: 02 jan. 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Brasília capital dos brasileiros. Patrimônio da humanidade**: Disponível em: <[http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=9](http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=9)>. Acesso em: 09 jan. 2014.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SUBSECRETARIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES – SEPLAN. **Pesquisa distrital por amostragem de domicílio – Distrito Federal - 2011**. Brasília, 2011.
- VASCONCELOS, Adirson. **As Cidades Satélites de Brasília**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

## A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO E O SABER-FAZER DO TURISMO: ESTUDO DE CASO OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE – GO

Ana Claudia Macedo Sampaio<sup>60</sup>

As comunidades locais no processo de desenvolvimento do Turismo encontram na ação participante as possibilidades de serem incluídos os seus interesses, que às vezes, se relevam maiores que a simples satisfação econômica individual. Pelo turismo, a participação comunitária como potencial ferramenta de desenvolvimento endógeno deve ser discutida a luz da apreensão complexa do Turismo e da reflexão em torno das possibilidades do capital social, emancipação e cidadania, que requer um maior aporte teórico-metodológico favorável a sua consolidação como campo do conhecimento, desvelando-se novos olhares sobre o Turismo.

As dificuldades impostas à compreensão do Turismo pela ênfase dada ao objetivo, em detrimento do subjetivo, também, desfavorecem a ampliação do que é apreendido acerca do objeto nas produções do conhecimento do Turismo, especialmente, em proposta que prescindem da religação entre objetivo e subjetivo no intuito de contemplar a complexidade de um fenômeno dinâmico como esse. Preterir a subjetividade leva a distorções comuns em grande parte das análises do Turismo que subsidiam fragmentações e reduções replicadas sem a devida consideração acerca da carga teórica e limites dos métodos utilizados.

Diante esse contexto, é inegável a fragilidade das comunidades frente à lógica capitalista, contraditória por natureza, ao mesmo tempo em que beneficia com a geração de emprego e renda, impõem o ônus da violência, da expropriação territorial, do custo de vida alto, da degradação ambiental àqueles que são, direta ou indiretamente, ligados a ela. Assim, a participação surge nos debates como forma de garantir os interesses comunitários por meio do envolvimento de todos no desenvolvimento do Turismo, passando então a ser incluída nos discursos e recomendações em âmbito das políticas públicas e da iniciativa privada. Diante disso, planejadores, empreendedores e gestores públicos são imbuídos da tarefa de “apoiar um envolvimento maior das comunidades no planejamento dos processos de monitoramento, da implementação e avaliação dos projetos e programas da política de turismo” (WTO, 1997).

Visto, em todos os âmbitos, como desejável o aumento da participação comunitária no Turismo devido sua importância para o alcance do desenvolvimento das localidades e

---

<sup>60</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília, mestra em turismo pela Universidade de Brasília e professora do curso de turismo da Universidade Federal do Tocantins, campus Arraias. Email: [claudiam\\_sampaio@hotmail.com](mailto:claudiam_sampaio@hotmail.com)

como forma de se evitar impactos adversos, no entanto, pouco se aprofunda acerca no tema. Geralmente, atentam-se as justificativas da preservação ambiental e a da garantia de inclusão dos interesses da comunidade, tentado com isso, embasar a proposta participativa.

A simples “participação de todos” não garante o alcance de benefícios equilibradamente distribuídos, logo, as distintas formas de se analisar a participação comunitária condicionam o seu entendimento e resultados da produção do conhecimento do Turismo, sendo necessário ampliar a compreensão teórica do conceito de participação comunitária e o seu uso na prática para melhor analisá-lo.

Na justificativa quanto à importância da participação comunitária como garantia de inclusão dos interesses da comunidade verifica-se com frequência sua redução a assertivas generalistas quanto ao significado de participação confundido-a com consulta popular, principalmente, em publicações voltadas ao planejamento e a gestão sustentável. Em muitos casos, buscam apenas a validação de ações e projetos estranhos à comunidade através da aprovação local, dando respaldo as ações, por vezes irresponsáveis do mercado.

A confusão entre consulta popular e participação comunitária persiste quando bradam a necessidade de união de todos os setores envolvidos em prol do sucesso do “destino”, especialmente da comunidade, que caso seja excluída, compromete a finalidade da empreitada dita sustentável. Entretanto, sobrepõem-se os interesses do setor privado, por motivos que ultrapassam a superficialidade imposta pelas metodologias de planejamento e gestão turística disseminadas na literatura, sobre a distinção entre consulta popular e participação, Brandon (2001) afirma que:

[...] consultar os moradores e solicitar suas opiniões é, com frequência, erroneamente entendido como participação. É verdade que colher opiniões ou oferecer benefícios são ambos elementos de uma abordagem participativa, mas nenhuma dessas atividades propicia o engajamento efetivo das pessoas. Em uma abordagem genuinamente participativa, a comunidade local é consultada e tem voz ativa na tomada de decisões (BRANDON, p. 235, 2001).

O envolvimento da comunidade não equivale à manipulação de interesses e a “preparação” dos cidadãos para a “atividade turística”, gerando aceitação passiva e mão de obra qualificada, conforme a necessidade dos empreendedores. Tais propostas na verdade, se transvestem de interesses mercadológicos, mas disfarçam-nos com discursos sustentáveis baseado nos encantos da geração de renda, empregos, preservação ambiental e até da “valorização” cultural.

Assim, neste trabalho apresenta-se uma análise da relação entre os processos de participação propostos pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO<sup>61</sup> e a construção de um saber-fazer do turismo por parte dos atores envolvidos em relação ao capital social existente. Pretendeu-se também analisar as metodologias propostas pelo Observatório quanto instrumentos de empoderamento, emancipação e engajamento cívico dos atores participantes.

---

<sup>61</sup> Projeto desenvolvido pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília na cidade de Cavalcante/GO que se destaca pela importância ambiental e turística da região por localizar-se no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

O Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO contribuiu nessa perspectiva como prática da participação da comunidade no que tange ao desenvolvimento do Turismo que mereceu ser analisada pelas dificuldades metodológicas encontradas no decorrer do processo e quanto as suas possibilidades de desdobramentos positivos sociais, econômicos e culturais para os envolvidos.

Utilizou-se a metodologia qualitativa da pesquisa-ação, tendo como quadro de referência a dialética histórico-estrutural, associada ao uso da análise de conteúdos com intuito de tratar a dimensão coletiva e interativa da investigação a partir dos achados construídos pelos atores no período de junho de 2011 a julho 2012.

Em primeiro se buscou revelar os achados acerca do processo participativo a partir dos atores sociais envolvidos, sendo interpretado o discurso de cada um deles, assim como, sua atitude participativa em ocasiões oportunas de deliberações e ações do comitê gestor. Em segundo foi verificada a validade da dimensão metodológica adotada pelo projeto diante os desafios participativos percebidos no decorrer de sua implementação, além de suas limitações e possibilidades frente à emancipação, empoderamento, engajamento cívico, capital social e o saber-fazer turístico.

A fragilidade metodológica do Observatório diante os desafios do trabalho comunitário verticalizado, que parte de uma proposta externa a localidade e tenta convencê-los da importância de atitudes cooperativas, coletivas e participantes, associa-se a ausência de tais aspectos na formação sociocultural e econômica da sociedade brasileira de maneira geral, mesmo sendo elas fundamentais para o alcance de um modo de vida digno com distribuição dos benefícios e respeito social, cultural e ambiental. Com esse conjunto de fatores e condições limitantes, a metodologia do Observatório não alcança os objetivos almejados do projeto, principalmente, frente ao destaque dado a efetividade e autonomia da participação comunitária.

O que se constatou foi que muitos dos problemas enfrentados no decorrer do processo tiveram origem na despreocupação metodológica em conectar as diferentes dimensões da mesma em busca do objetivo comum de desenvolvimento sustentável via o turismo, e que refletiriam num melhor desempenho da equipe técnica associada à comunidade envolvida. A falta de autocritica ao método adotado pela equipe técnica custou ao projeto, desvios, desmobilizações a um incipiente protagonismo social que poderia ser revertido positivamente em transformações da realidade local e benefícios de fato para a comunidade. Assim como, o direcionamento dado ao projeto não favoreceu a ampliação do cabedal de informações e conhecimento existente, para que de fato a participação possa colaborar com a comunidade é necessário o aprofundamento de seu significado, e seu devido entendimento ao contexto local, conhecendo os limites e possibilidades da iniciativa dessa natureza. O que vai requerer uma melhor compreensão do que vem a ser participação comunitária por parte da equipe técnica e do grupo gestor envolvido, por isso, nesse sentido, a relação dialética, tão cara aos processos participativos, entre prática e teoria, não foi proposto como meta, comprometendo o andamento e a efetividade do processo, mesmo com a participação ativa de alguns atores e da demonstração de qualidade de participação

de outros, a dimensão metodológica não foi suficientemente dialética para abarcar a prática social contida no fenômeno social do turismo transformando os saberes dos atores, portanto, elevando o fazer e um saber-fazer, conseqüentemente, ampliando a cidadania e desta forma a almejada sustentabilidade, objetivo do Observatório Turismo Sustentável de Cavalvante/GO.

Conclui-se que as dificuldades apresentadas no decorrer do processo do Observatório, associadas ao complexo desafio dos processos participativos, não puderam ser superadas por falta de um aporte teórico e metodológico que permitisse uma adequada reflexão quanto aos objetivos transformadores da proposta, que em parte se justifica pela imaturidade em relação à concepção participativa adotada. Em contraponto a essa problemática, compreende-se por fim que as metodologias intituladas como “participativas no turismo” prescindem de um aporte que ultrapassem a simples repetição de discursos produzidos em determinados contexto que não mais condizem com a atual necessidade de aprofundamento reflexivo em torno do Turismo e suas possibilidades de fato, diante de problemáticas tão complexizadas pela dinâmica globalizada do mundo contemporâneo que impõem um saber-fazer as práticas turísticas.

## REFERÊNCIAS

- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projeto de turismo de natureza. – in: LINDBERG, DONALD E HAWKINS (editores). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: editora SENAC, 2001.
- MOESCH, M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PEARCE, D. e BUTLER, R. (Org's.). *Desenvolvimento em Turismo, temas contemporâneos*. São Paulo: contexto, 2002.
- WTO. *Tourism Definitions for the U.S. Tourism Statistical Systems*, 1998.

## A ATITUDE RESPONSÁVEL NO TURISMO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA A PARTIR DA POSTURA DO TURISTA

Vitor João Ramos Alves<sup>62</sup>  
Donária Coelho Duarte<sup>63</sup>

Em um país como o Brasil, que possui uma vasta diversidade cultural, recursos naturais e perfis econômico-sociais, torna-se um grande desafio pesquisar, estruturar, planejar e executar o Turismo de forma consciente e responsável. Considerado como um dos fenômenos sociais mais significativos nos dias atuais, o turismo vem sendo concebido pelo mercado econômico apenas como um “produto a ser consumido”, devido sua importância para o desenvolvimento econômico de vários países (FUSTER, 1971). O sujeito, como ator ativo na transformação do mundo, vem sendo deixado de lado na produção do saber e fazer Turismo. Entretanto, a situação atual da era moderna exige uma reformulação desse processo de produção em turismo, surgindo a necessidade de resgatar para as discussões o “sujeito” e seu papel no espaço visitado, como agente responsável, de forma individual e/ou coletiva.

Resgatar para os debates o Turista e suas múltiplas relações com o outro e com o espaço, de forma a promover uma construção do conhecimento emancipatório, crítico e reflexivo a respeito do fenômeno turístico, torna-se um desafio, tendo em vista o Turismo ser uma “combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviço, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais”, conforme as análises epistemológicas do turismo realizadas por Moesch (2002, p. 9).

Na medida em que o “saber e o fazer Turismo” avança tecnologicamente, principalmente com a ampliação das relações virtuais, com intuito de aumentar a oferta e a demanda do mercado, o turista também acompanha esse processo, promovendo um encapsulamento sobre si mesmo pela falta de incentivo ao contato humano, a convivência, mudando a essência do sentido e significado de se viajar, incentivado pela nova forma massificada de estruturação das viagens.

Quando se faz a reflexão a respeito desse atual posicionamento do turista durante as viagens, deve-se levar em consideração, para o auxílio dessa análise, a “teoria da

---

<sup>62</sup> Cursando Mestrado Profissional em Turismo, turma 2015, no Centro de Excelência em Turismo – CET/UNB. Graduado em Turismo pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB (2014). Com experiência profissional na área de Turismo. E-mail: vitorjoaoramosalves@gmail.com.

<sup>63</sup> Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). E-mail: donaria@unb.br.

complexidade” do sociólogo Edgar Morin, que nos remete a uma forma de construção do pensamento em busca de soluções práticas, simples e ao mesmo tempo “complexas”, forma essa que proporciona um “sacudir da preguiça mental”, acreditando que “o pensamento simples resolve os problemas simples sem problemas de pensamento. O pensamento complexo não resolve por si só os problemas, mas se constitui numa ajuda à estratégia que pode resolvê-los” (MORIN, 2011, p.83).

O princípio da teoria de Morin nos leva a observar o turista como parte integrante do todo e, ao mesmo tempo, o todo fazendo parte do turista (MORIN, 2011), o que auxilia na construção do reinventar de novas relações, inspiradas nas abordagens de Leonardo Boff que incentiva a necessidade de promovermos “relações mais benevolentes e sinérgicas com a natureza e de maior colaboração entre os vários povos, culturas e religiões” (BOFF, 2003, p. 150) por meio do cuidado, da solidariedade, da compaixão e da responsabilidade social e ecológica.

Seguindo então, essa linha de raciocínio, Jost Krippendorf, em sua obra “Sociologia do Turismo”, apresenta uma proposta de humanização do turismo, apontando novas possibilidades de lazer e viagens turísticas. Conforme o autor, atualmente, os turistas buscam viajar por meio de “férias longe do eu” ao invés de tirarem “férias em direção do eu” (KRIPPENDORF, 2009, p.181). O autor afirma ainda que “somos nós mesmos – pela nossa própria conduta, nossa própria maneira de abordar as coisas – que determinamos se ganhamos ou perdemos algo (durante as viagens), se as construímos ou as destruímos” (KRIPPENDORF, 2009, p. 180).

A respeito desse posicionamento, deduz-se que seja necessário, voltarmos para dentro de nós mesmos e busquemos respostas sobre o que realmente queremos ao viajar. Criarmos uma atitude de cuidado para conosco mesmo e assim, ampliarmos esse cuidado para o nosso próximo e para o espaço que se visita.

O turista, então, precisa entrar em contato com sua própria “essência humana” quando em viagem, que, segundo Leonardo Boff (2007), é representada pela forma do “cuidado”, cuidado esse que deve ser direcionado para consigo mesmo, com o próximo, com o espaço e com o patrimônio, material ou imaterial, visitado. Boff, ao analisar as questões relacionadas com o “cuidar”, aponta que “o ser humano é um ser de cuidado, mais ainda, sua essência se encontra no cuidado. Colocar cuidado em tudo o que projeta e faz, eis a característica singular do ser humano” (BOFF, 2007, p. 35). Para o autor, cuidar é mais que um ato, é uma atitude, que “acompanha o ser humano enquanto peregrinar pelo tempo. O cuidado é o caminho histórico-utópico da síntese possível à nossa finitude” (BOFF, 2007, p. 83).

O turista, dessa forma, tem a responsabilidade de executar aquilo que lhe compete, observando e direcionando seu comportamento e atitudes para o sucesso da viagem, priorizando a valorização e o cuidado dos espaços, da diversidade biológica, do patrimônio histórico cultural e à comunidade local que se visita.

Ao levantar a questão da responsabilidade do turista durante as viagens, vale resgatar a filosofia de Immanuel Kant, que funda sua tese sobre a ética na prática, baseada

na liberdade e na autonomia do sujeito. Segundo Kant, a responsabilidade do que deve ser feito surge por meio da moral, relacionando o dever que compete a cada um, com a imposição de agir somente por respeito à lei. “Toda a gente tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é, como fundamento de uma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta” (KANT, 2007, p. 15). Tal afirmativa reforça a responsabilidade do turista, quando planejando sua viagem, de observar suas necessidades absolutas e suas ações, guiadas exclusivamente pela própria razão, levando em consideração sua autonomia de executar aquilo que lhe compete como dever, priorizando a ética, sem prejudicar moralmente os que, com ele, irão se relacionar no percurso da viagem, respeitando as suas tradições e suas crenças.

Ainda sobre esse posicionamento ético do turista, posicionamento este de se tornar responsável pela própria mudança de comportamento durante o caminhar pelo mundo em viagens, Krippendorf apresenta alguns passos que devem ser levados em consideração para essa nova postura.

O primeiro deles é o de aceitar nossa condição de turista que todos somos, posicionamento este, indispensável para uma “atitude mais consciente durante as viagens”. Conforme o autor, “mesmo que nos defendamos, mesmo que fuçamos dos outros turistas, mesmo que queiramos nos disfarçar para não parecer turistas e mesmo que pensemos ser mais autóctones que turistas... somos e permaneceremos turistas – e a priori, não somos melhores, como tais, do que os outros” (KRIPPENDORF, 2009, p. 157). Quando nos posicionarmos como “turistas”, semelhantes aos demais, estaremos nos posicionando como seres humanos mais conscientes, mais abertos, mais tolerantes, mais modestos e mais sociáveis durante a viagem. Essa postura de aceitação da condição de turista remete-nos a uma postura de humildade e simplicidade perante a ação de se relacionar com o próximo.

O autor ainda lista algumas características relacionadas ao “turista responsável” que merecem ser destacadas para uma melhor reflexão sobre o assunto. O turista torna-se responsável, segundo Krippendorf (2009), quando assume uma postura crítica diante à escolha de uma viagem, tanto em relação às diversas ofertas do mercado turístico quanto em relação a si mesmo. Antes de escolher o seu destino final, o turista responsável analisa, compara, se aprofunda no âmago das questões relacionadas com outros destinos, observando as possíveis consequências e impactos gerados por sua escolha, atuando assim com consciência e conhecimento de causa. Rebelar-se contra as práticas do mercantilismo turístico e se questiona sobre a quem beneficiará e prejudicará toda a atividade realizada na viagem, levando em consideração se durante o percurso haverá algum tipo de exploração. O autor também reforça seu posicionamento quando especifica:

(...) escolhe de propósito formas de viagem que respeitem as populações e as culturas dos países visitados tanto quanto possível e lhes propiciem um lucro mais elevado. Consagra sistematicamente o dinheiro à compra de produtos e serviços dos quais conhece a origem e sabe que as receitas serão creditadas, isto é, sustentarão, antes de tudo, a população local. Age de acordo com esses princípios o tempo todo, quando escolhe o alojamento e o restaurante, o meio de transporte, quando participa de

manifestações locais e quando compra suvenires. Ele fica o maior tempo possível em cada lugar visitado, para poder realmente aprender alguma coisa (KRIPPENDORF, 2009, p. 184).

Atuando conforme as atitudes aqui apresentadas, faz com que o turista responsável retorne para a sua essência como elemento integrante do todo, realizando dessa forma “viagens em direção do eu”, conforme cita Krippendorf.

Harold Goodwin em seu artigo *Responsible Tourism and the Market* (2005) reforça o posicionamento de Krippendorf sobre a responsabilidade do turista, afirmando que o autor citado foi um visionário ao reconhecer a possibilidade de emancipação do turista, por meio de sua publicação *The Holiday Makers* de 1984, e ainda complementa que Krippendorf “antecipou uma evolução, partindo de um turista manipulado para um turista informado e experiente, para um turista emancipado e independente, um consumidor crítico não apenas em casa, mas também viajando” (GOODWIN, 2005, p.02).

Ao analisarmos tais posicionamentos sobre a responsabilidade do turista quando em viagem, por meio dos autores citados anteriormente, busca-se sinalizar a importância de voltarmos o olhar para o “sujeito” do processo – o turista – quando se pesquisar, elaborar políticas públicas e, principalmente, quando em processo de comercialização do fenômeno do Turismo. Atualmente, o foco principal para os pesquisadores, gestores e produtores do Turismo é, geralmente, a priorização do mercado e a necessidade de criação de novos produtos para atender a demanda do fenômeno turístico.

Finaliza-se assim, reforçando a necessidade de revermos os paradigmas construídos na gestão e produção do saber e fazer Turismo, priorizando o retorno do olhar para o “turista”, contribuindo para novas reflexões a respeito das atitudes responsáveis quando em viagens de turismo, e possibilitando o incentivo para a construção de um processo educativo voltado a conscientização de nossas relações e atitudes como turistas responsáveis. Torna-se, então, necessário, buscarmos ampliar atitudes responsáveis e de cuidado para com a convivência em sociedade, com a preservação da Terra, incluindo cada um dos seres nela existentes, e com a valorização do Turismo como um fenômeno econômico sim, mas também, social e ambiental.

## REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. 2ª ed. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 13ª ed. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2007.
- FUSTER, Luis Fernandez. **Teoria Y Técnica del Turismo**. Tomo I. 2ª ed. Editora Nacional, Madri, 1971.
- GOODWIN, H. **Responsible Tourism and the Market**. International Center for Responsible Tourism. Occasional Paper nº 4. November, 2005.
- HARVEY, David. **Espaços e Esperança**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Edição 70, Portugal, 2007.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução: Contexto Traduções. 3ª ed. revisada e ampliada. Editora Aleph, São Paulo, 2009.
- MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2ª ed. Editora Contexto, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Social do Turismo**. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo, da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. V. 1 de 2. São Paulo, 2004.

MOLINA, Sergio. **Conceptualización del Turismo**. 3ª ed. Editorial Limusa – Noriega Editores, México, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 4ª ed. Editora Sulina, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ciência com Consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5ª ed. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Carina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª ed. Editora Cortez; São Paulo. Impressão Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. Editora Edusp, São Paulo, 2002.